

**PERCEPÇÕES DE GESTORES SOBRE O
ATENDIMENTO À MULHERES TRANS
VENEZUELANAS EM BOA VISTA E MANAUS**

SÃO LUÍS, MA

JANEIRO – 2025

RENATA LAYSSA FERREIRA DA SILVA

**PERCEPÇÕES DE GESTORES SOBRE O ATENDIMENTO À MULHERES TRANS
VENEZUELANAS EM BOA VISTA E MANAUS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Saúde Coletiva.

Orientadora: Prof^a Dr^a Sara Fiterman Lima

Coorientadora: Prof^a Dr^a Zeni Carvalho Lamy

SÃO LUÍS, MA

JANEIRO – 2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Ferreira da Silva, Renata Layssa.

PERCEPÇÕES DE GESTORES SOBRE O ATENDIMENTO À MULHERES
TRANS VENEZUELANAS EM BOA VISTA E MANAUS / Renata Layssa
Ferreira da Silva. - 2025.

149 f.

Coorientador(a) 1: Zeni Carvalho Lamy.

Orientador(a): Sara Fiterman Lima.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Saúde Coletiva/ccbs, Universidade Federal do Maranhão, São
Luis, 2025.

1. Migração Internacional. 2. Pessoas Transgênero. 3.
Políticas Públicas. 4. Direitos Humanos. 5. Pesquisa
Qualitativa. I. Carvalho Lamy, Zeni. II. Fiterman Lima,
Sara. III. Título.

**PERCEPÇÕES DE GESTORES SOBRE O ATENDIMENTO À MULHERES TRANS
VENEZUELANAS EM BOA VISTA E MANAUS**

Renata Layssa Ferreira da Silva

Dissertação aprovada em _____ de _____ de _____ pela banca
examinadora constituída dos seguintes membros:

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Sara Fiterman Lima
Orientadora
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a. Dr^a. Zeni Carvalho Lamy
Coorientadora
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a. Dr^a. Marcia Cristina Gomes
Examinador Externo

Prof^a. Dr^a. Poliana Soares de Oliveira
Examinador Interno

Prof^a. Dr^a. Arkley Marques Bandeira
Examinador Interno

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho, primeiramente, a Deus e a todas as pessoas que acreditaram em mim, oferecendo seu apoio e me inspirando a priorizar meu bem-estar, permitindo-me, assim, alcançar o meu potencial como mestranda.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus — meu escudo, minha força, minha esperança, meu alto retiro e meu refúgio;

À Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PGSC), pelo espaço de crescimento pessoal e acadêmico;

À minha orientadora, Prof^a Dr^a Sara Lima, pelo suporte inestimável, tanto cognitivo quanto emocional e à minha coorientadora, Prof^a Dr^a Zeni Lamy, pela oportunidade nesta jornada atípica;

Aos demais professores e funcionários do Departamento de Saúde Pública (DSP), que fizeram deste ambiente um espaço acolhedor nos momentos de conquistas e nas adversidades;

Aos colegas das turmas de mestrado e doutorado, com quem compartilhei anos de aprendizado, em especial à Ana Patrícia Câmara e Rafaela Sá;

Ao Grupo de Estudos sobre Saúde e Subjetividade GESS/CNPq, em especial Rayane Sobrinho e Rodrigo Natan;

À todos os(as) professores(as) que, desde o jardim de infância até a graduação, contribuíram para minha formação pessoal e educacional;

Aos meus pais, Lucinete e Rusemberg, e à minha irmã Luciana — todas as minhas conquistas são dedicadas a vocês, pilares fundamentais da minha vida;

À minha melhor amiga, Paula Victória, à Rafaela Rayol, aos amigos(as) da família e todos que torcem por mim;

À minha diretora de enfermagem, Silvia Helena, e aos meus eternos colegas de setor, Alice Saboia, Alicia Mendes, Stephanie Vieira, Helena Reis, Thereza Mendonça, Adriano Gama, Thabata Riedel, Marcelo Cardoso, Hugo Leonardo, Maria Áurea e Daniella Irapuã, pela parceria e amizade;

Aos servidores da Universidade Federal do Maranhão, especialmente a Sérgio Câmara (*in memoriam*) por me incentivar desde o início da vida acadêmica;

À Divisão de Educação em Saúde, vinculada à Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAES), pelo acolhimento e orientação em saúde mental, com destaque para os psicólogos Cedric Nakasu e Otamires Vale;

Por fim, a todos que contribuíram para minha formação pessoal e acadêmica, meu sincero e profundo agradecimento.

“Um coração grato se torna um ímã para milagres.”

Autor desconhecido

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
ABV	Associação Brasileira de Vivência
ADRA	Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais
AMA	American Medical Association
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
CASAMIGA	Casa de Acolhimento
EUA	Estados Unidos da América
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-Binárias e Mais
OIM	Organização Internacional para as Migrações
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
PADF	Fundação Pan-Americana para o Desenvolvimento
SEJUSC	Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania
SPA	Serviço de Pronto Atendimento
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UNAIDS	Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS

SILVA, Renata Layssa Ferreira da, **Percepções de gestores sobre o atendimento à mulheres trans venezuelanas em Boa Vista e Manaus**. 149 f. 2025. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2025.

RESUMO

INTRODUÇÃO: O fenômeno migratório impõe desafios significativos para a saúde pública, especialmente no atendimento às populações vulneráveis. O Brasil, inserido no contexto das migrações internacionais, tem recebido um grande contingente de venezuelanos devido à crise política e econômica do país fronteiriço. Entre esses migrantes, as mulheres trans enfrentam obstáculos adicionais no acesso a serviços essenciais, o que ressalta a urgência de políticas públicas inclusivas e sensíveis ao *status* migratório e de gênero, sobretudo em um país reconhecido como um dos mais perigosos para pessoas trans. **OBJETIVO:** Analisar as percepções de gestores sobre o atendimento a mulheres trans venezuelanas que migraram para Boa Vista (RR) e Manaus (AM). **MÉTODO:** Trata-se de uma abordagem qualitativa, utilizando entrevistas semiestruturadas realizadas com gestores em Boa Vista (RR) e Manaus (AM) por amostra intencional. A exploração dos dados foi feita com base na Análise de Conteúdo na modalidade Temática e na teoria de Pierre Bourdieu, que oferece um arcabouço para compreender as relações humanas no campo social. **RESULTADOS:** O estudo, disposto em três categorias de análise, revela a percepção de dezesseis gestores sobre os desafios enfrentados por mulheres trans venezuelanas migrantes. Na categoria que trata do *habitus* transfóbico e violência simbólica, os gestores relatam como o preconceito e a discriminação se perpetuam desde o país de origem até o Brasil. A categoria para o capital simbólico e sociocultural na mediação do acesso a direitos analisa as relações de poder que determinam a efetivação ou negação de recursos vitais, como acesso a saúde e moradia. Por fim, a categoria do trabalho sexual como capital econômico evidenciou o estigma em torno dessa prática como meio de sobrevivência. Embora avanços no atendimento sejam destacados, persistem lacunas institucionais e na integração das políticas públicas sensíveis a gênero e nacionalidade. **CONCLUSÃO:** A percepção dos gestores evidencia uma crítica às deficiências sistêmicas, com destaque para a escassez de serviços públicos especializados. A falta de uma estrutura estatal robusta limita a eficácia das iniciativas de apoio, que dependem fortemente das organizações não governamentais e agências internacionais de assistência humanitária. Os achados evidenciam oportunidades de aprimoramento para a construção de uma rede de atendimento que garanta dignidade à essas mulheres para sua plena integração no território brasileiro.

Palavras-chave: Migração Internacional. Pessoas Transgênero. Políticas Públicas. Direitos Humanos. Pesquisa Qualitativa.

SILVA, Renata Layssa Ferreira da, **Percepções de gestores sobre o atendimento à mulheres trans venezuelanas em Boa Vista e Manaus**. 149 f. 2025. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2025.

ABSTRACT

INTRODUCTION: The migration phenomenon poses significant challenges to public health, especially in serving vulnerable populations. Brazil, inserted in the context of international migration, has received a large contingent of Venezuelans due to the political and economic crisis in the neighboring country. Among these migrants, trans women face additional obstacles in accessing essential services, which highlights the urgency of inclusive public policies that are sensitive to migration and gender status, especially in a country recognized as one of the most dangerous for trans people. **OBJECTIVE:** To analyze the perceptions of managers about the care provided to Venezuelan trans women who migrated to Boa Vista (RR) and Manaus (AM). **METHOD:** This is a qualitative approach, using semi-structured interviews conducted with managers in Boa Vista (RR) and Manaus (AM) by intentional sampling. Data exploration was based on Content Analysis in the Thematic modality and Pierre Bourdieu's theory, which offers a framework for understanding human relations in the social field. **RESULTS:** The study, divided into three categories of analysis, reveals the perception of sixteen managers about the challenges faced by Venezuelan trans women migrants. In the category dealing with transphobic habitus and symbolic violence, managers report how prejudice and discrimination are perpetuated from their country of origin to Brazil. The category for symbolic and sociocultural capital in mediating access to rights analyzes the power relations that determine the realization or denial of vital resources, such as access to health and housing. Finally, the category of sex work as economic capital highlighted the stigma surrounding this practice as a means of survival. Although advances in care are highlighted, institutional gaps and gaps in the integration of public policies sensitive to gender and nationality persist. **CONCLUSION:** The managers' perception highlights a criticism of systemic deficiencies, with emphasis on the scarcity of specialized public services. The lack of a robust state structure limits the effectiveness of support initiatives, which depend heavily on non-governmental organizations and international humanitarian aid agencies. The findings highlight opportunities for improvement in building a service network that guarantees dignity to these women for their integration into Brazilian territory.

Keywords: International migration. Transgender people. Public policies. Human Rights. Qualitative research.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 JUSTIFICATIVA	16
3 OBJETIVOS	18
3.1 Objetivo geral	18
3.2 Objetivos específicos	18
4 REFERENCIAL TEÓRICO	19
4.1 Compreendendo a migração	19
4.1.1 A crise venezuelana e o processo migratório	20
4.1.2 Fluxos migratórios venezuelanos para o Brasil	22
4.2 Gênero e migração	24
4.2.1 Mulheres trans em contexto de migração	27
4.2.2 Fronteiras e identidades sob a ótica de Bourdieu	31
5 MÉTODOS	37
5.1 Delineamento do estudo	37
5.2 Local e período do estudo	38
5.3 Participantes do estudo	39
5.4 Coleta dos dados	40
5.5 Análise dos dados	44
5.6 Aspectos éticos e legais	49
6 RESULTADOS	50
6.1 Caracterização sociodemográfica	50
6.2 Caracterização institucional	56
6.3 Categorias de análise	62
6.3.1 <i>Habitus</i> transfóbico e violência simbólica no campo migratório	63
6.3.2 Capital simbólico e sociocultural na mediação do acesso a direitos	73
6.3.3 Trabalho sexual como capital econômico	103
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS	113
APÊNDICE A - Questionário de perfil sociodemográfico	140
APÊNDICE B - Roteiro de entrevista semiestruturada	141
APÊNDICE C - Termo de consentimento livre e esclarecido	143
ANEXO A - Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa	145

1 INTRODUÇÃO

As políticas de diversidade e migração nos Estados Unidos da América (EUA) têm sido objeto de intensas transformações, especialmente sob a administração atual, refletindo uma abordagem mais restritiva à imigração e um retrocesso em iniciativas de diversidade, equidade e inclusão. Essas mudanças geram amplo debate nacional e internacional, dada sua relevância para os direitos humanos e a coesão social.

No que concerne às políticas de diversidade, a administração atual revogou diversas iniciativas implantadas para promover a equidade e a inclusão de grupos historicamente marginalizados. O atual presidente assinou uma ordem executiva que extinguiu programas e escritórios relacionados a diversidade, equidade e inclusão no Governo Federal, sob a justificativa de que as contratações devem se basear exclusivamente na meritocracia (Associated Press, 2025).

Essas medidas evidenciaram uma inflexão conservadora na administração pública, distanciando-se de políticas progressistas voltadas à inclusão de minorias étnicas, raciais e de diversidade de gênero. Além disso, a política migratória tem sido significativamente endurecida, com a declaração de emergência nacional na fronteira sul, o que resultou na intensificação das operações de controle migratório com critérios para deportação acelerada (El País, 2025; Cadena Ser, 2025).

Outro aspecto relevante diz respeito à ampliação das operações de deportação. O Departamento de Segurança Interna (DHS) introduziu diretrizes que conferem maior autonomia ao Serviço de Imigração e Controle de Alfândegas (ICE) para a detenção e remoção de imigrantes. Estima-se que mais de um milhão de pessoas sejam afetadas por essas novas diretrizes, que incluem a revogação de permissões concedidas anteriormente por meio de programas humanitários (Politico, 2025).

Tais mudanças geram grande controvérsia. Setores da sociedade civil e organizações internacionais de defesa dos direitos humanos criticam veementemente essas políticas, alegando que elas restringem a mobilidade humana e reforçam desigualdades estruturais e promovem um ambiente hostil a minorias raciais e migrantes (BBC, 2025).

O panorama atual das políticas de diversidade e migração nos EUA é marcado por uma orientação neoconservadora, com restrição à imigração e revogação de programas de equidade social. Enquanto apoiadores defendem essas medidas para a segurança nacional e identidade cultural, seu impacto segue em debate.

O Brasil está inserido no panorama internacional de deslocamentos populacionais, com registros expressivos de movimentos migratórios. Vaz (2017) destaca que a onda migratória mais recente de venezuelanos para o território brasileiro é decorrente de uma complexa crise socioeconômica.

Os fatores desencadeantes da migração venezuelana são multifacetados, envolvendo conflitos históricos, geopolíticos e ideológicos. Em face ao contexto de limitações estruturais no acesso a serviços vitais, um significativo contingente de venezuelanos tem se deslocado para o Brasil (Soares *et al.*, 2023).

Para assegurar sua efetividade, as políticas públicas direcionadas à população migrante devem ser fundamentadas em aspectos legais, requerendo a assimilação, por parte dos países receptores, das desigualdades de acesso, especialmente sob a perspectiva de gênero (Oliveira; Severo; Hoefel, 2024; Zapata; Prieto, 2020; Ennes; Morato; Santos, 2020).

Na conjuntura das migrações massivas, é crucial reconhecer a diversidade de grupos historicamente marginalizados, como a população LGBTQIAPN+ (lésbicas, gays, bi, trans, queer/questionando, intersexo, assexuais/aromânticas/agênero, pan/poli, não-binárias e mais). Para além das barreiras socioeconômicas e do acesso limitado a serviços essenciais, essa população está sujeita a violência motivada por questões de gênero (Menezes, 2020).

No âmbito do êxodo venezuelano, Dil, Moura e Costa (2023) destacam que deslocamento pode representar tanto uma oportunidade de refúgio quanto um cenário de novas adversidades. França e Fontgaland (2020) ressaltam a necessidade de aprofundar os estudos sobre essa população para compreender os impactos da migração em seus direitos, considerando as vulnerabilidades interseccionais relacionadas à identidade de gênero e nacionalidade.

O Brasil tem liderado globalmente o *ranking* de assassinatos de pessoas trans pelo 15º ano consecutivo com o registro de 145 casos em 2023. Dentre as vítimas, 80% eram negras ou racializadas e 48% exerciam trabalho sexual. A expectativa de vida dessa população segue em 35 anos, sendo reflexo da exclusão social e da violência estrutural (ANTRA, 2024).

A baixa expectativa de vida das mulheres trans evidencia a marginalização estrutural e a exposição permanente a dinâmicas sistemáticas de violência. Entre as mulheres trans migrantes, esses riscos são exacerbados, tornando-as alvos de abusos perpetrados tanto pela comunidade local quanto pelas autoridades migratórias (ANTRA, 2020).

Lenci (2022) aponta que a articulação intersetorial é essencial para a concepção e implementação de políticas que contemplem essas múltiplas vulnerabilidades, garantindo proteção e equidade de direitos. A transversalidade dessas ações exige a coordenação entre

diferentes setores, pois a ausência de medidas estruturadas e de acesso equitativo a direitos reforça a precarização das trajetórias, limitando sua autonomia e cidadania plena.

Embora tenham ocorrido avanços em programas de diversidade no Brasil, ainda persistem deficiências estruturais, como a insuficiência de serviços especializados em saúde, os entraves ao acolhimento de migrantes LGBTQIAPN+, a fragilidade das políticas de inclusão no mercado de trabalho e a ausência de medidas efetivas para coibir a discriminação social (Rocon *et al.*, 2020).

A cooperação intersetorial mostra-se imprescindível para mitigar essas vulnerabilidades, pois a sinergia entre os setores de saúde, assistência social, educação, trabalho e direitos humanos fortalece as redes de suporte e amplia o acesso a políticas de proteção, assegurando a cidadania e a inclusão das mulheres trans migrantes (Veroneze, 2022; Lima; Flor; Noro, 2023).

A efetivação de práticas institucionais voltadas à equidade no atendimento demanda a qualificação contínua das equipes, o fortalecimento das redes de suporte e a consolidação de mecanismos de monitoramento das ações direcionadas às mulheres trans migrantes (Ramos *et al.*, 2022).

Os gestores desempenham um papel estratégico na efetivação de políticas públicas, atuando como agentes centrais na tomada de decisão institucional. Ao coordenar a implementação dessas ações e mediar as demandas da população com as capacidades institucionais, viabilizam a ampliação do alcance e a efetividade das práticas adotadas. (Pereira; Lemos, 2021).

Sob uma perspectiva sociológica, a posição ocupada pelos gestores nas instituições confere-lhes um poder hierárquico na operacionalização do acesso aos direitos das mulheres trans venezuelanas migrantes. Na condição de reguladores das políticas públicas, os gestores delineiam a oferta de serviços, paralelamente perpetuando iniquidades sociais.

À luz da teoria de Pierre Bourdieu, as classes sociais e as desigualdades étnico-raciais são construções históricas que se perpetuam por classificações que hierarquizam os indivíduos conforme sua posição no espaço econômico e racial. Essa lógica sustenta a consolidação de privilégios e a exclusão sistemática, impondo valores que determinam quais grupos são socialmente legitimados e quais são marginalizados, perpetuando relações de subordinação.

No campo do atendimento intersetorial, os gestores ocupam cargos centrais que orientam deliberações mediante suas percepções sobre as mulheres trans migrantes. Esse espaço caracteriza-se como um campo de disputas, no qual as decisões dos agentes

institucionais não somente influenciam a dinâmica administrativa, mas também legitimam ou restringem o acesso dessa população a direitos fundamentais.

Nesse íterim, torna-se imperativo avaliar as percepções dos gestores sobre o atendimento de mulheres trans venezuelanas inseridas no sistema local Norte amazônico. Ao revelar desafios, lacunas e possibilidades de aprimoramento na gestão, esta análise reafirma o compromisso do Estados com a garantia dos direitos das mulheres trans migrantes.

2 JUSTIFICATIVA

O fenômeno da migração representa um significativo desafio com impacto ao nível das dinâmicas dos serviços nos países de acolhimento. Identificar as percepções dos gestores sobre o deslocamento de mulheres trans venezuelanas no sistema brasileiro é essencial, pois essas percepções influenciam a estruturação e a eficácia dos serviços, permitindo identificar lacunas e propor estratégias mais inclusivas e adequadas às necessidades dessa população.

O debate interseccionado sobre gênero, sexualidade e migração têm revelado novos direcionamentos às políticas institucionais contemplando a garantia de direitos humanos a nível global. Essa articulação na esfera da migração, refúgio, gênero e sexualidade têm suscitado interesse crescente nas ciências sociais, dando contorno a um conjunto de pesquisas sobre essa temática (França; Fontgaland, 2020).

A inclusão da mulher trans nesse debate aprofunda a compreensão das dinâmicas interseccionais que estruturam as experiências migratórias, revelando como a identidade de gênero agrega novas camadas de vulnerabilidade a um percurso já atravessado por desigualdades sistêmicas. Enquanto as mulheres cisgênero migrantes enfrentam desafios decorrentes da sobreposição dos marcadores de gênero e condição migratória, as mulheres trans encontram-se submetidas a um processo de marginalização ainda mais acentuado, em que a transfobia se entrelaça à xenofobia e às desigualdades socioeconômicas, intensificando sua exclusão e precarização nos espaços de trânsito e destino (Da Rosa *et al.*, 2019).

Em consonância a esse panorama, as pessoas em contexto migratório com orientação sexual, identidade de gênero e/ou *status* sexual diversos estão demasiadamente vulneráveis a riscos relacionadas à pobreza, violência sexual, tráfico humano, estigmas e acesso inadequado a serviços essenciais. É fundamental garantir que os agentes de acolhida dessa população específica estejam qualificados para recebê-las com respeito, dignidade e solidariedade (Yamada; Torelly, 2018).

Atualmente, os gestores dos setores vinculados ao atendimento das mulheres trans venezuelanas que migraram para o Brasil são guiados pela disposição do sistema governamental ou não governamental em que estão inseridos regionalmente. Percebe-se que uma parcela significativa desses gestores, expressivamente na ótica pública, não está adequadamente capacitada e/ou estimulada para desempenhar tais atividades em uma perspectiva humanística e inclusiva (Uebel; Raldi, 2021).

Candeias e colaboradores (2021) enfatizam que, sobreposto ao processo migratório, a diversidade de gênero influencia as maneiras pelas quais os serviços assistenciais e gerenciais

respondem às diferentes necessidades populacionais. A reflexão teórica sobre essa temática almeja subsidiar a canalização de estratégias nos territórios receptores que, certamente, também necessitam de apoio técnico, científico e jurídico.

Os atores que participam do atendimento a essa população devem estar devidamente instrumentalizados para suas demandas mediante uma abordagem intersetorial e colaborativa que abranja necessidades de saúde e determinantes sociais mais amplos. Desse modo, o sistema poderá estar paramentado para apoiar as mulheres trans migrantes rumo à promoção de uma sociedade mais inclusiva, justa e equitativa.

Conhecer a percepção dos gestores sobre as mulheres trans em processo migratório da Venezuela para o Brasil se expressa como indispensável para o fomento de estratégias institucionais baseadas em direitos sensíveis às diferenças culturais, linguísticas, étnico-raciais, econômicas e de gênero.

O problema central deste estudo é compreender as percepções dos gestores sobre o atendimento às mulheres trans migrantes da Venezuela no Brasil. Identificar essas percepções é crucial, pois elas influenciam diretamente o atendimento em serviço, permitindo apontar resoluções eficazes e em consonância às necessidades dessa população.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Analisar as percepções de gestores sobre o atendimento intersetorial a mulheres trans venezuelanas em Boa Vista (RR) e Manaus (AM).

3.2 Objetivos específicos

- A. Caracterizar o perfil sociodemográfico dos gestores e das instituições onde atuam em Boa Vista (RR) e Manaus (AM);
- B. Compreender as percepções dos gestores sobre as condições de vida e atendimento das mulheres trans venezuelanas que migraram para Boa Vista (RR) e Manaus (AM);
- C. Identificar os desafios e as estratégias adotadas pelos gestores para garantir o atendimento a mulheres trans venezuelanas migrantes em Boa Vista (RR) e Manaus (AM).

4 REFERENCIAL TEÓRICO

Diante das questões delineadas, o presente estudo desdobra o referencial teórico em duas temáticas interrelacionadas: "Compreendendo a migração" e "Gênero e migração". Essas temáticas se interconectam na análise das condições de vida dos migrantes, especialmente das mulheres e pessoas trans, cujas experiências são marcadas por desafios relacionados ao *status* migratório e às questões de gênero.

O estudo busca compreender a migração como um fenômeno social global e desvendar as dinâmicas de poder e vulnerabilidade que afetam desproporcionalmente grupos específicos dentro desse processo, propondo uma análise sobre as intersecções entre mobilidade humana e desigualdade de gênero.

4.1 Compreendendo a migração

A palavra migração vem do latim *migratio*, significando o deslocamento de uma ou mais pessoas de um lugar para outro em caráter provisório ou definitivo (Michaelis, 2016).

Em 1972, a Organização das Nações Unidas (ONU) definiu operacionalmente a migração como uma mudança de residência de uma divisão civil a outra. Essa migração pode ser caracterizada como interna, na hipótese de acontecer dentro de um mesmo território nacional ou externa se o deslocamento ocorrer de um país para outro (Lacerda; Baía, 2020).

As migrações externas, interesse deste estudo, podem decorrer de forma regular (quando o imigrante ingressa no país destino de forma a atender a legislação local) e irregular (quando o imigrante viola a legislação de ingresso do país destino ou quando permanece sem que haja autorização) (OIM, 2014).

No que se refere à motivação, as migrações podem ser classificadas como voluntárias ou forçadas. Na primeira ocasião, as pessoas se deslocam em busca de uma melhor qualidade de vida ou de cunho pessoal. Já a migração forçada se configura pela obrigação de deslocamento oriunda de fatores externos à decisão pessoal. É o que acontece, por exemplo, com os exilados e refugiados (OIM, 2014; Lacerda; Baía, 2020).

Os movimentos migratórios atuais tendem estar atrelados a eventos agudos, a instabilidade econômica ou crises humanitárias e eventos a longo prazo. Tem-se notado padrões de “corredores” de migrações desenvolvidos ao longo dos anos (Mcauliffe; Khadria; Bauloz, 2019).

A migração impõe o desafio acerca da integração social e do acolhimento dessas pessoas, que buscam por uma vida digna. Por não se tratar de uma deliberação genuína, tal mobilidade motivada por crises sociais, políticas, econômicas e/ou ecológicas põem em risco a dignidade daqueles que são forçados a migrar.

Esse fenômeno acentua fatores de vulnerabilidade que se multiplicam a tal ponto que os riscos de violação dos direitos humanos aumentam substancialmente (Carballido, 2021).

4.1.1 A crise venezuelana e o processo migratório

A crise humanitária venezuelana e o movimento migratório de sua população precisa ser entendido dentro de seu contexto. Assim, antes de adentrar na discussão sobre a crise contemporânea da Venezuela, é necessário entender o processo de transformação política, social e econômica do país que se desenvolveu antes mesmo da posse de Hugo Rafael Chávez Frias como Chefe do Executivo (Schurster; Araujo, 2015).

Após o término da Guerra Fria e da consequente consolidação dos Estados Unidos da América (EUA) como país dominante do mundo, a sociedade venezuelana inicia seu processo de insurgência contra o neoliberalismo e a democracia representativa. Hugo Chávez, em 1992, lidera uma tentativa de golpe de Estado contra Andrés Pérez, que acaba destituído por *impeachment* em 1993. Ao fim do mesmo ano, Rafael Caldera Rodrigues se elegeu e anistiou Hugo Chávez pela tentativa de golpe (Bastos; Obrégon, 2018).

Instaura-se, então, uma forte crise econômica no governo de Caldera, com consequente anuência para implementação de reformas de cunho neoliberal do Fundo Monetário Internacional (FMI), que fortaleceu a imagem de Hugo Chávez no país. Dessa forma, ele se elegeu em 1998 e sinalizou o começo da Era de Chávez, que durou 14 anos (Conci; Campos, 2022).

É importante destacar que a Venezuela possui a segunda maior reserva de petróleo do mundo e está situada próxima do maior consumidor mundial desse insumo, os EUA, o que torna o país latino uma fonte estratégica do recurso bem como, que, a partir da liderança de Hugo Chávez, o país passou a ser visto como um potencial ameaça para a segurança do país norte-americano (Grande, 2017).

Com a morte de Chávez em 2013, ocorreu a ascensão de Nicolás Maduro à Presidência, eleito em uma vitória acirrada e com início conturbado de gestão. Isso porque o candidato derrotado Henrique Capriles não reconhece o resultado das urnas, promovendo embates

violentos para exigir pela força a renúncia de Maduro. Este por sua vez não renunciou e tem conduzido o país durante esse período de crise (Schurster; Araujo, 2015).

Emergem explicações de que a conjuntura pela qual a Venezuela atravessa seria resultado da inabilidade do atual presidente e dos chavistas para conduzir a situação política, social e econômica do país. Deste modo, a elevada inflação e a falta de produtos básicos, seriam resultado da ineficiência do governo de Maduro e de que a crise é referente à repressão e às mortes de manifestantes da oposição durante os protestos contra o governo (Seabra, 2017).

É essencial destacar o fato de a economia venezuelana ser extremamente dependente de importações, inclusive de insumos básicos e da exportação de petróleo para possuir reservas internacionais e distribuir renda. Nesse contexto, o agravamento da crise humanitária na Venezuela se intensifica em 2014, quando o preço do barril do petróleo sofreu uma grande queda no cenário internacional e quando o governo dos EUA, ainda na gestão de Barack Obama, impôs uma série de sanções econômicas sobre a Venezuela. Estes fatos repercutiram em desabastecimento e instabilidade de preços no país (Seabra, 2017).

Com a eleição de Donald Trump, em 2016, estas sanções foram expandidas, expandindo os problemas já existentes e gerando o agravamento da crise que passou a atingir ainda mais o fornecimento de bens básicos na Venezuela (Grande, 2017).

Além disso, desde o anúncio da enfermidade do ex-presidente Hugo Chávez em 2011, e a partir de seu falecimento em março de 2013, a oposição passa a vislumbrar o fim da Revolução Bolivariana, colocando em funcionamento duas táticas complementares: uma guerra econômica cujas armas são o açambarcamento programado de produtos essenciais e a indução da inflação pelo ataque à moeda e o boicote no fornecimento de produtos e insumos industriais; ações da guarimba com a formação de barricadas em avenidas e ruas, queima de pneus e lixo, cabos de aço atravessando as ruas, ações violentas de grupos portando armas de fogo. Assim, induzem a desconfiança na eficiência da intervenção estatal na economia e fustigam uma ação mais repressiva pelo governo, para propagar o medo e provocar a renúncia do presidente (Seabra, 2017).

Todos esses fatos demonstram que há quase uma década a Venezuela sofre com uma crise econômica e política que tem levado ao declínio da qualidade de vida no país e a dificuldade de satisfazer as necessidades mais básicas dos cidadãos venezuelanos, como alimentação e saúde. Assim, emerge uma grave violação de direitos humanos de sua população, com comprometimento de sua integridade física e psíquica, e consequente migração em massa de sua população (Ribas, 2018).

4.1.2 Fluxos migratórios venezuelanos para o Brasil

O fluxo migratório originado na Venezuela é a mobilidade humana mais expressiva das Américas na contemporaneidade. Até julho de 2021 cerca de 5,6 milhões de venezuelanos estavam em trânsito, dos quais 273.173 estão atualmente em território brasileiro (OIM, 2021; Jarochinski-Silva *et al.*, 2021).

O Brasil é atualmente o quinto principal destino da migração venezuelana na região dos países latino-americanos, sendo a entrada predominante no País pela fronteira norte no Estado de Roraima (Carballido, 2021).

No que diz respeito ao processo de documentação, os venezuelanos têm a possibilidade de solicitar asilo ou residência temporária e ambos os documentos dão direito à retirada da autorização de trabalho, cadastro de pessoa física (CPF), cartão nacional de saúde e ter acesso a todos os serviços públicos básicos brasileiros (Soares *et al.*, 2023).

Receber imigrantes de todas as partes do mundo é uma realidade no Brasil, apesar das razões que impulsionaram e o modo como essas migrações ocorreram terem se modificado ao longo dos séculos (Santos; Muller, 2019).

Vaz (2017) aponta que a crise venezuelana tem como principais causas três fatores: a perda de condições de governabilidade do presidente Nicolás Maduro, em um ambiente de elevado desgaste da sua legitimidade, em virtude da utilização de atitudes antidemocráticas e de medidas de exceção, e do aumento do seu isolamento internacional; fortes desequilíbrios macroeconômicos, no campo externo, e elevada desestruturação no plano microeconômico, corroendo cada vez mais a economia do país; e, o agravamento da crise social e aumento da miséria, tendo como principais consequências o aumento da criminalidade e da violência.

O aumento dos fluxos de migração venezuelana para o Brasil tem ocorrido desde 2015 em virtude dos crônicos problemas de abastecimento de produtos básicos associados ao aumento das tensões que marcam a trajetória recente da Venezuela. Houve um salto nos níveis de pobreza extrema passando de 23,6%, em 2014, para 61,2%, em 2018 (Human Rights Watch, 2020). Esse fluxo decorrente da grave e generalizada violação de direitos humanos é reconhecido pelo Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) no Brasil (Paez, 2019).

A Lei nº 13.445/2017, que institui a nova Lei de Migração no Brasil, revogou o Estatuto do Estrangeiro, vigente desde 1980. O antigo estatuto tratava o imigrante de maneira discriminatória, tratando-o com desconfiança e como uma ameaça à soberania nacional e ao mercado de trabalho brasileiro. Com a nova legislação, o imigrante é reconhecido como sujeito de direitos e obrigações, com ênfase na proteção dos direitos humanos (Mendes; Brasil, 2020).

Os princípios e garantias assegurados pela Lei da Migração destacam a universalidade; indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos; repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação; não criminalização da migração; igualdade de tratamento e de oportunidade ao migrante e a seus familiares; inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas; acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social (BRASIL, 2017).

Nota-se que a nova legislação traz um viés fortemente humanitário, enfatizando a garantia de direitos fundamentais das pessoas que se encontram deslocadas de seu país de origem. Todavia, ainda há gargalos mediante o contexto social vivenciado no Brasil que, como é de conhecimento, apresenta uma situação restrita na oferta desses serviços públicos, inclusive para a população nativa (Santos; Muller, 2019).

Acrescenta-se que a linha temporal indica a chegada de famílias venezuelanas mapeadas da etnia Pemón ao Brasil desde o início dos anos 2000, Warao desde 2014 e das famílias E'ñepá desde 2016 (Brasil, 2021). A Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2021) assinala que se trata de uma população com um perfil sociodemográfico plural, dado que para além da condição de refugiada e migrante, conta com uma diversidade étnica, etária e de gênero.

Maciel (2020) destacam a imperatividade das ações de abordagem, atendimento de saúde, assistência social e, a partir de demanda, oferta de abrigo. Nesse sentido, toma-se como exemplo as ações adotadas pelo estado do Maranhão para atenção às demandas dos Warao articuladas intersetorialmente pela Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) em parceria com entidades da sociedade civil, igrejas e as instituições do Sistema de Justiça.

Dados revelam que 34% dos brasileiros expressam algum grau de preconceito contra imigrantes (Brasil, 2024). Um estudo realizado pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra, 2020) com refugiados venezuelanos destaca que 70% dos entrevistados relataram ter sofrido algum tipo de discriminação desde sua chegada ao país. Esses atos de discriminação incluem insultos xenofóbicos, tratamento desigual no trabalho e exclusão social.

A presença dessa população em território brasileiro tem suscitado a necessidade de ampliar o conhecimento a fim de estruturar ações e políticas públicas mais efetivas e culturalmente adequadas para o seu atendimento. O reconhecimento das especificidades das dinâmicas sociais impostas pelo deslocamento forçado torna-se essencial para mitigar a reprodução de estigmas e ampliar a efetividade das intervenções (OIM, 2020).

4.2 Gênero e migração

O fenômeno da migração — antiga prática que a humanidade, desde seus primórdios exerce com ênfase na manutenção da própria sobrevivência — tem expandido a análise sob o viés de gênero¹ (Lacerda; Baía, 2020).

A população migrante é objeto de estudo das ciências sociais há décadas, desde o clássico estudo pioneiro “*The Polish Peasant in Europe and America*”, publicado entre os anos de 1918 e 1920 por Thomas e Znaniecki com ampliação de questões de gênero na temática migratória algumas décadas posteriores (Fogliatto, 2022).

As questões de gênero passaram a ser estudadas como categoria analítica dentro das ciências sociais no século XX (Scott, 1995) e desde então a temática vem se consolidando como um emergente campo de estudo. No Brasil, a utilização de “gênero” como categoria analítica surge com os trabalhos de Célia Sakurai e Kátia Lerner (Kosminsky, 2007).

Ainda em 2007, Assis e Kosminsky apontaram que as vivências de mulheres migrantes eram vistas até então como experiências genéricas de migrações, sem considerar as especificidades femininas. A partir daí, os estudos questionaram a invisibilidade das mulheres enquanto sujeitos migratórios a fim de compreender as interfaces entre gênero e migração.

A literatura tem demonstrado experiências distintas das pessoas migrantes de acordo com o gênero, produzindo desigualdades e vulnerabilidades que se refletem em toda a experiência migratória, desde a escolha de saída até à integração na comunidade de acolhimento (Fleury, 2016).

A migração dirigida ao território brasileiro ainda é predominantemente masculina, no entanto, o número de migrações femininas representa um contingente expressivo, que demonstra as modificações no panorama da migração (Santos; Muller, 2019).

Diversos estudos têm mencionado o aumento da participação de mulheres nos fluxos migratórios, em um fenômeno chamado “feminização das migrações” (Fogliatto, 2022). As motivações para a migração feminina podem ser diversas, sendo as mais comuns, conforme Dutra (2013): trabalho, desemprego, condições de precariedade, falta de reconhecimento, necessidade de capacitação, discriminação retributiva, segregação ocupacional, vulnerabilidade, entre outras.

¹ O gênero deve ser entendido como uma categoria analítica histórica e social, construída pelas relações sociais e culturais, e não como uma característica biológica ou inata. O gênero, enquanto dispositivo discursivo, define e estrutura as diferenças entre os sexos, estabelecendo uma hierarquia de poder que perpetua desigualdades. Ao abordar o gênero dessa forma, Scott destaca sua função na organização das relações sociais e políticas, permitindo questionar as normas que sustentam as desigualdades de poder (Scott, 1995).

Dornelas e Ribeiro (2018) explicam que analisar a migração feminina na perspectiva de gênero significa, portanto, reconhecer que a desigualdade entre homens e mulheres não responde a uma explicação biológica, mas à construção social e às relações de poder.

Consoante a essa ideia, Amorim, Simione e Sato (2020) ressaltam que essa mobilidade feminina se perfaz num universo repleto de imagens de insegurança e medo que subjazem efeitos reais da vulnerabilidade na qual estão inseridas, haja vista as ausências de direitos, assistência social, proteção e emprego.

Góes e Borges (2021) destacam que nas condições de migração e refúgio, as mulheres estão vulneráveis às violências baseada em gênero, sexual e psicológica, tráfico de pessoas. Entretanto, a discussão sobre a intersecção entre gênero/sexualidade e migração/refúgio ainda é recente (Siqueira; Antonucci, 2021).

Como citado na subseção anterior, a Lei da Migração ainda possui muitas lacunas. Deve-se compreender que homens e mulheres são estruturalmente diferentes, o que interfere não só no seu modo de viver em sociedade, mas também nas políticas públicas a serem elaboradas e executadas (Costa, 2011).

Na literatura, observa-se a migração internacional e o refúgio como fatores que impactam diretamente nas necessidades relativas à saúde e bem-estar de mulheres e adolescentes. Notam-se ainda consequências imediatas para a saúde pública, efeitos a longo prazo e intergeracionais para o desenvolvimento social e bem-estar dessa população (Starrs *et al.*, 2018; Wickramage; Annunziata, 2018).

As mulheres e meninas migrantes, em geral, enfrentam maiores riscos relacionados à violência, intimidação, tráfico humano, abuso, estupro, assédio sexual, bem como situações de discriminação e de estigmatização, além de sofrerem com barreiras linguísticas, exclusão social, pobreza e devido a diferenças socioculturais. Tais riscos podem ser ainda mais amplos devido às restrições e às dificuldades de acesso a serviços de saúde e a medicamentos em zonas fronteiriças e de abrigo (Miranda; Portugueseis, 2021).

Borelli (2021) aborda que incorporar a análise feminista crítica significa questionar as hierarquias de poder hegemônicas – estruturais, comunitárias, familiares – que (re)produzem e sedimentam a disparidade de gênero, com repercussões na vida de inúmeras mulheres. Discutindo o acesso à saúde das mulheres migrantes, revelam-se restrições que advêm de políticas públicas e de processos de trabalho (Sobreira *et al.*, 2021).

O deslocamento humano é um importante fator de encontro entre atores sociais com diferentes histórias e valores refletindo tanto no processo de viver e adoecer como no acesso aos serviços de saúde. Fatores culturais, estereótipos de gênero, hábitos tradicionais das

sociedades, linguagem e padrões de comunicação, entre outros, agravam as vulnerabilidades durante os processos de migração, uma vez que influenciam o acolhimento das pessoas dentro dos países (Morais *et al.*, 2021).

O bem-estar holístico das pessoas migrantes é um elemento fundamental para a integração no país de destino, para a estrada rumo à equidade e justiça social e para a salvaguarda dos direitos humanos (Borelli, 2021).

O processo migratório, que engloba as experiências vividas desde a situação prévia à saída até ao processo de integração à chegada, influencia a vida das pessoas de forma variável e complexa, tendo manifestações a nível individual (biológico, genético, comportamental), social e cultural, político, económico e ambiental (Furtado; Pereira, 2010).

Para Filler, Jameel e Gagliardi (2020), o atendimento a essa população apresenta *déficits* em aspectos relacionados à cultura, raça, etnia, religião, gênero e orientação sexual e refere-se a uma assistência que necessita ser adequada às crenças.

A migração é identificada como fator potenciador de discriminações e desigualdades interseccionais contribuindo para uma maior vulnerabilidade à doença e para uma maior dificuldade de acesso aos serviços (López, 2016; Gil-Salmerón *et al.*, 2021).

As experiências do processo de migração influenciam dinâmicas de risco relativos ao acesso e utilização dos serviços, determinando e fomentando desigualdades e iniquidades sociais (Bäckström, 2016; López, 2016).

A instabilidade identitária, as dificuldades burocráticas, as barreiras de acesso aos serviços, a precariedade e as duras condições de trabalho, as condições de habitação, a falta de rede de apoio, assim como os episódios de discriminação, representa apenas parte dos desafios que podem atentar contra o bem-estar das populações migrantes (Bäckström, 2016; Keygnaert *et al.*, 2014; Oliveira, 2020).

As experiências individuais durante o percurso migratório, os hábitos, as representações, crenças, a condição de habitação e trabalho, os episódios de discriminação, as políticas de acesso aos serviços e, em geral, as políticas de distribuição de recursos no país de destino, interrelacionam-se para determinar o grau de vulnerabilidade de cada pessoa (Candeias *et al.*, 2021).

Estes fatores de natureza mais grupal e social se intersectam com as determinantes individuais, ou seja, os efeitos das características sociodemográficas do indivíduo e das suas atitudes e crenças (Fair *et al.*, 2020; Oliveira, 2020).

Morais e colaboradores (2021) apontam que os estereótipos de gênero e moralidade dentro da cultura são mandatórios no acesso aos serviços. Por conseguinte, o estigma e a

discriminação permeiam as minorias sociais ao ser migrante, ser mulher, ser pessoa não binária e/ou ser não heterossexual (Egli Gany *et al.*, 2020).

4.2.1 Mulheres trans em contexto de migração

O Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (2019) assinala que assim como migrar é um direito, existir como se é, também. Esse princípio reforça a noção de que a dignidade humana deve ser respeitada em todas as suas dimensões, incluindo o reconhecimento da identidade de gênero e orientação sexual.

Historicamente, os estudos clássicos de deslocamento humano partiam de pressupostos heteronormativos em que os migrantes eram tratados como uma massa universal em busca de melhores condições econômicas, ou, no caso do refúgio, por motivos ligados a guerras e conflitos. Por esta perspectiva, conforme Teixeira (2015), o gênero e a sexualidade não eram notabilizados como motivo para a migração como também não eram considerados fator modulador desse fenômeno.

Marinucci (2020) aponta que na ótica do paradigma da interseccionalidade, determinadas problemáticas comuns nos processos das migrações – discriminações, violências, isolamento, desemprego ou precarização do trabalho, entre outras – se tornam ainda mais severas para a população com orientação sexual, identidade de gênero e/ou *status* sexual diversos, devido, possivelmente, à intersecção da LGBTQIAPN+fobia com o racismo, a xenofobia, o machismo e o etnocentrismo.

Atualmente, a terminologia considerada adequada para designar pessoas com identidade de gênero, orientação e/ou *status* sexual diversos varia entre países, regiões, comunidades linguísticas e indivíduos. Todos esses aspectos refletem causas estruturais sustentadas por padrões sociais que marcam as vivências e experiências e que atravessam, também, as fronteiras transnacionais (França; Fontgaland, 2020).

A identidade de gênero é a experiência interna e individual que pode corresponder ao sexo atribuído no nascimento (cisgênero) ou não (transgênero). As inúmeras faces da violência têm perpassado as experiências de pessoas que se identificam como LGBTQIAPN+. Todavia, estudos têm demonstrado que são as pessoas transexuais que enfrentam maiores e mais graves casos de preconceito e hostilidade (Miskolci *et al.*, 2022).

Em situações de deslocamento forçado, a população LGBTQIAPN+ enfrenta inúmeras dificuldades de acesso a assistência humanitária, como acomodação segura, serviços de saúde

apropriados, assistência em situação de violência baseada em gênero, educação e oportunidades de meios de vida (ACNUR, 2021).

As formas específicas de discriminação que as pessoas enfrentam devido à sua orientação sexual e identidade de gênero são definidas como expressões de intolerância e desrespeito manifestados através da rejeição, exclusão, violência e a obstrução do pleno exercício de direitos como o acesso à educação, ao emprego, à saúde, ao direito à vida. A exclusão do acesso aos meios de vida pode assumir a forma de negação de recursos, oportunidades ou serviços (França; Fontgaland, 2020; ACNUR, 2021).

As trajetórias de pessoas migrantes com identidade de gênero, orientação e/ou *status* sexual diversos têm sido marcadas por episódios de violência, à medida que se afastam da norma heteronormativa dominante e desafiam as convenções tradicionais de gênero e sexualidade. Por não se alinharem às expectativas estabelecidas de masculinidade e feminilidade, essas identidades são compreendidas como transgressões das normas sociais consolidadas, o que gera relações de poder assimétricas e reflete sua posição subalterna (Siqueira; Antonucci, 2021).

E, embora as causas para os deslocamentos sejam múltiplas, é muito frequente que tenham relação com a violência de Estado ou com aquela perpetrada por familiares. Dessa forma, as redes de parentesco que convencionalmente atuam em projetos migratórios deixam de operar (Andrade, 2019; Bhagat, 2020).

A superposição dessas vulnerabilidades culmina em violações de diversas ordens. Embora pesquisas contabilizem o número de pessoas que solicitaram refúgio com motivações explicitamente relacionadas a perseguição ou ameaça à sua orientação sexual ou identidade de gênero, não se tem um retrato mais fidedigno sobre essa população no Brasil, abrangendo não só parâmetros estatísticos, mas também aspectos sociais dessa população (Siqueira; Antonucci, 2021).

No plano normativo, o Brasil é considerado um país progressista em relação às políticas públicas voltadas à população LGBTQIAPN+. Entretanto, a realidade local é atemorizante. Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2024), o Brasil é considerado o país que mais matou pessoas travestis e transexuais no mundo, ocupando o 68º lugar no *ranking* de países quanto à segurança para a população LGBTQIAPN+ (Benevides, 2022). Ainda segundo os dados da ANTRA (2024), em 2022, foram documentados 131 assassinatos de pessoas trans, destacando uma realidade pautada pela violência e marginalização.

Há uma contradição entre o Brasil ser um país que registra altas taxas de violência contra

mulheres trans e paralelamente possuir razoável aparato legislativo que em sua redação refletem um compromisso do Estado em garantir direitos e proteção dessa população por meio de políticas antidiscriminatórias, acesso a serviços de saúde específicos, direitos de identidade legal e outras medidas destinadas a promover a igualdade e a inclusão (Rafael *et al.*, 2023).

A análise dessas estatísticas aponta para a complexidade da violência contra pessoas trans, que transcende a mera agressão física e se insere em um contexto de opressões interconectadas. Nesse sentido, Stelzer e Kyrillos (2021) salientam a importância da interseccionalidade, enfatizando que fatores como raça, classe e gênero convergem para acentuar os níveis de exclusão e vulnerabilidade enfrentados por pessoas trans.

Os dados sobre o transfeminicídio desempenha um papel crucial na compreensão e no enfrentamento dessa realidade. Lôndero, Reis e Mewes (2024) destacam a significância do ativismo na construção dessas informações, utilizando fontes variadas, como notícias veiculadas em jornais e *internet*, além de relatos de organizações não governamentais voltadas para a comunidade LGBTQIAPN+. No entanto, a ausência de apoio estatal adequado representa um desafio significativo, dificultando a obtenção de dados precisos sobre essa questão.

A subnotificação sobre as mulheres trans venezuelanas que vivem no Brasil é um desafio que precisa ser abordado. Recentemente, a ANTRA (2024) tem buscado aprimorar sua metodologia de coleta de dados sobre o transfeminicídio, incorporando tanto informações primárias quanto secundárias. Essa abordagem mais abrangente permite uma compreensão mais holística da magnitude e complexidade do problema, apesar das barreiras ainda existentes.

A discriminação, o preconceito e a violência contra pessoas trans ainda são generalizados na sociedade brasileira, o que pode minar os esforços para proteger essa população. Além disso, a falta de conscientização, treinamento adequado para aplicação da lei e recursos insuficientes para garantir a segurança das pessoas trans contribuem para a persistência da violência e da impunidade (Favero, 2022).

A alta taxa de homicídios de mulheres trans no Brasil é um sintoma alarmante dessa realidade. Os assassinatos muitas vezes são motivados por ódio e preconceito, refletindo uma cultura de intolerância que persiste apesar das leis destinadas a proteger os direitos das pessoas trans (Silva *et al.*, 2022).

A incongruência entre as estatísticas de violência contra mulheres trans e as leis de proteção no Brasil destaca a necessidade de um esforço abrangente e contínuo para combater o preconceito e promover a igualdade e a segurança. Para fazer frente ao transfeminicídio de maneira efetiva, é essencial promover a autonomia e o cuidado colaborativo para as pessoas trans. Isso implica na construção de uma rede de apoio que ofereça suporte emocional, jurídico

e de saúde para essas pessoas, bem como na garantia de acesso igualitário aos serviços públicos (Lôndero; Reis; Mewes, 2024).

Um relatório da Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil (REDETRANS, 2022) também destaca que a expectativa de vida de mulheres trans no país é muito baixa, com uma média de apenas 35 anos, em comparação com a média nacional de cerca de 75 anos. A disparidade na expectativa de vida reflete a intersecção entre gênero, classe e exclusão social, ampliada pelas discriminações estruturais que limitam o acesso de mulheres trans a direitos fundamentais, como saúde, educação e moradia digna.

França e Ontgaland (2020) apresentam dois estudos etnográficos na região Norte brasileira referentes a indivíduos venezuelanos LGBTQIAPN+. Em termos gerais, as pesquisas revelam a precariedade da inserção laboral, as várias formas de violência e de acolhimento nos abrigos.

Siqueira e Antonucci (2021) relatam a experiência de mulheres migrantes trans que passaram por processos de destransição após episódios constantes de transfobia no Brasil. Esse processo é, muitas vezes, uma estratégia de sobrevivência associada à violência estrutural. Na pesquisa, é disposto que, apesar da destransição ter facilitado o acesso ao emprego formal, expressou-se enorme sofrimento por serem mulheres, mas estarem performando externamente como homens cis.

Mulheres transgênero em contextos humanitários correm um alto risco, particularmente ao serem excluídas do acesso à moradia segura e emprego legal. Essa situação pode tensionar a venda ou troca de sexo em situações de exploração para atender às suas necessidades básicas (ACNUR, 2017; ACNUR, 2021).

Ademais, essas migrantes se encontram em situações de maior probabilidade para a adoção de comportamentos de risco com relação à transmissão de doenças infecciosas, como o HIV/AIDS. Essa vulnerabilidade é resultado de uma confluência de fatores, que vão desde as condições precárias de vida, até a falta de acesso adequado a serviços de saúde e informação (Gabaccia, 2016; Rocha-Jimenez *et al.*, 2018).

Solicitantes de refúgio, pessoas refugiadas, apátridas, deslocadas e migrantes trans e travestis enfrentam, inclusive, dificuldade na obtenção do reconhecimento ou ausência de documentos que comprovem escolaridade/formação acadêmica que tinham no país de origem (Siqueira; Antonucci, 2021).

As autoridades e prestadores de serviços podem não compreender as demandas específicas dos transgêneros, incluindo a de respeitar os nomes e pronomes escolhidos, assim como em vias de encaminhamento seguras e confidenciais. Também correm risco de acusação

de falsidade ideológica, já que suas características físicas podem não corresponder com seus documentos oficiais de identificação, estando sujeitas a perseguição com detenção arbitrária (ACNUR, 2021).

Ponce e Collado (2024) discorrem sobre a importância de fomentar práticas para a disseminação de informações e criação de espaços seguros que visem melhorar a proteção das pessoas trans e travestis nos países de acolhida, principalmente mediante as falhas do sistema estatal e humanitário. Isso inclui profissionais de saúde, assistentes sociais, educadores e outros que possam interagir com as mulheres trans venezuelanas em diferentes contextos.

A atuação institucional é imprescindível para que essa população possa recomeçar suas vidas, sem ocultar suas identidades e desconstruindo preconceitos que, quando não invisibilizam, as fazem visíveis num contexto de violações de direitos nas comunidades em que viviam e no país destino (Delfim, 2017).

A produção de dados e reflexões compartilhadas com a população migrante LGBTQIAPN+ é imperativa na defesa dessa temática em diversos espaços de tomada de decisão. Novas linhas de pesquisas sobre suas experiências e trajetórias estão emergindo devido ao cenário de invisibilização social, tendo em vista a melhoria de políticas interseccionais (Siqueira; Antonucci, 2021).

4.2.2 Fronteiras e identidades sob a ótica de Bourdieu

A teoria de Pierre Bourdieu, um dos mais influentes sociólogos franceses do século XX, introduz conceitos-chave que têm sido amplamente aplicados para analisar como as estruturas sociais mantêm e reproduzem desigualdades — especialmente nas relações de poder, dominação e reprodução social. Bourdieu articula os conceitos de campo, *habitus* e capital para demonstrar como as hierarquias sociais se sustentam e as assimetrias de poder se perpetuam, não exclusivamente por fatores materiais, mas principalmente por elementos culturais e simbólicos que moldam e orientam as práticas e percepções dos indivíduos (Bourdieu, 2001).

O conceito de campo, central na teoria de Pierre Bourdieu, oferece uma perspectiva relacional e dinâmica para a análise das interações humanas referindo-se a um espaço social estruturado onde indivíduos competem por recursos. Cada campo possui sua própria lógica interna e um conjunto particular de normas, regras e valores, os quais são legitimados pelos agentes que nele atuam. Nesse ambiente, os agentes buscam *status* e reconhecimento, moldando suas condutas e estratégias de atuação, conforme os meios que dispõem e as posições que ocupam dentro do campo (Bourdieu, 1992).

Esses agentes não agem de maneira aleatória, mas estrategicamente, com base no *habitus*, fornecendo um "sentido prático" para navegar pelas oportunidades e restrições que o campo apresenta. O *habitus* se configura como um conjunto de disposições internalizadas ao longo da vida desses indivíduos, marcados por fenômenos sociais. Bourdieu (1980) argumenta que o *habitus* é constituído pelas experiências acumuladas e pela posição estrutural que os agentes ocupam, influenciando fortemente suas atitudes em relação a sociedade. No contexto do acesso à direitos por grupos vulneráveis, o *habitus* pode perpetuar desigualdades e práticas excludentes.

Nessa perspectiva, o campo é o espaço social onde os agentes, orientados por seu *habitus*, competem pela aquisição e controle de diferentes formas de capital, que podem ser econômicos, culturais, sociais ou simbólicos. Cada tipo de capital possui valor e relevância específicos, de acordo com as regras e normas que regem o campo em questão. Durante essa disputa, os agentes são influenciados por dinâmicas de dominação e resistência, onde aqueles que acumulam mais capital tendem a ocupar posições dominantes, estabelecendo as normas e valores que estruturam o campo. Aqueles cujo *habitus* está mais alinhado às expectativas e regras do campo têm maior chance de sucesso, pois atuam de acordo com os códigos sociais dominantes, o que facilita a manutenção do seu domínio (Bourdieu, 2007).

O capital econômico, para Bourdieu, refere-se aos recursos financeiros e materiais que uma pessoa ou grupo possui. É a forma mais direta de capital, relacionada ao poder de compra, investimentos, bens e acesso a riqueza. Embora seja o tipo de capital mais imediatamente visível, Bourdieu argumenta que o capital econômico interage com outras formas de capital, como o cultural, social e simbólico, para consolidar ou ampliar o poder de um indivíduo dentro de um campo social. O controle sobre o capital econômico permite vantagens que influenciam o acesso a *status*, prestígio e influência social (Bourdieu, 1986).

O conceito de capital cultural envolve as habilidades, conhecimentos e qualificações que uma pessoa adquire ao longo da vida se manifestando de três maneiras: incorporado, objetivado e institucionalizado. O capital cultural incorporado refere-se aos hábitos e disposições adquiridos pela socialização, como o modo de falar, agir e apreciar determinadas formas de cultura. Esses hábitos são internalizados ao longo do tempo, por meio da convivência familiar, da educação e das experiências sociais, e tornam-se parte da personalidade e das competências de um indivíduo. Já o capital cultural objetivado é representado por bens materiais que têm valor cultural, como livros, obras de arte, instrumentos musicais, entre outros. Finalmente, o capital cultural institucionalizado é formalizado por meio de títulos, diplomas e certificações. Essa forma de capital garante legitimidade social e muitas vezes é convertida

diretamente em vantagens econômicas e profissionais, ao conferir acesso a cargos e posições sociais de prestígio (Bourdieu, 1986).

Além do capital cultural, Bourdieu (1986) destaca o capital social, que está relacionado às redes de relações sociais que um indivíduo constrói e às conexões que ele mantém, facilitando o acesso a recursos e oportunidades. Essas relações, construídas em diferentes espaços, como a família, a escola, o trabalho e outros círculos sociais, oferecem uma espécie de moeda social, permitindo a troca de favores, informações e influência. Ter uma rede de relações sólida pode abrir portas para oportunidades que não estariam disponíveis para quem não tem acesso a esses círculos (Bourdieu, 1986).

Por fim, o capital simbólico refere-se ao prestígio, honra e reconhecimento que uma pessoa ou grupo detém dentro de um campo social. Esse capital é conferido por outros, de acordo com critérios de legitimidade social. O capital simbólico permite a uma pessoa ou grupo exercer influência e autoridade sem recorrer à força ou à coação, pois o reconhecimento de sua legitimidade é amplamente aceito pela sociedade. A posse desse capital, muitas vezes associado a títulos, *status* social ou ao reconhecimento público, reforça as outras formas de capital e consolida a posição de poder dos indivíduos nos diferentes campos sociais em que atuam (Bourdieu, 1986).

Bourdieu (1986) dispõe que, dessa forma, as diferentes formas de capital – cultural, social e simbólico – são interdependentes e funcionam em conjunto para determinar as posições de poder, prestígio e *status* dos indivíduos nas diversas esferas sociais, sustentando e reproduzindo as desigualdades. O sistema de capitais de Bourdieu evidencia como as estruturas sociais estão ancoradas e como as desigualdades se mantêm de forma muitas vezes invisível e naturalizada, mantendo as divisões de classe, gênero e raça.

Na teoria da reprodução social, Bourdieu e Passeron (1970) destacam que as instituições, como a educação e o mercado de trabalho, são cruciais para a manutenção das desigualdades sociais, funcionando como mecanismos que perpetuam hierarquias já estabelecidas. Apesar de se apresentarem como neutras, essas instituições validam e reforçam o capital cultural e simbólico de grupos socialmente privilegiados. Isso significa que as habilidades, conhecimentos e comportamentos valorizados no ambiente escolar ou profissional refletem, na verdade, as disposições e competências dos indivíduos das classes superiores. Como resultado, os indivíduos que estão em posições privilegiadas mantêm essas posições, enquanto aqueles que vêm de classes sociais menos favorecidas continuam a enfrentar barreiras estruturais para a ascensão social.

Adicionalmente, o conceito de poder simbólico se detém a capacidade de impor categorias, significados e classificações sociais que são aceitos como legítimos por todos os envolvidos, sem necessidade de coerção direta. Esse poder é particularmente eficaz por ser exercido de forma sutil e, muitas vezes, invisível. Ele opera através de instituições, como a educação, o direito e a mídia, que arrestam autoridade para definir o que é considerado válido, correto e normativo. O poder simbólico é, portanto, uma forma de dominação que naturaliza e legitima as desigualdades sociais (Bourdieu, 1991).

A aplicação desses conceitos em estudos contemporâneos possibilita uma visão sobre como as estruturas sociais e as dinâmicas de poder se mantêm em diversos campos. Huppertz (2012) analisou o conceito de "capital de gênero" para compreender como as hierarquias entre os gêneros são mantidas no mercado de trabalho. O estudo explana que o capital cultural e social são cruciais para determinar o *status* de homens e mulheres no contexto laboral, demonstrando que esses recursos não são distribuídos de maneira equitativa, especialmente entre os gêneros.

Swartz (1997) também abordou o conceito de capital simbólico demonstrando como certos grupos conseguem impor suas normas e valores dentro do campo político. O capital simbólico dá aos agentes a capacidade de legitimar práticas e crenças que beneficiam suas posições dominantes. No campo político, atores que acumulam capital simbólico, como prestígio e reconhecimento, conseguem moldar as políticas públicas e influenciar a opinião pública de maneira que favoreça seus interesses, muitas vezes sem contestação.

Em consonância, as práticas e percepções dos agentes institucionais se refletem na qualidade e acessibilidade dos serviços de suporte. Um estudo de Safer *et al.* (2016) aborda as barreiras enfrentadas por pessoas trans no acesso aos cuidados de saúde, destacando a falta de compreensão das necessidades específicas dessa população nos sistemas de apoio. Entre os principais desafios, estão a escassez de profissionais capacitados para atender as demandas de saúde física e mental de pessoas trans, além de políticas e práticas institucionais que não consideram as particularidades relacionadas à identidade de gênero. Essas lacunas reforçam as desigualdades e intensificam a marginalização dessa população.

No estudo interseccional da migração e do gênero, as fronteiras não se referem apenas às geográficas, mas também às sociais e simbólicas, que delimitam quem pertence ou não a determinados grupos e como essas fronteiras afetam suas experiências. As identidades, por sua vez, são construídas e negociadas constantemente, especialmente no caso de mulheres trans migrantes, cujas vivências desafiam normas estabelecidas. Esses fatores, em conjunto, moldam

as dinâmicas de inclusão e exclusão, influenciando o acesso a serviços e o seu senso de pertencimento (Bourdieu, 2001).

Sob a ótica de Bourdieu, o campo migratório é concebido como um espaço social estruturado, onde diversos agentes — como instituições, mulheres trans migrantes e outros atores — interagem. Esse campo é regulado por normas que conferem aos agentes institucionais o poder de definir quem tem acesso a direitos e serviços, moldando suas práticas de acordo com o *habitus* e o capital que detêm. As interações dentro desse campo de atendimento as mulheres trans migrantes evidenciam como as desigualdades estruturais podem ser reforçadas ou contestadas através dessas dinâmicas (Bourdieu, 2001).

O *habitus*, entendido como o conjunto de disposições internalizadas pelos agentes institucionais ao longo de suas trajetórias pessoais e profissionais, influencia diretamente como eles respondem às demandas dessa população. Esses agentes operam dentro de um campo marcado por valores que regulam suas percepções, entusiasmando sua postura em relação às mulheres trans migrantes. Mesmo em instituições formalmente inclusivas, o *habitus* pode expressar preconceitos, refletindo as dinâmicas sociais mais amplas. Entende-se que as práticas institucionais são moldadas pela formação acadêmica dos agentes, suas experiências e interações no campo, direcionando decisões que podem reproduzir discriminações implícitas (Bourdieu, 2001).

Nessa perspectiva, os agentes institucionais detêm diferentes formas de capital e os utilizam como mecanismos de poder que influenciam o funcionamento das instituições. O capital social, construído por suas redes de relações, permite que esses agentes tenham acesso privilegiado a informações, recursos e alianças estratégicas, facilitando a implementação de políticas. Além disso, o capital cultural, que abrange sua formação, credenciais e experiência profissional, confere legitimidade às suas práticas, reforçando a hierarquia institucional. Esse capital cultural, muitas vezes expresso em títulos acadêmicos ou especializações, é visto como um marcador de competência, o que possibilita aos agentes a ocupar posições de poder e justificar suas ações com base em um saber técnico especializado. O capital simbólico, por sua vez, está relacionado ao prestígio e à reputação que esses agentes acumulam ao longo de suas carreiras conferindo autoridade simbólica e permitindo que suas decisões sejam validadas (Bourdieu, 1986).

O modo como os agentes institucionais utilizam seus capitais – social, cultural e simbólico – para definir o acesso a serviços de saúde, apoio jurídico e outros recursos essenciais está intrinsecamente vinculado às suas percepções, valores e preconceitos de sua formação e contexto social. Essas percepções moldam políticas institucionais e as interações cotidianas

entre agentes e usuários dos serviços, especialmente em contextos de alta vulnerabilidade, como o das mulheres trans migrantes (Bourdieu, 1986).

A falta de capital, especialmente o simbólico, representa uma barreira significativa para as mulheres migrantes. Sua marginalização, decorrente de sua identidade de gênero e condição migratória, dificulta seu reconhecimento e aceitação em esferas institucionais. A ausência de capital simbólico deslegitima essas mulheres, reforçando percepções de que não são “merecedoras” de direitos ou recursos e, conseqüentemente, contribuindo para sua exclusão social (Bourdieu, 2001).

A interação entre os diferentes tipos de capital impacta diretamente as condições de vida dessas mulheres. O capital econômico define seu acesso a recursos essenciais, como moradia e emprego, enquanto o capital social está vinculado às redes de apoio que conseguem mobilizar em suas comunidades ou junto a organizações de assistência. O capital cultural, por sua vez, abrange suas habilidades e conhecimentos, como o domínio da língua e o entendimento do funcionamento das instituições, fatores que podem tanto facilitar quanto dificultar sua inclusão (Bourdieu, 2001).

O poder simbólico desempenha um papel crucial na forma como essas mulheres são percebidas e tratadas pelas instituições. Os agentes institucionais, ao exercerem esse poder, reforçam ou contestam fronteiras sociais e identitárias, influenciando como as mulheres trans migrantes são categorizadas, o que afeta diretamente o nível de acesso aos serviços que lhes são concedidos. A ausência de capital simbólico dessas mulheres reflete sua exclusão dos espaços de prestígio fortalecendo as barreiras que limitam seu acesso a direitos e dificultam sua plena integração na sociedade (Bourdieu, 2001).

Paralelamente, a violência simbólica se expressa por meio da opressão sem o uso de força física ou coerção explícita, que permeiam diversas esferas da vida institucional e social. Embora sutis, essas formas de violência estão profundamente integradas às práticas institucionais, reforçando as desigualdades já estabelecidas. Ao manter grupos específicos, como as mulheres trans migrantes, à margem da sociedade, essas práticas agravam a segregação social, restringindo o acesso a direitos e oportunidades (Bourdieu, 2001).

Nesse ínterim, o modelo teórico de Bourdieu oferece uma estrutura analítica para compreender como os agentes institucionais lidam com a diversidade e as desigualdades ao atender mulheres trans venezuelanas que se deslocaram para o Brasil. Essa abordagem permite explorar as dinâmicas sociais que influenciam as práticas institucionais, revelando como essas percepções operam o acesso dessas mulheres a direitos e serviços essenciais.

5 MÉTODOS

5.1 Delineamento do estudo

Trata-se do recorte qualitativo de um estudo multicêntrico intitulado “*Redressing Gendered Health Inequalities of Displaced Women and Girls in Contexts of Protracted Crisis in Central and South America* (ReGHID)”.

Coordenado pela Universidade de Southampton, na Inglaterra, esse estudo abrange também a Colômbia, o México e El Salvador, tendo como plano de fundo o fluxo migratório desencadeado pela crise venezuelana em 2014.

O projeto é realizado em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), instituições brasileiras que trazem uma perspectiva local para a compreensão dos desafios enfrentados por mulheres e meninas deslocadas na cidade de Pacaraima e em três capitais brasileiras: Boa Vista (RR), Manaus (AM) e São Luís (MA).

Financiado pelo Conselho de Pesquisa Econômica e Social (ESRC) do Reino Unido, através do Fundo de Pesquisa de Desafios Globais (GCRF), o ReGHID busca desenvolver abordagens inovadoras para situações de deslocamento prolongado, com foco em questões de desigualdade de gênero na saúde.

O projeto foi desenvolvido com a participação de acadêmicos das áreas de saúde pública, economia da saúde, ciências políticas, epidemiologia, desenvolvimento internacional, direitos humanos e antropologia, oriundos de instituições de pesquisa situadas na América Central (Honduras, El Salvador e México) e na América do Sul (Brasil e Colômbia), assim como das Universidades de Southampton e York, sediadas na Inglaterra.

O estudo matriz foi desenvolvido com base no conceito de Triangulação que, conforme Denzin (2009), combina distintas metodologias, permitindo alcançar novas dimensões na coleta e interpretação de dados. Esse método consiste na aplicação de diferentes técnicas, informantes e pesquisadores no estudo do mesmo fenômeno, com o intuito de diminuir os vieses personalistas e as deficiências que podem advir de um método único (Denzin, 2009).

Para este recorte, no entanto, reforça-se que foi considerado o enfoque qualitativo. Minayo (2017) destaca esse método é fundamental para compreender as particularidades e subjetividades das experiências humanas. A pesquisa qualitativa se distinguiu por sua capacidade de capturar as vivências dos gestores, explorando as percepções, motivações e significados atribuídos.

Minayo (2017) também enfatiza que a pesquisa qualitativa não busca generalizar resultados, mas sim entender fenômenos em sua complexidade, oferecendo uma visão das relações sociais, culturais e contextuais que moldam as realidades dos sujeitos estudados. Esse enfoque é particularmente relevante no estudo sobre desigualdade de gênero em contextos de crise humanitária.

A abordagem qualitativa possibilitará uma compreensão mais detalhada dos fenômenos que envolvem o atendimento às mulheres trans venezuelanas que migraram para o Brasil, destacando nuances que muitas vezes seriam insuficientemente capturadas por métodos exclusivamente quantitativos.

5.2 Local e período do estudo

Boa Vista (RR) e Manaus (AM) são capitais estratégicas na região Norte do Brasil, especialmente no contexto das migrações provenientes da Venezuela.

A cidade de Boa Vista (RR) fez parte da coleta de dados por ser o maior centro de concentração das atividades das organizações envolvidas, e de onde parte dos migrantes segue para interiorização. Manaus (AM), por sua vez, também foi o campo de coleta por ser o destino principal após passagem por Roraima e é de onde alguns migrantes seguem para interiorização.

A capital roraimense está localizada a cerca de 215 km ao sul de Pacaraima (RR), município que faz fronteira direta com a Venezuela e serve como principal ponto de entrada para os venezuelanos que buscam refúgio ou melhores condições de vida no Brasil.

A crise humanitária na Venezuela transformou Pacaraima (RR) em um ponto de trânsito para milhares de venezuelanos, que, após atravessarem a fronteira, geralmente seguem para Boa Vista (RR), onde encontram centros de acolhimento e serviços humanitários oferecidos pelo governo brasileiro e diversas organizações não governamentais (ONGs).

A capital manauara é a maior cidade da região Norte do Brasil e está localizada a cerca de 750 km a sudeste de Boa Vista (RR). Como um importante centro econômico e logístico na região, Manaus (AM) oferece mais oportunidades de emprego e serviços em comparação com outras localidades, tornando-se um local atrativo para a integração dos migrantes.

O estudo ReGHID teve seu período inicial entre novembro de 2020 e setembro de 2021. No entanto, a pandemia de Covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2, impôs a necessidade de ajustes no cronograma da pesquisa. As repercussões sanitárias em escala global demandaram a realização de uma segunda etapa entre março e abril de 2022.

Importa ressaltar que essa divisão não implicou a formulação de novos objetivos, mas apenas uma adequação metodológica necessária para garantir a continuidade do estudo diante das restrições impostas pelo contexto pandêmico.

5.3 Participantes do estudo

O projeto ReGHID abrangeu profissionais de saúde, membros de organizações não governamentais (ONGs) e outros informantes. No projeto matriz, os gestores entrevistados incluíram representantes de diversas instituições, como Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde e Assistência Social, diretores de maternidades, trabalhadores da Operação Acolhida, organizações como Médicos Sem Fronteiras (MSF), o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), a Casa da Mulher em Roraima, entre outras instituições consideradas relevantes para o escopo do projeto.

Para efeito deste recorte, os participantes consistiram nos gestores de instituições governamentais, intergovernamentais e não governamentais vinculados a serviços intersetoriais de acolhimento, assistência social, saúde, suporte jurídico e outros provedores de recursos fundamentais para às mulheres trans que migraram da Venezuela para Boa Vista (RR) e Manaus (AM).

Os participantes com pelo menos três meses de envolvimento direto na gestão do atendimento às mulheres trans venezuelanas foram incluídos no estudo. E aqueles que, durante esse período, não mantiveram contato direto com essas mulheres ou se afastaram de suas funções por mais de 15 dias, independentemente do motivo, foram excluídos da amostra.

Os gestores selecionados ocupavam cargos estratégicos, como coordenadores de programas de assistência social e saúde, além de representantes de organizações internacionais e não governamentais. Suas posições hierárquicas conferem uma visão ampla sobre o planejamento e a execução de ações voltadas às mulheres trans migrantes, abrangendo desde o atendimento em saúde até a assistência humanitária. A definição do quantitativo dos participantes para o projeto ReGHID seguiu o critério de saturação, interrompendo a coleta de dados quando as informações começaram a se repetir, garantindo profundidade e relevância ao estudo.

Dos dezesseis gestores de Boa Vista (RR) e dezenove de Manaus (AM) entrevistados no estudo matriz, dezesseis foram selecionados para esta análise, sendo quatro provenientes da primeira localidade e doze da segunda.

Para este recorte, foram selecionados os participantes cujas entrevistas continham discussões explícitas sobre experiência dos profissionais junto a mulheres trans. Essa seleção foi realizada a partir de uma análise prévia dos conteúdos das entrevistas, garantindo que apenas aqueles que forneceram informações relevantes para o objetivo desta pesquisa fossem incluídos.

Essa escolha foi fundamentada pela posição estratégica desses gestores nas estruturas organizacionais, permitindo a análise das dinâmicas institucionais e dos esforços estruturais necessários para atender essa população. A atuação desses gestores não se restringe ao campo da saúde, abrangendo também questões como abrigo, apoio psicológico, acesso à documentação e garantia de direitos sociais, elementos cruciais para uma assistência humanitária integrada.

Conforme Aguiar (2020), gestores desempenham papel central na coordenação de esforços para assegurar serviços acessíveis e a proteção dos direitos humanos. Assim, a concentração nos gestores justifica-se pela possibilidade de explorar as estratégias institucionais implementadas, contribuindo para a compreensão das práticas intersetoriais e dos desafios enfrentados no atendimento às mulheres trans venezuelanas em situação migratória. Essa abordagem integradora assegurou a consistência metodológica e o alcance dos objetivos do estudo.

Salienta-se que as entrevistas realizadas com os gestores que forneceram informações relevantes acerca das experiências na gestão do atendimento as mulheres trans venezuelanas foram conduzidas entre fevereiro e setembro de 2021, predominantemente em formato remoto.

5.4 Coleta dos dados

A equipe responsável pela coleta de dados foi composta por docentes e pós-graduandos do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), bem como pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Adicionalmente, bolsistas de iniciação científica das áreas de Enfermagem, Psicologia e Medicina integraram a equipe, assegurando uma perspectiva interdisciplinar durante a condução do estudo.

Os membros da equipe foram submetidos a treinamentos para a realização da coleta de dados, com o objetivo de garantir a padronização dos procedimentos e a qualidade das informações obtidas. Tais preparações visaram garantir uma abordagem ética e culturalmente adequada em todas as etapas do trabalho de campo.

Utilizou-se estratégias para validação metodológica e ajustes em campo como parte do processo de preparação e refinamento dos instrumentos de coleta. Essas medidas foram fundamentais para assegurar a consistência metodológica e a confiabilidade dos dados, fortalecendo a base analítica do estudo.

Para a obtenção dos dados primários no âmbito do ReGHID, foram utilizados dois instrumentos metodológicos complementares, concebidos para elucidar as dinâmicas institucionais no atendimento à população migrante. Os instrumentos da pesquisa matriz, portanto, não incluíram questionamentos específicos sobre o atendimento de mulheres trans venezuelanas. No entanto, essa temática emergiu de forma espontânea e significativa nos discursos dos participantes, que destacaram as especificidades e os desafios na gestão da assistência a essa população.

O questionário sociodemográfico (Apêndice A), portanto, não se restringiu a gestores, abrangendo um espectro mais amplo de profissionais envolvidos na assistência a migrantes e refugiados, incluindo trabalhadores da saúde, membros de organizações não governamentais e outros agentes institucionais. De modo análogo, o roteiro de entrevista semiestruturada (Apêndice B) não se limitou ao atendimento a mulheres trans migrantes, mas abrangeu questões gerais sobre os desafios enfrentados na assistência a migrantes e refugiados.

O primeiro instrumento teve como objetivo caracterizar os profissionais e gestores entrevistados, fornecendo subsídios para a contextualização de seus perfis e experiências. Aplicado previamente às entrevistas, esse questionário continha quatorze questões abordando aspectos como identidade profissional, tempo de experiência e envolvimento direto no atendimento aos migrantes.

Os participantes forneceram informações relativas à idade, nacionalidade, escolaridade, profissão e função desempenhada na instituição, além de detalhes sobre o tempo de atuação na área e a experiência específica com pessoas migrantes e refugiadas. Também foram questionados sobre o tipo de trabalho desenvolvido junto a essa população, permitindo uma análise aprofundada das atribuições institucionais e das formas de atuação no acolhimento e atendimento de migrantes. A coleta dessas informações revelou-se fundamental para a interpretação dos achados qualitativos da pesquisa, pois possibilitou correlacionar as percepções individuais dos entrevistados com suas trajetórias institucionais e experiências no campo.

Em complemento a esse levantamento inicial, foi conduzida uma entrevista semiestruturada com profissionais de saúde, membros de organizações não governamentais e outros informantes diretamente envolvidos na assistência a migrantes e refugiados. Estruturado

em sete blocos temáticos, esse instrumento metodológico permitiu a exploração aprofundada das percepções dos entrevistados quanto às condições de vida da população migrante, os obstáculos enfrentados no acesso aos serviços essenciais, as estratégias institucionais adotadas e os desafios cotidianos dos profissionais no acolhimento dessa população.

A entrevista teve início com questões gerais sobre o fenômeno da migração, buscando captar a visão dos profissionais acerca dos fluxos migratórios, das principais dificuldades vivenciadas por migrantes e refugiados e dos impactos desse contexto sobre as dinâmicas institucionais e laborais. Em seguida, foram abordados aspectos relativos à saúde sexual e reprodutiva, com o objetivo de identificar as demandas mais recorrentes dessa população, os desafios enfrentados para acesso aos serviços de saúde e as diferenças entre as necessidades de mulheres adultas e adolescentes migrantes. Também se investigou a resposta institucional às demandas de saúde dessa população e as estratégias implementadas para a ampliação do acesso aos serviços.

Outro eixo central da entrevista semiestruturada foi a identificação das principais barreiras encontradas no atendimento à população migrante, incluindo dificuldades institucionais, restrições orçamentárias, entraves burocráticos e desafios no acesso a direitos fundamentais. Os entrevistados foram incentivados a relatar suas experiências e a expor fatores que facilitavam ou dificultavam a garantia de assistência a essa população, evidenciando obstáculos estruturais e institucionais que impactam a prestação de serviços.

A discriminação emergiu como uma dimensão relevante da análise, sendo explorada sob a ótica das desigualdades percebidas no atendimento e das manifestações de preconceito que podem ocorrer nos serviços de saúde e assistência social. Para os profissionais atuantes em abrigos, foram incluídas questões específicas sobre as normas de funcionamento desses espaços, o tempo máximo de permanência permitido e a percepção sobre o perfil da população venezuelana acolhida, considerando aspectos culturais e sociais que influenciam a convivência nesses espaços.

Na etapa final da entrevista, os participantes tiveram a oportunidade de expor outros aspectos que considerassem relevantes para a compreensão da problemática migratória e do funcionamento das redes de atendimento. A adoção da entrevista semiestruturada como ferramenta metodológica conferiu maior profundidade à investigação, permitindo captar as experiências e percepções dos profissionais e gestores de maneira mais detalhada e contextualizada.

Conforme Triviños (1987), as entrevistas semiestruturadas possibilitam uma descrição minuciosa dos fenômenos estudados, partindo de questões básicas, mas abertas à exploração

mais profunda. A interação entre pesquisador e participante, descrita por Gergen e Gergen (2011), é um elemento central desse processo, garantindo uma troca ativa e cooperativa que enriquece os dados coletados.

O contexto pandêmico inviabilizou os encontros presenciais, o que exigiu a adaptação das estratégias de coleta de dados para um formato remoto. As entrevistas foram realizadas por meio da plataforma *Google Meet*, com o intuito de manter a segurança sanitária e garantir a continuidade da pesquisa. Todas as entrevistas foram audiogravadas, seguindo autorização prévia dos participantes, e posteriormente transcritas de forma integral, assegurando a fidelidade ao conteúdo original e permitindo uma análise detalhada dos discursos, sem prejuízo à qualidade metodológica.

Para garantir a eficácia da coleta de dados em ambiente virtual, foram adotados procedimentos rigorosos desde a fase inicial de planejamento. O acesso à plataforma foi facilitado por meio do envio de convites personalizados para cada participante, com *links* exclusivos para as entrevistas, de modo a evitar interferências externas. Antes da entrevista, os participantes receberam instruções claras sobre o uso da plataforma e o procedimento de conexão, com suporte técnico disponível em caso de dificuldades.

A segurança e a confidencialidade dos dados foram prioridades em todas as etapas. As entrevistas audiogravadas foram armazenadas em dispositivos protegidos por senha e criptografia, acessíveis apenas pela equipe de pesquisa diretamente envolvida no estudo. Além disso, os participantes foram informados sobre os protocolos de confidencialidade e assinaram termos de consentimento livre e esclarecido, garantindo que estivessem cientes de seus direitos e das medidas de proteção adotadas.

Esses procedimentos viabilizaram a coleta de dados em um contexto desafiador e também asseguraram a qualidade, a ética e a confiabilidade dos resultados, reafirmando o compromisso com as boas práticas de pesquisa.

Para garantir que a população amostral focasse de modo específico no grupo de interesse, foram selecionadas intencionalmente apenas as entrevistas dos gestores que relataram dados pertinentes ao atendimento de mulheres trans migrantes em Boa Vista (RR) e Manaus (AM).

Logo, foi empregada uma amostra intencional, modificando o aprofundamento das características do estudo, com heterogeneidade de características entre os participantes para garantir a variação máxima.

Robinson (2023) destaca que a amostra intencional é uma técnica amplamente empregada em pesquisas qualitativas contemporâneas, particularmente quando o objetivo é

focar em subgrupos específicos dentro de uma população maior. Esse enfoque seletivo facilita uma análise mais detalhada, resultando em achados que podem informar intervenções e políticas voltadas especificamente para o grupo estudado.

Essa recorrência evidenciou a centralidade desse conteúdo, apontando para a necessidade de uma abordagem qualitativa que permitisse compreender com maior profundidade as percepções, experiências e estratégias relatadas pelos gestores, bem como as dinâmicas institucionais e estruturais que permeiam esse processo.

5.5 Análise dos dados

A pesquisa qualitativa se fundamenta na compreensão das experiências humanas, buscando entender as percepções individuais e os significados das relações interpessoais sob diversas dimensões e perspectivas (Stake, 2016).

Para a análise qualitativa deste estudo, foi utilizada a modalidade Temática da Análise de Conteúdo delineada por Laurence Bardin — pesquisadora francesa renomada na área de análise de conteúdo. Sua obra mais conhecida, "Análise de Conteúdo", publicada em 1977 e revisada em 2009, é um marco na metodologia de pesquisa onde desenvolveu um método sistemático para analisar dados qualitativos, permitindo que os pesquisadores organizem e interpretem informações rigorosamente.

A metodologia de Bardin (2011) é amplamente reconhecida sendo constituída por três etapas principais: a pré-análise, que envolve a organização e o planejamento do material a ser analisado; a exploração do material, ou codificação, onde o pesquisador identifica e classifica os temas emergentes; e o tratamento dos resultados, que consiste na inferência e interpretação dos dados coletados. Essa abordagem permite uma análise contextualizada, contribuindo para a construção de conhecimentos significativos a partir das experiências dos participantes.

A fase da pré-análise é fundamental para organizar e selecionar os dados qualitativos provenientes das entrevistas com gestores. Durante essa etapa, foi realizada uma leitura abrangente e detalhada de todo o material coletado, permitindo a familiarização com os dados e a identificação preliminar de padrões e temas emergentes. Essa leitura global foi orientada para estruturar o material de maneira clara, preparando a base para as próximas etapas da análise e facilitando o desenvolvimento de hipóteses iniciais (Bardin, 2011).

No que concerne à delimitação do objeto de estudo, conforme o recorte específico derivado do estudo matriz, a seleção dos conteúdos a serem analisados seguiu critérios estabelecidos para garantir a qualidade e a relevância da análise. O primeiro critério adotado

foi o da exaustividade, assegurando que todo o material coletado durante as entrevistas fosse avaliado, sem exclusão de informações potencialmente cruciais para a compreensão do fenômeno estudado. Dada a extensão do material, foi necessário aplicar o critério de representatividade, selecionando uma amostra que refletisse fielmente o conjunto total de informações. Essa abordagem permitiu manter a integridade e a validade da análise (Bardin, 2011).

O direcionamento de homogeneidade foi essencial para garantir a consistência dos dados analisados. Os dados coletados foram organizados de forma a garantir que estivessem alinhados ao mesmo tema e fossem obtidos de maneira semelhante entre os participantes. Isso garantiu que as informações compartilhassem características comuns, permitindo comparações entre si e mantendo o foco nas questões centrais da pesquisa. Esse cuidado foi particularmente importante, considerando que variações contextuais poderiam comprometer a qualidade e a coerência das análises (Bardin, 2011).

A regra de pertinência, por sua vez, foi aplicada para garantir que o material analisado estivesse diretamente relacionado aos objetivos da pesquisa. Todo o conteúdo selecionado foi cuidadosamente avaliado para assegurar sua adequação ao propósito investigativo, permitindo que o foco permanecesse nos aspectos mais relevantes do fenômeno estudado. Além disso, a regra de exclusividade foi rigorosamente seguida, classificando cada elemento dos dados em apenas uma categoria. Essa abordagem evitou duplicidades e organizou os dados de maneira clara e consistente, facilitando a interpretação dos resultados (Bardin, 2011).

A aplicação rigorosa dessas regras durante a fase da pré-análise foi essencial para a formulação das primeiras hipóteses de trabalho. A leitura global do material coletado permitiu uma organização preliminar eficiente, fornecendo uma base sólida para as etapas subsequentes da análise de conteúdo. Esse processo garantiu que o estudo se mantivesse focado e metodologicamente rigoroso, ao mesmo tempo em que possibilitou uma exploração aprofundada e significativa dos dados (Bardin, 2011).

Na etapa de exploração do material, organizou-se sistematicamente os dados coletados. Os conteúdos foram dispostos em parágrafos e submetidos a uma análise detalhada, com foco na identificação de palavras-chave e termos centrais relacionados ao tema investigado. Essas palavras-chave foram essenciais para destacar os principais eixos de significado nos dados, auxiliando na identificação de padrões e tendências emergentes, o que contribuiu para uma compreensão mais profunda do fenômeno estudado (Bardin, 2011).

Após a organização preliminar dos dados, foi realizada a síntese dos parágrafos, reduzindo-os a seus elementos essenciais. Esse processo permitiu uma visão mais clara e

objetiva do material, eliminando redundâncias e concentrando-se nas informações mais relevantes. A síntese dos parágrafos não foi meramente uma simplificação, mas uma estratégia fundamental para evidenciar os dados mais importantes, garantindo que pudessem ser trabalhados de forma eficiente nas etapas subsequentes (Bardin, 2011).

A síntese dos parágrafos possibilitou a identificação das primeiras categorias analíticas. Essas categorias emergiram a partir do agrupamento de temas ou palavras-chave semelhantes, refletindo questões centrais do fenômeno investigado. Essa etapa foi crucial para estruturar preliminarmente o material, agrupando dados com afinidades temáticas ou conceituais. Esse agrupamento inicial organizou o volume bruto de informações, tornando-o mais manejável para a continuidade da análise (Bardin, 2011).

O processo de categorização avançou com o refinamento das categorias iniciais, que foram reorganizadas em categorias secundárias. Essa etapa foi essencial, pois envolveu uma análise mais aprofundada, na qual foram identificadas conexões e relações entre os dados agrupados. As categorias secundárias, mais amplas e abrangentes, formaram a combinação de várias categorias iniciais que compartilhavam um núcleo comum. Esse agrupamento mais amplo permitiu observar como diferentes aspectos das características investigadas se interconectavam e se influenciavam mutuamente, ampliando a compreensão do tema em análise (Bardin, 2011).

As categorias secundárias foram reorganizadas em categorias finais, resultando de um processo de consolidação no qual os temas centrais da pesquisa foram definidos. Essas categorias finais representaram a síntese mais refinada e abrangente do material, organizando os dados de forma alinhada aos objetivos do estudo. Esse refinamento foi crucial para destacar os principais achados da pesquisa, fornecendo uma estrutura interpretativa clara que facilitou a análise e a discussão dos resultados (Bardin, 2011).

O agrupamento conceitual foi aplicado para organizar e interpretar os dados qualitativos, culminando na definição de categorias de análise. Esse processo mostrou-se essencial para transformar dados complexos em uma estrutura mais manejável, preservando a riqueza e a profundidade das informações coletadas. A categorização, portanto, não é um simples procedimento técnico, mas um processo interpretativo que busca revelar os significados subjacentes ao fenômeno estudado (Bardin, 2011).

A etapa final do método de análise de conteúdo foi dedicada ao tratamento dos resultados, à inferência e à interpretação dos dados. Nesse momento, os achados foram organizados sistematicamente, com a elaboração de tabelas e quadros que sintetizaram os dados coletados e os relacionaram às questões centrais da investigação. A codificação dos registros

permitiu agrupar informações semelhantes, facilitando a comparação entre diferentes dimensões do fenômeno estudado (Bardin, 2011).

O processo de inferência foi essencial nessa etapa, permitindo a extração de conclusões a partir dos dados analisados. Esse procedimento foi além da apresentação dos resultados, buscando compreender as implicações dos achados tanto para o campo de estudo quanto para a prática (Bardin, 2011).

Para fins didáticos e ilustrativos, o material foi organizado em uma tabela composta por duas colunas. Na primeira, foram inseridos os dados brutos extraídos das entrevistas, enquanto na segunda foram destacados os códigos emergentes a partir dos relatos significativos. Posteriormente, esses códigos foram agrupados por similaridade de respostas, dando origem às categorias, que foram definidas com base na relevância e alinhadas ao objetivo principal da pesquisa.

As categorias identificadas foram discutidas e interpretadas com base no referencial teórico de Pierre Bourdieu, tendo em vista a análise das dinâmicas de poder relacionadas ao fenômeno investigado. A teoria sociológica de Bourdieu ofereceu um arcabouço conceitual robusto para compreender os fatores sociais que influenciam as percepções de gestores no atendimento às mulheres trans venezuelanas em Boa Vista (RR) e Manaus (AM). Conceitos como campo, *habitus* e formas de capital (econômico, social, cultural e simbólico) foram centrais na abordagem.

O conceito de campo foi empregado para compreender as dinâmicas de poder e os interesses institucionais que permeiam as relações intersetoriais no atendimento a essa população. O *habitus* permitiu examinar como as disposições sociais internalizadas pelos gestores moldam suas práticas e percepções. Já o exame das formas de capital destacou como recursos e legitimidades são mobilizados ou ausentes, influenciando diretamente a construção de estratégias para serviços mais equitativos e inclusivos. Essa aplicação teórica possibilitou uma análise crítica e integrada das práticas institucionais, identificando desafios e apontando caminhos para melhorias (Bourdieu, 2001).

A discussão foi enriquecida com literatura atualizada, permitindo a comparação dos resultados com estudos contemporâneos ao ampliar o embasamento da investigação. A pesquisa incluiu uma reflexão crítica sobre os dados, a metodologia e as limitações, como possíveis vieses na coleta de informações ou restrições na amostragem, destacando suas contribuições teóricas e práticas pelo potencial de promover mudanças sociais por meio de práticas mais equitativas na saúde coletiva.

Para efeito de redação, as unidades de registro serão dispostas em sessões conforme categorias que refletem as experiências de discriminação, apoio institucional, resiliência e estratégias de sobrevivência. Cada tema ilustra com citações diretas dos participantes, seguidas de uma análise e interpretação contextualizada com a teoria.

O uso de nomes fictícios é uma prática comum em pesquisas qualitativas para garantir a anonimidade e a confidencialidade dos participantes. A escolha de frutas típicas da região amazônica como nomes fictícios dos participantes foi adotada visando proporcionar uma conexão cultural e geográfica com o cenário da pesquisa, atendendo propósitos práticos e simbólicos.

Isso destaca o ambiente regional onde a pesquisa foi conduzida, sublinhando a relevância e o contexto das experiências das mulheres trans venezuelanas em deslocamento na região amazônica. Usar esses nomes também celebra e valoriza essa diversidade natural, reforçando a conexão entre o ambiente e as pessoas que vivem e migraram para essa região.

Ademais, observou-se que, além de expressarem suas próprias percepções e experiências institucionais, muitos gestores reproduziram falas das migrantes, mencionando relatos que ouviram diretamente dessas mulheres durante o atendimento. Essa dinâmica resulta em situações em que, no discurso dos gestores, suas percepções institucionais se entrelaçam com as experiências relatadas pelas migrantes, podendo gerar ambiguidade na interpretação das falas ao longo do texto da dissertação.

Diante dessa particularidade, faz-se necessário um tratamento metodológico que assegure a clareza ao leitor quanto à origem dos enunciados. Para isso, optou-se por diferenciar as falas dos gestores das falas das migrantes por meio de aspas simples (‘ ’), sempre que os entrevistados reproduzirem relatos que ouviram dessas mulheres.

Além disso, na análise e discussão dos dados, cada citação segue devidamente contextualizada, esclarecendo o papel do gestor como mediador do discurso e garantindo que o leitor compreenda se se trata de uma percepção pessoal do entrevistado ou de uma reprodução do que foi dito pelas migrantes.

Esse procedimento metodológico visa preservar a coerência analítica da dissertação e evidenciar como os relatos das migrantes são ressignificados na percepção dos gestores sobre o atendimento prestado. Assim, permite-se compreender como esses profissionais que operam o sistema filtram, reinterpretam e, muitas vezes, reconfiguram as narrativas das usuárias dos serviços.

5.6 Aspectos éticos e legais

Conforme o anexo A, o estudo foi aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), identificado pelo Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 3561 7020.9.1001.5087, e segue todos os princípios delineados na Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, e a Resolução nº 580, de 22 de março de 2018 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Foi aplicado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que garante que todos os participantes foram devidamente informados sobre os objetivos, métodos, riscos, benefícios e outras informações relevantes sobre a pesquisa, assegurando-lhes a liberdade de participação e a possibilidade de desistência a qualquer momento, sem prejuízo (Apêndice C).

Os pesquisadores se comprometem em não interferir nas atividades profissionais dos trabalhadores no serviço, a respeitar os preceitos administrativos e legais das instituições e a divulgar os resultados da pesquisa para os participantes e instituições onde os dados foram coletados, ao término do estudo.

6 RESULTADOS

6.1 Caracterização sociodemográfica

O estudo sociodemográfico dos dezesseis entrevistados, sendo quatro gestores em Boa Vista (RR) e doze em Manaus (AM), revela um grupo diversificado, cujas especificidades balizam as percepções nos serviços disponibilizados às mulheres trans venezuelanas em deslocamento no Brasil. Esses gestores ocupam posições-chave em instituições locais, nacionais e internacionais de grande relevância e desempenham papéis essenciais na implementação do atendimento a essa população vulnerável (Quadro 1).

Em Boa Vista, os gestores entrevistados pertencem a uma faixa etária mais avançada, com idades variando entre 53 e 54 anos, o que sugere uma trajetória profissional extensa em experiências. Essa faixa etária reflete uma história de envolvimento prolongado em campos como saúde, direitos humanos e assistência social, áreas essenciais para o trabalho com populações vulneráveis. A experiência acumulada ao longo dos anos pode influenciar positivamente a forma como eles percebem e implementam políticas de assistência.

A influência da faixa etária sobre as concepções de gênero levanta reflexões importantes, especialmente no que tange à receptividade dos gestores às transformações socioculturais contemporâneas. Indivíduos das gerações anteriores, socializados em contextos historicamente marcados por normas rígidas, tendem a internalizar valores tradicionais que podem influenciar sua percepção sobre identidades de gênero.

A maioria desses gestores em Boa Vista é do gênero feminino, o que pode indicar uma tendência crescente de mulheres ocuparem cargos de liderança em áreas relacionadas à saúde e assistência social. Essa predominância feminina é significativa, pois as mulheres em cargos de liderança tendem a trazer uma sensibilidade maior às questões de gênero e direitos humanos, temas centrais no atendimento às mulheres trans migrantes.

A interseccionalidade, que considera as múltiplas formas de discriminação que uma pessoa pode enfrentar, é frequentemente mais pronunciada em ambientes liderados por mulheres, o que pode resultar em abordagens mais inclusivas. No entanto, a capacidade dessas gestoras de promover políticas inclusivas ou influenciar decisões institucionais estão condicionadas a fatores como autonomia dentro das organizações, disponibilidade de recursos e respaldo de políticas públicas.

As profissões dos gestores em Boa Vista incluem sociólogos, bacharéis em relações internacionais e professores, todos ocupando cargos de liderança e coordenação em suas

respectivas instituições. Essas funções refletem a qualificação desses profissionais e destacam a complexidade e a diversidade de habilidades necessárias para trabalhar eficazmente com mulheres trans em contextos de deslocamento. O *background* acadêmico e profissional desses gestores permite que eles abordem o trabalho com uma perspectiva multidisciplinar, integrando aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos no desenvolvimento e implementação de políticas de assistência.

Ao comparar o tempo de trabalho dos gestores em Boa Vista com mulheres migrantes, nota-se uma variação significativa que vai de 6 meses até 10 anos. Essa disparidade temporal reflete diferentes níveis de experiência e engajamento com as complexidades do trabalho com essa população vulnerável. Com a intensificação da crise migratória venezuelana, os desafios enfrentados por essas mulheres trans migrantes evoluíram, exigindo dos gestores uma atualização constante das políticas e práticas de atendimento. Aqueles que acompanharam essas mudanças ao longo dos anos podem estar mais aptos a reconhecer as nuances nas necessidades e vulnerabilidades das mulheres migrantes.

Os vínculos institucionais dos gestores em Boa Vista são variados, abrangendo tanto organizações internacionais quanto locais. Essa diversidade institucional é fundamental, pois permite que o gerenciamento em um ambiente colaborativo em diferentes níveis de atuação integre políticas alinhadas as metas globais de direitos humanos e proteção com as realidades vivenciadas pelas migrantes, favorecendo a alocação de recursos e responsabilidades. As organizações locais visam garantir que essas ações sejam aplicadas de forma contextualizada, considerando as particularidades culturais e sociais das comunidades envolvidas.

A diversidade institucional exerce influência nas percepções e práticas dos gestores, pois cada vínculo está associado a prioridades, recursos e abordagens distintos, o que pode gerar variações substanciais no atendimento prestado. Essa dinâmica evidencia tanto as potencialidades quanto os desafios do alinhamento entre políticas globais e realidades locais, ressaltando a importância de um atendimento eficiente, contextualizado e inclusivo.

Comparativamente, em Manaus, os gestores entrevistados são significativamente mais jovens, com idades variando entre 32 e 41 anos. Essa diferença etária sugere uma presença de profissionais mais novos em posições de liderança. Gestores mais jovens podem estar mais abertos a novas abordagens e tecnologias, além de possivelmente terem uma visão mais progressista em relação às questões de gênero e direitos humanos. No entanto, a juventude também pode estar associada a uma menor experiência em lidar com os desafios específicos de populações migrantes e em situação de extrema vulnerabilidade.

A diferença de idade entre os gestores exerce um impacto significativo nas políticas aplicadas e nas abordagens escolhidas no atendimento às mulheres trans venezuelanas, refletindo a influência das gerações na formulação de práticas no campo humanitário. O diálogo intergeracional possibilita a troca de conhecimentos no atendimento humanitário ao possibilitar a formulação de políticas que respondam às especificidades desse grupo populacional.

Assim como em Boa Vista, a maioria dos gestores em Manaus é do gênero feminino, o que reafirma a tendência de maior participação das mulheres em cargos de liderança em organizações que trabalham com populações vulneráveis. As profissões desses gestores incluem assistentes sociais e trabalhadores humanitários, refletindo um foco em assistência social e humanitária. Esses profissionais desempenham papéis essenciais na coordenação de programas e iniciativas que visam proporcionar apoio direto às mulheres trans venezuelanas. A presença feminina nesses cargos de liderança em Manaus sugere uma continuidade da sensibilidade às questões de gênero e direitos humanos, com uma possível ênfase em práticas mais inovadoras e adaptáveis às novas realidades enfrentadas por essas mulheres.

Em termos institucionais, tanto em Boa Vista quanto em Manaus, os gestores trabalham em uma combinação de iniciativas locais e organizações internacionais. No entanto, as organizações internacionais e multilaterais em Manaus têm uma abordagem mais ampla e abrangente, com foco em questões de saúde pública, regularização migratória, proteção legal e assistência humanitária. Essas organizações trazem para o contexto local de Manaus recursos e *expertise* globais, complementando os esforços das instituições comunitárias e criando uma rede de proteção que aborda tanto as necessidades imediatas quanto as de longo prazo dessas mulheres.

Os gestores que atuam nessas instituições em Manaus, assim como os de Boa Vista, possuem ensino superior completo, com alguns também tendo pós-graduação, o que reflete um alto nível de qualificação acadêmica. No entanto, o tempo de experiência desses gestores em trabalhar com mulheres migrantes em Manaus é relativamente curto, variando entre 2 a 3 anos.

Essa experiência relativamente curta pode impactar a percepção dos gestores sobre as necessidades das mulheres trans venezuelanas, refletindo-se na formulação e implementação de políticas que, por vezes, ainda carecem de maior refinamento. A limitação temporal no envolvimento com essa população pode restringir a compreensão das especificidades de sua vulnerabilidade, resultando em abordagens que priorizam respostas assistencialistas em detrimento de estratégias estruturantes que promovam a autonomia e a inclusão social dessas mulheres.

Ademais, a familiaridade limitada com a complexidade das interseccionalidades que atravessam a experiência migratória e de gênero pode levar à reprodução de práticas institucionais que, mesmo bem-intencionadas, não contemplam integralmente as barreiras enfrentadas por essas mulheres no acesso a serviços de saúde, moradia e empregabilidade. A ausência de um repertório consolidado sobre a articulação entre fatores como transfobia, xenofobia e precarização socioeconômica pode resultar em iniciativas fragmentadas e pouco eficazes na mitigação dessas desigualdades.

A nacionalidade dos gestores em Manaus, assim como em Boa Vista, é predominantemente brasileira e identificados como brancos, podendo ter implicações nas práticas da gestão do atendimento a diferentes origens étnicas e culturais. A composição profissional influencia suas percepções sobre diversidade, desigualdade e direitos, podendo moldar desde suas abordagens individuais até a formulação de estratégias institucionais voltadas a essa população.

A questão religiosa foi amplamente ignorada pelos entrevistados, não sendo registrada nos questionários. Tal ausência de resposta pode denotar uma decisão deliberada de preservar essa informação em âmbito privado ou refletir a existência de uma diversidade de crenças que não foi explicitada. Ademais, essa omissão pode estar associada à percepção de que a religiosidade não exerce influência direta sobre suas práticas institucionais, resultando em sua não declaração no contexto da pesquisa.

A maioria dos gestores em Manaus é casada, com exceção de uma gestora solteira, o que pode influenciar suas perspectivas e a forma como se engajam emocionalmente no trabalho com mulheres trans em situação de vulnerabilidade. Essa é um aspecto relevante, pois a experiência de vida dos gestores pode influenciar a forma como eles lidam com as histórias de exclusão e violência que essas mulheres enfrentam.

A comparação entre Boa Vista e Manaus revela um grupo de gestores tecnicamente qualificados, predominantemente femininos, com diferenças significativas em termos de idade, experiência e contextos institucionais. Essas variações contribuem para abordagens multifacetadas no atendimento às mulheres trans venezuelanas, moldadas pelas especificidades sociodemográficas e institucionais de cada cidade.

A análise dessas características é fundamental para compreender como os gestores percebem e implementam políticas de proteção e como essas percepções são moldadas por suas experiências pessoais e profissionais, impactando diretamente a eficácia das ações desenvolvidas em cada contexto.

Quadro 1 - Caracterização sociodemográfica e institucional

CÓDIGO	CODINOME	IDADE	GÊNERO	PROFISSÃO	ESCOLARIDADE	CARGO/FUNÇÃO	INSTITUIÇÃO	TEMPO DE TRABALHO	RAÇA/COR	NACIONALIDADE	RELIGIÃO	SITUAÇÃO CONJUGAL
AMGES2	Açaí	39	F	Assistente social	Ensino superior	Coordenadora(o)	Casa Migrante Jacamim	2 anos e 5 meses	Branca(o)	Brasileira(o)	Não informado	Casada(o)
AMGES18	Araçá	39	F	Nutricionista	Ensino superior	Coordenadora(o)	Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais	1 ano e 7 meses	Preta(o)	Brasileira(o)	Evangélica(o)	Casada(o)
AMGES12	Bacaba	39	F	Assistente social	Pós-graduação	Coordenadora(o)	Associação Scalabrini	3 anos	Parda(o)	Brasileira(o)	Não informado	Solteira(o)
RRGES3	Bacuri	62	M	Relações internacionais	Pós-graduação	Consultor em educação para a saúde e HIV/AIDS	Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS	21 anos	Branca(o)	Não informado	Não informado	Não informado
AMGES5	Buriti	32	F	Trabalhadora humanitária	Pós-graduação	Chefe de escritório	Fundo de População da ONU	3 anos	Branca(o)	Brasileira(o)	Não informado	Solteira(o)
AMGES7	Camu-camu	49	F	Jornalista	Ensino superior	Coordenadora(o)	Organização Internacional para as Migrações	2 anos	Branca(o)	Brasileira(o)	Não informado	Solteira(o)
AMGES3	Cupuaçu	41	F	Assistente social	Pós-graduação	Coordenadora(o)	Associação Hermanitos	3 anos	Branca(o)	Brasileira(o)	Não informado	Casada(o)

AMGES17	Graviola	23	M	Relações internacionais	Ensino superior	Oficial de proteção	Instituto Mana	3 anos	Branca(o)	Brasileira(o)	Evangélica(o)	Solteira(o)
RRGES6	Inajá	26	F	Coordenadora(o)	Ensino superior	Coordenadora(o)	Fundação Pan-Americana para o Desenvolvimento	4 anos	Branca(o)	Não informado	Não informado	Solteira(o)
AMGES15	Jenipapo	24	M	Bacharel em direito	Ensino superior	Gestor de casos de proteção	Instituto Mana	3 anos e 9 meses	Preta(o)	Brasileira(o)	Nenhuma	Solteira(o)
AMGES10	Murici	28	F	Relações internacionais	Ensino superior	Oficial assistente de campo	Agência da ONU para Refugiados	5 anos	Parda(o)	Brasileira(o)	Nenhuma	Casada(o)
RRGES1	Piquiá	53	F	Socióloga	Ensino superior	Coordenadora de saúde sexual e reprodutiva	Fundo de População das Nações Unidas	6 meses	Branca(o)	Brasileira(o)	Não informado	Não informado
RRGES5	Pitomba	22	M	Articulador de monitoramento	Ensino superior	Articulador de monitoramento	Cáritas/Orinoco	2 anos	Branca(o)	Não informado	Nenhuma	Solteira(o)
AMGES16	Pupunha	35	F	Assistente social	Ensino superior	Coordenadora(o)	Instituto Mana	3 anos	Não informado	Brasileira(o)	Católica(o)	Casada(o)
AMGES14	Taperebá	33	M	Nutricionista	Ensino superior	Assistente social de proteção	Instituto Mana	2 anos	Não informado	Não informado	Espírita	Solteira(o)
AMGES6	Tucumã	35	F	Assistente social	Pós-graduação	Assistente social de proteção	Casa Miga LGBTQ+	2 anos	Parda(ao)	Brasileira(o)	Não informado	Solteira(o)

Fonte: Elaborada a partir do banco de dados da pesquisa (2025).

6.2 Caracterização institucional

A caracterização do perfil institucional das organizações onde os entrevistados estão inseridos profissionalmente é fundamental para entender a diversidade de abordagens e estratégias implementadas para lidar com o atendimento das mulheres trans venezuelanas. Este perfil reflete a atuação de instituições locais, nacionais e internacionais que operam nas áreas da saúde, assistência humanitária, direitos humanos e inclusão social. A análise dessas instituições permitirá uma compreensão dos dispositivos disponíveis e dos desafios enfrentados na promoção de uma integração efetiva e digna dessas mulheres na região Norte Amazônica.

O Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2024), como uma agência das Nações Unidas, está fortemente comprometido com a igualdade de gênero e o acesso a serviços de saúde de qualidade, especialmente em contextos de crise e vulnerabilidade. Sua atuação em Boa Vista (RR) reflete a importância dada à saúde sexual e reprodutiva das mulheres trans venezuelanas, que frequentemente enfrentam barreiras significativas para acessar cuidados adequados devido à discriminação e à marginalização social. O UNFPA mobiliza recursos internacionais, oferece apoio técnico e desenvolve políticas específicas para garantir que os direitos dessas mulheres sejam respeitados e que elas tenham acesso a serviços de saúde essenciais.

Os gestores do UNFPA em Manaus, de forma semelhante aos de Boa Vista (RR), desenvolvem e implementam programas focados no acesso a serviços de saúde, como prevenção de HIV/AIDS, saúde mental e cuidados ginecológicos. Eles também trabalham na sensibilização sobre os direitos sexuais e reprodutivos, tanto entre as mulheres trans quanto na comunidade em geral, buscando reduzir o estigma e a discriminação. A atuação do UNFPA é fundamental para garantir que as mulheres trans venezuelanas tenham acesso a cuidados de saúde de qualidade em um ambiente seguro e inclusivo, refletindo a importância de abordar questões de saúde reprodutiva em contextos de crise e migração.

O Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS, 2024) desempenha um papel fundamental no enfrentamento de questões relacionadas à saúde sexual e à prevenção de infecções sexualmente transmissíveis entre populações vulneráveis, particularmente as mulheres trans venezuelanas em situação de migração. Em contextos como Boa Vista (RR) e Manaus (AM), onde essas mulheres frequentemente enfrentam discriminação e marginalização social, o risco de infecção pelo HIV é consideravelmente elevado. A exclusão social que essas mulheres sofrem se reflete diretamente em seu acesso limitado a serviços de

saúde adequados, o que agrava ainda mais sua vulnerabilidade. O UNAIDS tem como objetivo central promover o acesso igualitário a tratamentos e medidas preventivas, oferecendo um suporte indispensável para que essas mulheres tenham acesso aos cuidados necessários e possam viver com dignidade.

A Fundação Pan-Americana para o Desenvolvimento (PADF, 2024), que atua em Boa Vista (RR), adota uma abordagem mais orientada para o desenvolvimento socioeconômico e a capacitação de populações vulneráveis. Essa organização não-governamental se concentra no desenvolvimento sustentável e na promoção dos direitos humanos, estando envolvida em programas que buscam capacitar as mulheres trans venezuelanas, ajudando-as a superar a marginalização e a construir uma vida digna em seu novo país. Isso inclui desde programas de desenvolvimento comunitário até iniciativas que visam melhorar o acesso a serviços essenciais e oportunidades econômicas. A atuação da PADF em Boa Vista (RR) é um indicativo do compromisso com o desenvolvimento de capacidades locais e a promoção de uma inclusão econômica sustentável, que são fundamentais para a integração a longo prazo das mulheres trans venezuelanas na sociedade brasileira.

No âmbito local boa-vistense (RR), a Associação Mexendo a Panela da Paróquia Nossa Senhora da Consolata (2024) atua como uma organização religiosa que fornece apoio direto e imediato às mulheres trans venezuelanas. Essa instituição oferece recursos materiais, como alimentos e abrigo, mas também um espaço de acolhimento que pode ser vital para essas mulheres em situações de extrema vulnerabilidade. A atuação de organizações religiosas como esta é significativa, pois complementa os esforços das grandes organizações internacionais com uma abordagem mais próxima e adaptada às necessidades imediatas da comunidade local. Essa combinação de apoio material e espiritual é particularmente importante em contextos de crise, onde o bem-estar emocional e a sensação de pertencimento são essenciais para a recuperação e integração dessas mulheres.

O Projeto Orinoco, da Rede Cáritas (2024), uma organização internacional católica, também desempenha um papel fundamental em Boa Vista (RR), com um alcance amplo e estruturado. Oferecendo uma vasta gama de serviços, desde abrigo e alimentação até orientação legal e integração social, o projeto é uma fonte vital de suporte para as mulheres trans venezuelanas em situação de extrema vulnerabilidade, garantindo sua segurança e dignidade por meio de assistência humanitária de base religiosa. Com sua longa tradição de apoio a populações em situações de emergência, a Rede Cáritas combina assistência imediata com estratégias de longo prazo para a integração social, proporcionando às mulheres trans venezuelanas o refúgio e as ferramentas necessárias para reconstruir suas vidas.

A Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA, 2024), uma organização humanitária global da Igreja Adventista do Sétimo Dia, desempenha suas atividades em Boa Vista (RR) e Manaus (AM). A ADRA combina ajuda emergencial com desenvolvimento comunitário para melhorar as condições de vida das mulheres trans venezuelanas. A organização oferece múltiplos serviços que vão desde a assistência básica, como alimentação e abrigo, até programas de capacitação e inserção no mercado de trabalho, com o objetivo de promover a autonomia e a integração social dessas mulheres. Assim como a Cáritas e a Associação Mexendo a Panela, integra seus princípios de compaixão e serviço comunitário com ações concretas que buscam melhorar a qualidade de vida dessas mulheres e facilitar sua integração na sociedade brasileira.

A Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2024), em Manaus (AM), está fortemente envolvida em iniciativas que visam regularizar a situação migratória das mulheres trans venezuelanas, garantindo que elas tenham a documentação necessária para viver legalmente no Brasil. Além disso, a OIM oferece suporte econômico por meio de programas que auxiliam essas mulheres a encontrar oportunidades de trabalho e a se integrar economicamente na sociedade local. Essa assistência é vital para promover a autonomia dessas mulheres, facilitando sua transição para uma vida mais estável e segura em um novo país. A OIM também trabalha em estreita colaboração com outras organizações locais e internacionais para garantir que as necessidades específicas das mulheres trans sejam atendidas, como o acesso a cuidados de saúde adequados e proteção contra violência e discriminação.

A Agência da ONU para Refugiados (ACNUR, 2024), por outro lado, concentra seus esforços na proteção legal e na assistência humanitária para as mulheres trans venezuelanas que se enquadram como refugiadas ou solicitantes de refúgio. Em Manaus (AM), o ACNUR trabalha para garantir que essas mulheres tenham acesso aos direitos previstos pela legislação internacional de refugiados, incluindo a proteção contra deportação e o acesso a serviços essenciais, como abrigo, cuidados de saúde e apoio psicológico. A agência também desempenha um papel crucial na educação e sensibilização da comunidade local para promover a inclusão social e combater a discriminação contra refugiadas trans. Isso inclui colaborar com governos, ONGs e outras agências da ONU para criar um ambiente mais acolhedor e seguro para essas mulheres.

As instituições comunitárias não governamentais em Manaus (AM) estão integradas na realidade local e desempenham um papel essencial no fornecimento de apoio direto e imediato às mulheres trans venezuelanas. Embora as grandes organizações internacionais desempenhem um papel fundamental no fornecimento de recursos e no desenvolvimento de políticas, são as

instituições locais que, em última análise, conseguem traduzir essas políticas em ações concretas que fazem a diferença no cotidiano dessas mulheres. Ao combinarem assistência imediata com um olhar atento às complexas necessidades emocionais e sociais, essas instituições se destacam como pilares de apoio para as mulheres trans venezuelanas que enfrentam múltiplas camadas de exclusão e vulnerabilidade.

A Associação Hermanitos (2024), situada em Manaus (AM), oferece programas de capacitação profissional, fundamentais para que essas mulheres adquiram habilidades que facilitem sua entrada no mercado de trabalho, proporcionando-lhes autonomia financeira e suporte educacional, reconhecendo a educação como um meio eficaz para superar a marginalização. A assistência psicológica fornecida é outro pilar importante, ajudando essas mulheres a lidar com os traumas da migração e da discriminação, enquanto a assistência jurídica assegura que elas conheçam e reivindiquem seus direitos. A integração do apoio psicológico, jurídico, educacional e profissional oferecido pela Hermanitos habilita a construir uma vida mais digna. Dessa forma, a organização favorece suas condições de vida imediatas e também promove uma integração mais plena e a longo prazo, fortalecendo o tecido social.

A Casa Miga LGBTQ+ (2024), também localizada em Manaus (AM), é uma organização que desempenha um papel de destaque no acolhimento e suporte à população LGBTQIAPN+ com um enfoque particular nas mulheres trans venezuelanas. A instituição se dedica a proporcionar um espaço seguro e acolhedor, onde essas mulheres podem encontrar abrigo, apoio social e psicológico, fundamentais para enfrentar os desafios que surgem em um contexto de vulnerabilidade extrema. Além disso, a Casa Miga facilita o acesso a serviços de saúde e oferece orientação legal, contribuindo de maneira decisiva para garantir os direitos básicos dessas mulheres. O grande diferencial da organização está em seu compromisso com a promoção de um ambiente inclusivo, por meio de campanhas de sensibilização que visam conscientizar a sociedade sobre os direitos LGBTQIAPN+ e combater a discriminação. Dessa forma, a Casa Miga não se limita a proteger suas beneficiárias, mas busca capacitá-las para superar as barreiras da exclusão social, promovendo seu empoderamento.

O Instituto Mana (2024) complementa o trabalho realizado pela Casa Miga, com uma abordagem que visa promover a inclusão social e a defesa dos direitos das mulheres trans migrantes. A organização desenvolve projetos de capacitação profissional, oferecendo às mulheres trans oportunidades de aprendizado que as ajudam a adquirir habilidades para o mercado de trabalho. Essa capacitação é essencial para garantir sua autonomia econômica, um passo para que essas mulheres possam construir uma vida independente em seu novo país. Além disso, o Instituto Mana está profundamente comprometido com a redução do estigma

associado à identidade de gênero, promovendo conscientização social por meio de campanhas e ações educativas que incentivam o respeito à diversidade. A organização busca, assim, transformar a realidade imediata das beneficiárias e proporcionar uma mudança duradoura, ampliando suas oportunidades de inclusão social.

A atuação da Associação Scalabrini (2024) em Manaus (AM), além de fornecer assistência direta às mulheres trans venezuelanas, reflete uma abordagem que combina os princípios da doutrina social da Igreja Católica com respostas práticas às necessidades urgentes dessa população vulnerável. Ao oferecer orientação legal, suporte psicológico e auxílio na regularização migratória, a associação se posiciona como um ponto de apoio fundamental em um contexto marcado por múltiplos desafios.

No estudo, a Casa do Migrante Jacamim que é o único equipamento público mantido pelo Governo do Amazonas, atuando como ponto de apoio para mulheres trans venezuelanas, oferecendo uma série de serviços que atendem às suas necessidades mais urgentes. Além de prover abrigo e alimentação, a instituição se destaca ao oferecer cuidados de saúde e encaminhamentos para atendimentos especializados, garantindo que essas mulheres tenham acesso a serviços médicos. Outro aspecto vital é a orientação legal, que ajuda as migrantes a navegarem pelas complexas questões jurídicas envolvidas na regularização de sua situação migratória. A regularização migratória garante a permanência legal no Brasil e abre portas para uma vida mais segura e estável, protegendo essas mulheres da exploração e marginalização (SEAS, 2020).

No contexto desse apoio às mulheres trans migrantes venezuelanas, observa-se uma distinção entre organizações não governamentais (ONGs) e agências governamentais ou intergovernamentais, especialmente aquelas ligadas ao sistema das Nações Unidas. A colaboração entre essas instituições é crucial para a construção de uma rede de assistência integrada, dado que as necessidades dessas mulheres são frequentemente negligenciadas ou mal compreendidas nos sistemas de apoio tradicionais. As ONGs, com seu conhecimento das necessidades locais, oferecem uma abordagem mais detalhada e específica. Já as agências intergovernamentais aportam uma visão mais ampla, além de dispor da capacidade de mobilizar recursos em maior escala (ACNUR, 2021; UNFPA, 2024).

O UNFPA e o UNAIDS fazem parte do sistema da ONU, o que significa que são agências intergovernamentais que atuam com a cooperação de diversos países. Essas instituições não são ONGs, mas órgãos internacionais que promovem políticas públicas e oferecem assistência técnica em questões como saúde reprodutiva e prevenção do HIV para populações vulneráveis. De forma semelhante, a ACNUR e a OIM são agências

intergovernamentais que recebem contribuições de governos ao redor do mundo para garantir proteção legal, direitos e assistência humanitária a refugiados e migrantes.

Por outro lado, a PADF é uma ONG de caráter internacional. Tem-se também as ONGs de cunho religioso, como a Associação Mexendo a Panela, a Rede Cáritas, a ADRA e a Associação Scalabrini. Essas instituições desempenham um papel fundamental na mitigação de lacunas assistenciais deixadas pelo Estado, que deveria garantir o acesso pleno aos direitos dessas populações. Embora possuam uma base religiosa, essas organizações operam de maneira a combinar princípios humanitários com ações concretas e pragmáticas. Culturalmente, as organizações religiosas, especialmente as de tradição cristã, tendem a estar associadas a princípios heteronormativos que, em muitos casos, influenciam a forma como determinadas populações, como pessoas migrantes transgênero, são acolhidas e assistidas.

Além disso, as ONGs consideradas locais desempenham papéis essenciais no apoio direto às mulheres trans migrantes. Instituições como a Casa Migrante Jacamim, a Associação Hermanitos, a Casa Miga LGBTQ+ e o Instituto Mana oferecem serviços essenciais como abrigo, alimentação e orientação jurídica, além de promover inclusão social e o empoderamento dessas mulheres. As instituições públicas geralmente não possuem a flexibilidade ou o alcance necessário para lidar com as necessidades específicas das mulheres trans migrantes, que são, em grande parte, negligenciadas pelos sistemas convencionais de assistência social.

Essas organizações, tanto internacionais quanto locais, desenvolvem papéis complementares na promoção da saúde, desenvolvimento socioeconômico, inclusão social e proteção legal de mulheres trans migrantes, especialmente em situações de crise humanitária e vulnerabilidade social. Unidas, essas instituições criam uma rede de apoio fundamental para melhorar a qualidade de vida dessas mulheres.

Enquanto algumas dessas instituições têm um foco mais geral em migrantes e refugiados, muitas estão cientes das necessidades específicas das mulheres trans e trabalham para promover sua inclusão social, direitos e acesso a serviços essenciais.

O UNFPA e o UNAIDS não se limitam exclusivamente a mulheres trans, mas suas ações são voltadas para questões de saúde sexual e reprodutiva, direitos sexuais e prevenção de HIV, o que impacta diretamente as mulheres trans, especialmente em situações de vulnerabilidade como a migração.

A ACNUR e a OIM também têm uma atuação mais ampla com migrantes e refugiados em geral, mas, nos últimos anos, essas organizações têm desenvolvido políticas e programas que visam a inclusão e proteção de grupos vulneráveis, incluindo mulheres trans. O foco dessas

instituições é garantir que os direitos dessas pessoas sejam respeitados e que elas tenham acesso a documentação, saúde e proteção contra violência e discriminação.

Já ONGs como a Casa Miga LGBT+, o Instituto Mana e a Associação Hermanitos têm uma atuação mais direcionada à população LGBTQIAPN+. Essas organizações oferecem suporte direto, como abrigo, alimentação, assistência jurídica e programas de inclusão social, com ênfase nas necessidades específicas da população trans.

6.3 Categorias de análise

Nesta seção, a essência da investigação é apresentada em três categorias de análise que, apesar de seus focos específicos, se entrecruzam e dialogam entre si. As temáticas serão discutidas a partir da perspectiva dos participantes e contextualizadas com os conceitos de Bourdieu, evidenciando como campo, *habitus* e capitais moldam as percepções dos gestores sobre o atendimento a mulheres trans venezuelanas em Boa Vista (RR) e Manaus (AM).

A categorias, apresentadas no Quadro 2, fornecem uma estrutura para entendimento das complexas dinâmicas que influenciam o fenômeno estudado.

Quadro 2 - Descrição das categorias analíticas.

CATEGORIAS	CONCEITO NORTEADOR
<i>Habitus</i> transfóbico e violência simbólica no campo migratório	Experiências de preconceito, discriminação e violência enfrentadas por mulheres trans venezuelanas em deslocamento prolongado no Brasil, destacando como o gênero e o <i>status</i> migratório influenciam essas vivências
Capital simbólico e sociocultural na mediação do acesso a direitos	Analisa as relações de poder que determinam a efetivação ou negação de direitos por meio do capital simbólico e sociocultural das mulheres trans migrantes
Trabalho sexual como capital econômico	Relatos sobre prostituição e trabalho sexual como estratégias de sobrevivência para mulheres trans venezuelanas, considerando os desafios e as dinâmicas sociais e econômicas envolvidas

Fonte: Elaborada a partir do banco de dados da pesquisa (2025).

As categorias de análise, assim, oferecem um panorama das experiências e percepções dos gestores no atendimento às mulheres trans migrantes venezuelanas, integrando conceitos-chave da teoria de Bourdieu para desvendar as práticas de atendimento, as dinâmicas de poder e as relações institucionais que afetam a qualidade e a acessibilidade dos serviços.

6.3.1 *Habitus* transfóbico e violência simbólica no campo migratório

O preconceito, a discriminação e a violência estão presentes de forma transversal na vida das mulheres trans venezuelanas, precedendo o ato migratório. Os entrevistados apontam que a Venezuela não oferece um ambiente seguro, conforme relatos das experiências dessas mulheres em seu país e com seus compatriotas.

“[...] das meninas trans ao longo desses 2 anos que a gente acolheu, elas mesmos falavam, ‘A gente não tem noção de como a [...] sociedade lá é extremamente discriminatória, que a gente nem ao menos [...] tem coragem para tentar, mesmo quando a gente tem uma determinada independência de sair de casa, a gente não sente confortável em assumir [...] a nossa identidade de gênero, a gente acaba mesmo muita das vezes se identifica como homem gay ou não se identifica com nenhum tipo [...] de orientação ou identidade e segue a vida tentando sobreviver’ [...] eu procuro saber um pouquinho da história dela [...] se ela já havia sofrido outros tipos de violência quando ela estava no país dela, se a família aceitava, se algum momento houve, assim, essa oportunidade de ter uma conversa sobre a orientação dessa pessoa, a identidade de gênero [...] na grande maioria não houve essa conversa, porque a pessoa ela esconde [...] na verdade, ali a sua sexualidade [...] ainda não peguei nenhuma menina trans [...] que [...] já tivesse saído de casa lá na Venezuela, e já estava vivendo sozinha [...] todos ainda estavam vivendo com as suas famílias [...] e alguns já haviam vivenciado situações de violência dentro da família [...] como por exemplo a violência moral, a violência psicológica, verbal e a violência física também [...]” (Tucumã)

No trecho citado, nota-se que o entrevistado inicia sua fala com uma consideração sobre a experiência das mulheres trans acolhidas. Em seguida, insere um relato atribuído a elas, reproduzindo suas falas conforme recorda dos atendimentos. Nesse momento, ocorre uma mediação discursiva em que o gestor reinterpreta os relatos das migrantes, incorporando-os à sua própria narrativa. Em sequência, reflete sua análise subjetiva sobre essas vivências, não se tratando de uma reprodução literal das falas das migrantes, mas sim de uma construção interpretativa ancorada em suas observações e interações institucionais.

Essa percepção dos gestores sobre as mulheres trans, a partir dos relatos delas, reflete como o *habitus* transfóbico atua na sociedade venezuelana, moldando as experiências dessas mulheres de forma estruturada. O *habitus* transfóbico opera coletivamente na sociedade venezuelana impedindo as mulheres trans de expressar plenamente sua identidade de gênero. Precocemente, essas mulheres sofrem violência simbólica, internalizando a repressão social. Essa internalização resulta na aceitabilidade passiva da subordinação e na restrição de suas possibilidades de ação e autodefinição.

A Venezuela é um país onde as questões de identidade de gênero e orientação sexual são tratadas com excessivo preconceito, sendo a sociedade fortemente influenciada por normas conservadoras e patriarcais. As violações enfrentadas pelas mulheres trans refletem essa realidade hostil, em que não há proteção legal para identidades de gênero diversas. Muitas são forçadas a ocultar suas identidades para evitar represálias, que incluem violência física, moral e psicológica (Vieira, Araújo e Medeiros, 2022; Favero, 2022).

As mulheres trans refugiadas continuam a enfrentar uma série de desafios no processo de adaptação no país de acolhimento devido as marcas das estruturas sociais e culturais do seu país de origem. O estudo dessas experiências disparadas no território venezuelano relaciona uma sobreposição significativa de violações de direitos basilares (Rocon *et al.*, 2020).

A discriminação generalizada, inclusive no ambiente familiar, que deveria ser de suporte, se torna um campo de múltiplas opressões. As mulheres trans venezuelanas ajustam suas identidades e comportamentos para minimizar riscos, frequentemente ocultando quem realmente são para sobreviver.

“[...] a população LGBT, que sentem muito, assim, no dia a dia, a questão do estigma e da discriminação. Dentro do próprio meio, onde eles vivem com os outros migrantes venezuelanos. Existe uma, digamos assim, essa população migrante [...] tem um perfil muito machista de uma forma geral.” (Bacuri)

“[...] algumas populações [...] que passam conosco [...] dependendo da situação que elas passam, elas já vem estigmatizadas [...] então já vem com a situação vulnerável [...] e aí a gente tem que já trabalhar isso com os outros que já estão numa condição já melhor, já tão no processo já até de desacolhimento, porque a gente observa, assim, que há relações de preconceito que a gente precisa tá todo tempo desconstruindo ali [...]” (Açaí)

“As pessoas também LGBT nem sempre são pessoas [...] que se identificam como tal [...] são pessoas às vezes que, até pra se preservar de uma certa violência não se manifestam assim.” (Buriti)

Esse invisibilização e à negação da existência e das identidades das mulheres trans se reproduz no contexto migratório, à medida que o *habitus* transfóbico internalizado é transportado para o novo ambiente, onde segue moldando as interações e perpetuando o ciclo de autocensura.

Riveira e colaboradores (2021) apontam que a compreensão do panorama transfóbico na Venezuela e no Brasil exige uma análise que considere não somente as estatísticas de violência, mas também as estruturas socioculturais que sustentam iniquidades de gênero. Essa perspectiva enfatiza a necessidade de examinar como normas culturais, práticas

discriminatórias e discursos de ódio se entrelaçam para perpetuar a marginalização de pessoas trans.

Entre os entrevistados, emerge uma percepção de que as mulheres trans venezuelanas se sentem mais acolhidas no Brasil em relação a suas vivências em sua pátria. Essa percepção é observada com uma certa surpresa, dado o histórico brasileiro alarmante em termos de violência e discriminação contra essa comunidade.

“[...] Apesar de eles nos relatarem que são muito mais acolhidos em nosso país, com todo o preconceito que a gente sabe que há, do que no país deles, porque [...] os venezuelanos são muito preconceituosos com relação ao público LGBTI [...] a gente tava no atendimento é normal, se chegasse um LGBT pra ser atendido gerava aquele burburinho e a gente tinha que contornar a situação e era o público venezuelano, não era brasileiro, era só venezuelano, então, mesmo entre eles é uma certa... muito preconceito.” (Cupuaçu)

Os venezuelanos mantêm normas transfóbicas de origem, influenciando suas percepções e comportamentos mesmo após a migração. Como resultado, muitas pessoas trans vivem em alerta constante devido a crimes de ódio e discriminação, revelando novas formas de *habitus* transfóbico no território brasileiro.

Apesar de ser visto como um país receptor seguro, o Brasil lidera globalmente o *ranking* de homicídios de pessoas trans, refletindo um ambiente de extrema violência. Essa comparação entre as experiências no território brasileiro e venezuelano revela uma dualidade complexa — embora o Brasil registre altos índices de violência contra pessoas trans, ainda é percebido como mais seguro e acolhedor do que a Venezuela (ANTRA, 2024; TGEU, 2021).

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (2021) sugere que essa percepção de acolhimento se deve, em parte, à implementação de políticas de refúgio nacionalmente, além do relativo acesso a cuidados de saúde, suporte psicológico e programas de inclusão social (ACNUR, 2021).

A migração da Venezuela, em vez de dissipar preconceitos, as transporta para novos contextos discriminatórios, intensificando o ciclo de opressão que transcende fronteiras. A própria jornada migratória das mulheres trans venezuelanas é marcada por inúmeros riscos, incluindo novas formas de violência e exploração até chegarem ao seu destino.

“[...] a maioria das meninas [...] que eu acolhi, que eu fiz triagem, elas vieram a pé da Venezuela, atravessaram a Fronteira, foram semanas, dias e dias, caminhando, pegando caronas, aí depois caminha novamente [...] passou por situações de violação [...] sofreram estupros nesse caminho [...] acho que a primeira violência que elas sofrem são questões de roubos [...] elas saem de lá do país com os documentos, com seus pertences e [...] acaba chegando aqui em Manaus já não tem mais nenhum documento [...] as meninas relatam que acabam sofrendo estupro no meio da estrada

[...] de homens [...] na grande maioria elas aceitam mesmo a carona se alguém oferece, porque você tá dias andando, você está com fome [...] não tem o que comer, e aí você já está exausto não aguenta andar [...] e nessa carona quando o motorista percebe que é uma pessoa que tem uma orientação sexual diferente, ele acaba que para o carro ali na estrada, acaba cometendo ali o estupro, acaba violando o corpo da pessoa e aí larga a pessoa ali no meio do caminho [...] são relatos bem fortes assim [...] de você ouvir, de você escutar o tanto de violação que a pessoa sofre [...] que é uma prova já imaginou você passar assim 15 a 20 dias para conseguir chegar de lá até aqui? [...]” (Tucumã)

O *habitus* transfóbico, internalizado nas sociedades de origem e nos espaços de trânsito, molda as experiências das mulheres trans durante a migração, perpetuando normas opressivas que legitimam a discriminação e a violência contra elas, mesmo além de suas fronteiras nacionais.

Durante o trajeto, essas mulheres podem ser vítimas de roubos, chegando ao Brasil sem documentos, o que agrava sua vulnerabilidade. Exaustas e desprotegidas, aceitam transportes, expondo-se ao risco de abuso. Agressores, ao reconhecerem sua identidade de gênero, usam a violência como punição e controle, causando traumas severos (Ribeiro, 2022).

Conforme Ribeiro (2022), essa realidade expõe a brutalidade da travessia migratória para pessoas da comunidade LGBTQIAPN+. A ausência de infraestrutura adequada aumenta ainda mais a exposição das mulheres trans migrantes a diversas violências, resultando em abusos ao longo de suas jornadas até a chegada em seu país destino.

Nota-se que, apesar do acolhimento inicial oferecer uma percepção de segurança em comparação à situação vivenciada na Venezuela, essa aceitação é perfunctória. A violência no contexto brasileiro é um fenômeno alarmante, fazendo parte de uma tendência maior que afeta gravemente a segurança e a dignidade das pessoas trans migrantes.

A complexidade dessa dinâmica se revela na medida em que o preconceito não é apenas externo, mas também se manifesta entre os próprios venezuelanos. Aqueles que já vivem em situações de vulnerabilidade e marginalização acabam reproduzindo opressões internalizadas, reforçando discriminações contra outros indivíduos em adicional sofrimento social no Brasil.

“[...] na casa a gente também tem situações de xenofobia, porque [...] não é fácil [...] quando a gente tem, por exemplo, um grande número tanto de brasileiros quanto venezuelanos na casa. A gente vê que automaticamente a casa ela se divide em grupos [...] a gente tenta trabalhar ali mais atividades [...] em coletivo, em grupo para que eles possam [...] interagir se conhecer e entender a cultura do outro que é diferente da nossa e se respeitar [...]” (Tucumã)

“[...] é uma casa muito plural, a gente tem uma trans, tem só homens adultos, aí é que tá o nosso gargalo. Porque a gente sabe que, se o brasileiro ele já é machista, o venezuelano ele é mais ainda. Então tem a questão, como não tem monitor aqui, quando a gente não tá monitorado por câmeras, a gente, várias vezes, flagra o homem tentando desrespeitar uma trans ou uma mulher, tirando gracinha [...]” (Bacaba)

"[...] são segmentos diferenciados, a gente sempre [...] aborda essa temática com eles [...] de uma forma pra eles saberem lidar e não criar situações de exclusão social [...]" (Açaí)

A interseccionalidade da violência baseada em gênero e nacionalidade enfrentada por mulheres trans migrantes é marcada por estruturas de poder simbólico que operam no campo migratório. As iniciativas institucionais para promover o entendimento cultural e o respeito mútuo visam mitigar os efeitos desse *habitus* transfóbico, porém, a resistência e o preconceito persistem de forma violentamente expressiva.

A perpetuação da violência deixa de ser compreendida unicamente como resultado de conflitos interpessoais, estando enraizada em estruturas sociais que regulam as relações de poder dentro do campo migratório. As mulheres trans, por ocuparem uma posição de vulnerabilidade dupla — como migrantes e pessoas trans — enfrentam uma marginalização constante, amplificada por valores transfóbicos que os outros acolhidos carregam consigo (Bourdieu, 2001).

Hentges *et al.* (2024) corroboram esses achados e ampliam a discussão ao abordar as múltiplas vertentes de violações direcionadas às mulheres trans por parte de outros acolhidos brasileiros e venezuelanos, incluindo agressões físicas, emocionais e sexuais. A precariedade das condições de vida, somada à competição por recursos limitados, agrava ainda mais as tensões sociais.

O campo migratório, ao se configurar como um espaço de disputas por recursos e *status*, se torna um terreno fértil para a reprodução de atrocidades legitimadas e, em muitas realidades, invisibilizadas e mantidas sob o olhar das próprias instituições que deveriam oferecer proteção e segurança a essas mulheres.

"[...] eles precisam de uma triagem urgente porque quando essas pessoas chegam lá nessa base [...] elas são violentadas pelos outros refugiados imigrantes, se eles percebem que a pessoa ela é afeminada, que ela tem algum traço [...] os homens venezuelanos eles já maltratam, começam com xingamento, eles tentam agarrar essas pessoas à força, dentro do banheiro [...] recentemente eles cortaram todinho pelaram a cabeça de uma menina trans... então é [...] bem chocante." (Tucumã)

A situação onde indivíduos são alvo de xingamentos, agressões físicas e até mutilações, como o corte de cabelo forçado, é uma forte demonstração de violência de gênero. Essa violência é uma manifestação do *habitus* transfóbico alocado nos âmbitos ditos de acolhimento e refúgio.

A violência contra pessoas LGBTQIAPN+ em centros de acolhimento é frequentemente subnotificada. Fernandes e Onuma (2024) ressaltam que, em crises humanitárias, a barbárie tende a se intensificar devido à flexibilização das normas sociais e à insuficiência de mecanismos de proteção. Esse panorama, aliado a falta de apoio institucional, exacerba a vulnerabilidade das mulheres trans migrantes (Friedman *et al.*, 2020; Wirtz *et al.*, 2019).

Gehlen, Langendorf e Vieira (2023) apontam que a normalização da violência como uma forma de controle e punição mantém ciclos de abuso, afetando desproporcionalmente pessoas LGBTQIAPN+. Esses grupos são repetidamente vistos como alvos fáceis devido à sua vulnerabilidade social e à falta de proteção legal.

A violência física é uma manifestação visível e palpável de um sistema mais amplo de exclusão que impele essas mulheres para as margens da sociedade. A recorrência de relatos de agressões expõe a falha estrutural na implementação de políticas públicas de segurança.

“[...] agressão sim, contra a mulher sim, a LGBT também [...]” (Araçá)

“[...] outros homens sofreram abuso sexual. Então não é uma coisa que acontece só com as mulheres e [...] também as mulheres trans. O fato delas terem [...] uma genital que é dita masculina [...] não inibe de sofrerem violência também, baseada em gênero.” (Taperebá)

“[...] violência contra a mulher, violência LGBT, que acontece demasiadamente aqui por Manaus [...] uma trans também chegou aqui agredida. Então, assim, a gente tem casos de violência mesmo, em si, violência física.” (Bacaba)

A violência física é a materialização brutal das dinâmicas simbólicas, resultando em um ambiente permissivo criado pela internalização de narrativas transfóbicas. A violência simbólica, portanto, estabelece e reforça o terreno ideológico que legitima essas práticas.

Ao importarem essas normas culturais e aplicá-las a um espaço já marcado por carências, os migrantes criam novas dinâmicas de violência que ultrapassam o corpo físico e transgridem a existência dessas mulheres. A agressão se configura como um mecanismo de punição e disciplinamento que visa reforçar normas de gênero e subordinação (Ribas, 2018).

Os esforços para proteger e acolher pessoas LGBTQIAPN+ no contexto migratório brasileiro destacam desafios significativos e avanços importantes, evidenciando tanto o reconhecimento de suas vulnerabilidades específicas quanto a necessidade de estratégias articuladas e especializadas para enfrentá-las.

“Nosso intuito aí em Boa Vista era expandir pra possivelmente criar [...] um abrigo LGBTI, um abrigo de alta complexidade pra pessoas LGBTI's [...] que sofrem, [...] algum tipo de violência. Então nós não conseguiríamos entrar nessa pauta, mas o objetivo, é, não vou te dizer que ainda pra esse ano talvez pro ano que vem seria a

gente apoiar [...] pessoas LGBTI sobreviventes [...] de situações baseadas em diferenças de gênero.” (Jenipapo)

“[...] a gente elaborou um treinamento pra nossa equipe, especificamente, identificar a violência contra mulheres trans, homens trans e pessoas não-binárias e das mulheres cis a gente já tinha [...] um fluxo [...] de identificação, que foi passado pela ACNUR [...]” (Taperebá)

A violência simbólica, nesse contexto, é sutil, mas potente, na medida em que a proteção oferecida aos corpos dissidentes é retardada. A luta para garantir o acesso a abrigos especializados e o desenvolvimento de treinamentos específicos para reconhecer a violência transfóbica revela que, apesar de avanços, o *habitus* transfóbico ainda restringe as possibilidades de ação dessas instituições.

Segundo Pinheiro (2021), o Brasil continua sendo o país com o maior número de assassinatos de pessoas trans e essa violência é frequentemente invisibilizada pela ausência de registros policiais adequados, o que reflete uma lacuna institucional no reconhecimento da vulnerabilidade dessa população. A subnotificação e a invisibilidade nos dados estatísticos intensificam o problema, dificultando a formulação de estratégias eficazes de proteção e intervenção.

Uma pesquisa conduzida pela Escola Nacional de Saúde Pública, em colaboração com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2024) e a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT, 2023), investiga como a implementação de tecnologias, como o aplicativo *Rainbow Resistance-Dandarah*, pode contribuir para o registro e mapeamento de incidentes de violência contra a comunidade trans. O aplicativo permite que usuários relatem esses incidentes anonimamente, gerando dados geolocalizados que podem ser utilizados na identificação de áreas de risco e na análise de padrões de violência (Silva *et al.*, 2022).

Wilson, Jalil e Turner-Moore (2022) destacam a relação significativa entre racismo, estigma anti-trans e violência contra mulheres trans, exacerbada pela falta de preparo dos profissionais de segurança pública, evidenciando a necessidade de dados fidedignos para descrever a extensão do problema e desenvolver estratégias eficazes de prevenção e mitigação da violência institucional contra pessoas trans.

A falta de proteção legal para as mulheres trans, tanto em espaços públicos quanto institucionais, favorece a manutenção de violações. No campo migratório, a violência institucionalizada pode se manifestar aditivamente pela recusa de serviços básicos até o tratamento negligente por parte de funcionários públicos, incluindo agentes de segurança.

“[...] Eu nunca vi também, mas [...] os meninos que a gente acompanhava eles comentavam com relação [...] à polícia, principalmente. De agressão, agressão verbal, agressão física. Nos abrigos, [...] mais conflitos entre a comunidade do abrigo [...] e eles [...] isso, assim, bastante também. Tem... acontece. Mas na rua eles sofriam mais da polícia, não [...] da comunidade.” (Inajá)

“[...] você vai ver situações de violência que os militares tratam mal e só não batem porque, querendo ou não, as intuições estão lá presentes [...] estão trabalhando lá dentro. Mas situações de violência verbal, esse daí já for meio que faz parte do cotidiano de lá, com os relatos das pessoas [...] o tratamento é totalmente xenofóbico, e LGBTfóbico também, e é por esses motivos que muita das vezes quando LGBT chega lá nesse local dessa base, as instituições elas já tenta lá... ‘eu estou precisando de uma triagem, se possível se fosse hoje, porque a pessoa chegou hoje, já não foi bem recebida agradeço muito...’ porque eles já sabem que a situação pode ficar [...] um pouquinho pior [...] no período da [...] pandemia [...] houve muito os relatos [...] que preocupa [...] o pessoal [...] LGBT chegou aqui na cidade de Manaus, mas preferiu ficar na rua do que ficar lá na base [...]” (Tucumã)

“A gente já acompanha alguns casos e foi muito, assim, 100% dos casos é violência física, [...] Por ser mulher trans [...] e quando a gente acessa [...] no serviço de delegacia, perdão, de segurança, que seria o boletim de ocorrência, existe uma resistência, então a gente acaba dando uma aula pros colegas da delegacia, dizendo ‘Não, ela é uma mulher trans!’. Existe uma legislação, existe um amparo que ela consegue ter [...] esse direito garantido de realizar o boletim de ocorrência, não porque ela é uma mulher trans ela não deve ir a uma delegacia comum, ela pode fazer na delegacia comum o boletim de ocorrência, mas por ser mulher trans, ter [...] o documento de refúgio e se reconhecer como mulher trans, ela tem esse direito de acessar a delegacia da mulher. Então, a gente acaba, eu costumo dizer mobilizando [...] sensibilizando os colegas lá e acabam no final com dúvida, tiro dúvida, ficam perguntando entre si se faz, se não faz [...] então, a gente acaba [...] fazendo essa mobilização, e no final consegue, mas demora e é [...] muito burocrático assim.” (Graviola)

As forças de segurança, influenciadas pelo *habitus* transfóbico, exercem sua autoridade de forma discriminatória em distintas esferas. A violência cometida por esses agentes revela o desempenho da autoridade pública como um mecanismo de controle social que busca disciplinar corpos e identidades que desafiam as normas de gênero e nacionalidade.

A necessidade de "dar uma aula" sobre identidade de gênero a agentes de segurança pública expõe uma grave deficiência sistêmica em termos de formação e sensibilização desses profissionais para a diversidade e os direitos humanos. Esse tipo de lacuna formativa não é apenas um problema educacional técnico, mas reflete uma macroestrutura que perpetua visões limitadas e excludentes.

Waters (2021) destaca que, apesar dos avanços legislativos, a falta de capacitação e sensibilização dos profissionais resulta na aplicação inconsistente dos mecanismos legais vigentes. A resistência institucional impede o acesso rápido à justiça e também expõe as mulheres trans a uma revitimização, onde elas são obrigadas a defender sua identidade e direitos repetidamente.

A discriminação, somada à falta de preparo das autoridades, dificulta ainda mais o acesso à justiça. Bravo, Martinelli e Wanderley (2018) apontam que as barreiras institucionais presentes no sistema de segurança pública resultam em resistência ao atendimento adequado e ao reconhecimento das demandas legais dessas mulheres.

A abordagem truculenta dos agentes institucionais aliada à resistência a práticas inclusivas evidencia uma falta de preparo que, nos casos relatados, sugere ser deliberada. Essa postura desponta a incapacidade, ou até mesmo a recusa, de lidar adequadamente com as necessidades específicas da população LGBTQIAPN+.

“[...] as pessoas olham para gente como se fosse assim... se a gente não fosse nenhuma pessoa normal assim, e ‘Tu consegue conversar com eles? Porque, por exemplo, eu não conseguiria conversar, atender uma pessoa LGBT’ aí vem aquele discurso ‘Que a minha religião...’ eu digo assim ‘olha, é... respeito a tua religião mas eu não sei nem porque a gente está tendo esse diálogo, porque a nossa profissão ela tem um código de ética, independente da tua religião o que for, meu código de ética ele preza pela liberdade de expressão, de identidade de gênero e sexualidade’ [...] então ele vai trazer demandas para você especificar vai, mas é usuário é uma pessoa que está precisando de um atendimento médico, de acesso a alguns serviços de saúde [...] então o teu trabalho é garantir direitos [...] não é um bicho de 7 cabeças não é algo de outro mundo você vai garantir direitos [...] a gente vê considerado de refugiado [...] ele não é, não é de bom grado, então a própria polícia federal [...] acaba dificultando [...] então a ACNUR tem que ir lá pessoalmente [...] é todo é um procedimento que eles acabam burocratizando [...] mais do que do que deveria [...]” (Tucumã)

Os achados evidenciam que o *habitus* transfóbico, derivado de crenças e valores sociais, moldam o comportamento de profissionais que deveriam atuar com imparcialidade e ética no atendimento de pessoas LGBTQIAPN+ no contexto migratório. Essa realidade configura um modo de violência simbólica, em que a identidade das pessoas trans é sistematicamente negada ou desvalorizada, sob pretextos religiosos ou ditos morais.

O poder simbólico exercido por esses profissionais, ao se apoiar em normas sociais excludentes, representa uma forma de dominação que invisibiliza e desumaniza as identidades trans. O discurso religioso ou moralista, conforme descrito, funciona como uma racionalização ideológica para a manutenção do *status quo*, onde essas identidades são vistas como "não normais" e, portanto, indignas de um tratamento justo e equitativo (Bourdieu, 2001).

Para mulheres trans migrantes, a busca por acolhimento e proteção se converte, assim, em uma experiência de rejeição. Ao se posicionarem como defensores de normas conservadoras e utilizarem tais fundamentos para praticar discriminação, esses profissionais reafirmam seu controle sobre o acesso ao acolhimento e à dignidade, reforçando as desigualdades de poder que estruturam o campo migratório (Bempong *et al.*, 2019).

As normas transfóbicas nas estruturas institucionais criam barreiras sistêmicas que impedem mulheres trans de acessar direitos fundamentais. Nessa conjuntura, a marginalização das migrantes trans venezuelanas é reforçada pelas próprias estruturas que deveriam garantir proteção e dignidade.

“[...] chegar uma mulher trans, uma menina trans e ter no seu documento o nome de nascimento, de batismo [...] a gente vê a pessoa chamando a pessoa pelo nome que tá no documento, e não pelo nome que a pessoa quer ser chamada, então a gente tem que fazer essa abordagem pela força [...] da realidade [...]” (Camu-camu)

“Outra questão [...] têm sido, por exemplo, um caso com as pessoas trans, têm sido alguma dificuldade isso não é regra isso é realmente exceção. A questão da adoção da aceitação [...] do nome social dessas pessoas. Ocorreram alguns casos em que houve uma certa dificuldade [...] de adoção casos (pontuais) da pessoa [...]” (Bacuri)

O *habitus* transfóbico, internalizado nas instituições também se traduz na resistência em adotar o nome social. Essa prática, ainda que possa parecer trivial, é uma forma de violência simbólica que deslegitima a identidade de gênero dessas pessoas.

Quando as instituições se recusam a considerar o nome social, elas lesionam os direitos das mulheres trans que já se encontram em situação de extrema vulnerabilidade, agravada pela condição migratória e pelo *habitus* transfóbico predominante no campo institucional. Essa recusa reforça o entendimento de que a identidade trans é passível de contestação, violando os princípios fundamentais de dignidade e igualdade.

A relutância em considerar o nome social transcende a burocracia, constituindo uma manifestação de violência simbólica que invalida a identidade de gênero. O nome social é essencial para dignidade e respeito, e ao recusá-lo, as instituições violam um direito legal reforçando a noção de que a identidade trans não é legítima (Marinucci, 2020).

Binotto e colaboradores (2024) ressaltam que, para muitas mulheres trans, a imposição de um nome que não reflete sua identidade representa um lembrete constante da negação de sua autenticidade e de sua desimportância como cidadãs. Essa dinâmica gera um ciclo de invisibilidade e estigmatização social, provocando o medo de acessar seus direitos.

A análise da primeira categoria evidencia como o preconceito, a discriminação e a violência, entrelaçados ao gênero e ao status migratório, configuram forças estruturantes que aprofundam a marginalização das mulheres trans venezuelanas no Brasil. Sob a lente Bourdieu, os achados demonstram que o *habitus* transfóbico e a violência simbólica operam como dispositivos de reprodução das desigualdades, submetendo essas mulheres a processos de subalternização no campo social por meio de normas e disposições internalizadas que perpetuam hierarquias excludentes.

Nesse contexto, os gestores entrevistados expressam percepções ambivalentes, oscilando entre o reconhecimento da extrema vulnerabilidade dessas mulheres e a observação crítica de práticas adotadas por outros gestores, que, muitas vezes, reforçam sua invisibilização e exclusão. Tal paradoxo evidencia a pervasividade da violência simbólica no cenário migratório, ao descrever a recorrência das violações.

6.3.2 Capital simbólico e sociocultural na mediação do acesso a direitos

Acesso a moradia

Nos relatos, a estrutura dos abrigos reflete hierarquias de gênero e preconceito, onde as mulheres cis têm mais chances de serem acolhidas, ainda que também enfrentem dificuldades, enquanto as mulheres trans ficam praticamente invisíveis nas políticas convencionais de moradia emergencial.

“[...] temos diretores de abrigos que na sua grande maioria é... não fazendo essa diferenciação de gênero... mas, são homens, que são pessoas extremamente conservadores. Então são pessoas que não são preparadas nem mesmo para acolher uma mulher cis, com todas as suas especificidades de saúde etc., quanto uma pessoa LGBT... é mais complicado ainda [...]” (Tucumã)

A compreensão do capital simbólico exige que os gestores adotem práticas sensíveis que validem as identidades e experiências das mulheres trans, promovendo o reconhecimento social necessário. Essa validação deve se refletir na cultura organizacional, reforçando a visibilidade dessas mulheres como um valor positivo.

Os direitos humanos das pessoas trans refugiadas são garantidos por tratados globais, entretanto, Silva e Ferrari (2020) destacam que o acesso a esses direitos ainda é fragilizado por lacunas sistêmicas. Essas lacunas são muitas vezes sustentadas por padrões históricos de discriminação, falta de recursos ou vieses institucionais.

Marginalizadas tanto em seus países de origem quanto nas novas realidades, essas mulheres carregam histórias de exclusão, lutando constantemente por reconhecimento e dignidade. A desburocratização dos serviços oferecidos a essas mulheres transcende o mero acesso a direitos básicos, sendo essencial para garantir sua plena integração social (Meneses; Ennes, 2023).

Mulheres trans migrantes enfrentam desafios significativos que as canalizam para a precariedade habitacional e abjeção. Embora os abrigos sejam uma extensão do direito à

moradia digna, esse acesso é frequentemente comprometido pela transfobia institucional e pela ineficiência de práticas ditas inclusivas. Isso reforça a exclusão contínua dessas mulheres, negando-lhes o direito básico à moradia e, por extensão, à segurança e dignidade (Benevides, 2022; Xavier; Vianna, 2023).

Os abrigos específicos para populações vulneráveis desempenham um papel categórico no atendimento das demandas urgentes de acolhimento em um contexto onde as políticas públicas ainda não se consolidaram. Esses abrigos surgem como respostas imediatas a uma necessidade premente: garantir um espaço seguro para aquelas que, muitas vezes, enfrentam a violência em abrigos convencionais.

“[...] o ideal seria que todas as casas estivessem preparadas para acolher quem estivesse precisando em situação de vulnerabilidade [...] não deveria ter essa [...] diferença [...] quem é LGBT vai para CASAMIGA, quem é mulher vai para lá, quem é, não, mas infelizmente, é o Estado ele ainda está muito despreparado [...]” (Tucumã)

“Se você for observar todos [...] os abrigos, têm um perfil. Aqui é um perfil. Mas tem outros abrigos que só é masculino, tem um abrigo que só é LGBT, tem um abrigo que pega só adultos, só homens e só mulheres. Então, dependendo [...] da demanda, você leva pra um abrigo específico.” (Bacaba)

“O que acontece em Roraima é que a comunidade LGBT, ela é primeiramente acolhida nos abrigos. Inclusive tem um abrigo só pra LGBT.” (Piquiá)

A segregação em abrigos para populações vulneráveis desafia normas discriminatórias, mas pode inadvertidamente legitimar práticas excludentes ao instituir espaços separados. Essa dinâmica reflete lutas de poder e hierarquias sociais, podendo gerar um capital simbólico negativo que reforça a ideia de que a diferença é indesejável e deve ser contida.

Segundo Santos e Moreira (2020), a segregação em abrigos específicos é paliativa e não enfrenta as causas subjacentes da discriminação. Souza e Ramos (2023) destacam que esses espaços refletem a falta de políticas públicas inclusivas, sendo essenciais em emergências, mas reforçando, paradoxalmente, a exclusão estrutural. Corroborando essa perspectiva, Macedo (2022) defende que a criação de abrigos integrados, acompanhada de políticas antidiscriminatórias robustas, seria uma resposta mais eficiente.

A segmentação dos serviços de acolhimento, onde diferentes grupos são direcionados a diferentes tipos de abrigos, destaca o despreparo institucional para acolher indivíduos em situação de vulnerabilidade. Conforme destaca Carvalho (2021), a implementação das políticas nacionais frequentemente não acompanha as diretrizes de respeito à diversidade, resultando em episódios contínuos de discriminação dentro dos próprios abrigos.

A convivência em abrigos com infraestrutura inadequada, caracterizada pela falta de privacidade e pela superlotação, agrava as tensões, aumenta a frequência de conflitos entre os residentes e compromete sua segurança física e mental. Por outro lado, os abrigos dedicados à população LGBTQIAPN+ buscam responder às múltiplas camadas de vulnerabilidade enfrentadas por seus residentes, reconhecendo que os desafios não cessam em sua porta de entrada (Silva; Almeida, 2022; OIM, 2020).

No Brasil, a crescente demanda por abrigos específicos para a população LGBTQIAPN+ revela o reconhecimento das necessidades particulares dessa comunidade e a maior visibilidade de sua luta por direitos.

"Aqui existe uma instituição chamada CasaMiga, que é uma casa que abriga o público LGBTI [...]" (Cupuaçu)

"A CasaMiga é muito importante, porquê? É um abrigo que vai receber pessoas LGBT em risco, ponto, não faz distinção entre refugiado, migrante, brasileiro, então recebe todo mundo." (Murici)

A CasaMiga Acolhimento LGBT+ não é apenas um abrigo físico, mas um agente transformador que acumula e mobiliza capital simbólico em prol da inclusão das pessoas LGBTQIAPN+. Sua atuação no campo social reflete uma disputa por maior legitimidade e simboliza um avanço na valorização dessa população em uma sociedade marcada por desigualdades estruturais.

A CasaMiga é o primeiro abrigo da Região Norte do Brasil dedicado a brasileiros e refugiados em situação de vulnerabilidade devido à orientação sexual e/ou identidade de gênero, assumindo a responsabilidade de garantir e promover seus direitos na capital amazônica. Sua missão é proporcionar um ambiente seguro e acolhedor, onde os residentes têm acesso a uma variedade de serviços essenciais (CasaMiga, 2022).

Abrigos, como a CasaMiga oferecem mais do que proteção física; eles proporcionam os recursos necessários para a integração social e a recuperação de traumas. Esses espaços desempenham um papel vital ao fornecer refúgio para pessoas que enfrentam riscos iminentes, contribuindo diretamente para sua segurança e dignidade (Ferreira; Nascimento, 2022; CasaMiga, 2022).

Apesar de os abrigos específicos buscarem oferecer um ambiente transformador e afirmador, a necessidade de depender da mobilização de recursos dentro de uma organização, em vez de ter acesso a esses recursos como um direito garantido, evidencia uma falha sistêmica na proteção e promoção dos direitos das pessoas trans (Albertson; Rogers; Smith, 2021).

Embora outras casas de acolhimento em Manaus já recebessem refugiados, há uma percepção recorrente de despreparo por parte das estruturas estaduais para atender adequadamente à população LGBTQIAPN+.

“[...] antes da CASAMIGA existir já tinha algumas casas de acolhimento aqui em Manaus que estavam recebendo essa população refugiada e imigrante aqui, mas quando eles [...] encaminhava alguma pessoa LGBT refugiado imigrantes para lá, nesses abrigos que são de responsabilidade do estado do Amazonas, essas pessoas também sofreram violências e violências físicas e violência sexual [...] nesses outros abrigos que eu já acompanhei [...] geralmente tem um banheiro que é de uso coletivo [...] e as pessoas elas dormem todas amontoadas em salas [...]” (Tucumã)

A realidade dos abrigos para a população LGBTQIAPN+ no Brasil revela a insipiência institucional em responder a uma demanda crescente, resultando em condições precárias e inseguras para o acolhimento dessa população. Isso configura a desvalorização da vida e das necessidades da população LGBTQIAPN+ na esfera pública, manifestando-se como um capital simbólico negativo.

Lopes *et al.* (2023) destacam a importância dos abrigos específicos para a população LGBTQIAPN+, especialmente no cuidado com a saúde física e mental. Esses espaços inclusivos contribuem para a redução significativa dos níveis de estresse e ansiedade, além de promoverem maior bem-estar ao proporcionar um senso de pertencimento e segurança, frequentemente negado em outros contextos.

A CasaMiga emerge como um espaço onde essas mulheres podem experimentar o respeito e a liberdade de expressar sua verdadeira identidade de gênero, refletindo um empenho para proporcionar uma experiência de acolhimento que vai além das necessidades materiais.

“[...] as meninas venezuelanas, quando elas [...] veem que elas podem ser [...] o que elas são, podem se vestir de forma feminina, automaticamente dentro da casa elas têm uma aproximação [...] maior das travestis das meninas trans brasileiras [...] elas [...] querem estar por perto, que as meninas é um par, eu me identifico com ela [...] ela pode me ajudar arrumar meu cabelo, pode me ajudar como é que eu vou me maquiar [...] é interessante você ver aí a proximidade, e as relações [...] de amizade que elas vão criando [...] quando elas chegam na CASAMIGA que já vê todas as outras pessoas que estão lá e as suas identidades essas orientações, elas começam a se sentir mais confortáveis, um pouquinho mais segura [...] de começar a ser quem elas realmente são.” (Tucumã)

A convivência entre mulheres trans brasileiras e venezuelanas promove o empoderamento pessoal e facilita a integração, criando um ambiente de aprendizado mútuo que fortalece relações significativas. Esse processo pode ser visto como um capital simbólico

positivo, que valoriza a diversidade e reafirma a dignidade de suas vivências, contribuindo para a construção de uma comunidade forte e resiliente.

A presença de uma comunidade que apoia e valida identidades diversas é fundamental para promover a aceitação e a compreensão mútua entre pessoas trans, criando um ambiente que legitima suas experiências. Essa rede de apoio atenua as barreiras da discriminação e fortalece a confiança em suas trajetórias, transformando o capital simbólico acumulado em um recurso valioso na luta contra a marginalização.

Elementos vitais para a expressão de gênero destacam o foco nas necessidades específicas das mulheres trans venezuelanas, que muitas vezes chegam à CasaMiga sem a oportunidade de se manifestar de acordo com sua identidade de gênero. Essa atenção às suas experiências legitima sua identidade e gera um capital simbólico que contrasta com a invisibilidade e a desvalorização frequentemente enfrentadas.

McNair e colaboradores (2022) destacam que as conexões formadas dentro dos abrigos são fundamentais para promover o senso de comunidade e reduzir a percepção de isolamento. A formação de redes de apoio e amizade nesses espaços proporciona um ambiente onde elas podem socializar cuidados pessoais, maquiagem e outras formas de expressão de gênero, fortalecendo o vínculo e a coesão entre as residentes.

A criação de banheiros exclusivos para pessoas trans em abrigos reflete uma dualidade entre a necessidade de proteção e o risco de perpetuar a segregação. Essa medida responde à discriminação e ao perigo que pessoas trans enfrentam em banheiros convencionais, buscando garantir sua segurança imediata.

*“A gente tem um banheiro já lá que a gente chama que é o banheiro coringa porque pra gente [...] pra alguns abrigos isso já virou alguns motivos [...] de confusões.”
(Açaí)*

Esse mecanismo pode, inadvertidamente, reforçar a exclusão social das pessoas trans. Embora foque na proteção imediata, essa segregação não aborda as causas subjacentes da discriminação, o que pode retardar o avanço em direção a uma sociedade verdadeiramente inclusiva. Desse modo, apesar da tentativa de atribuir capital simbólico às pessoas trans, essa concessão formal pode ser interpretada como uma forma de capital simbólico limitado ou negativo.

O banheiro se configura como um espaço emblemático de diferenças sociais, carregado de significados e funcionando como um elemento que regula normas de masculinidade e

feminilidade baseadas na heterossexualidade compulsória (Teixeira; Raposo, 2007; Preciado, 2017).

Essa problemática abrange dimensões relacionadas aos direitos humanos, à privacidade e à segurança, enquanto o uso de banheiros coletivos por pessoas trans desafia a norma de gênero instituída, desestabilizando o *modus operandi* naturalizado pelo genital e destacando outras performances corporais (Alves; Moreira; Jayme, 2021).

A realidade dos abrigos para a população trans no Brasil reflete restrições que, embora justificadas pela necessidade de organização interna e segurança, criam ambientes excessivamente controlados. Essa rigidez limita a autonomia dos residentes, dificultando a resolução de questões fundamentais para sua reintegração social. Essas barreiras acabam comprometendo a capacidade de reconstruir suas vidas fora do ambiente institucional.

“[...] ninguém dorme fora de casa. E são, regras coisas pequenas mesmo, só pra gente conseguir organizar esse fluxo e a convivência mesmo. Diferente das outras casas de acolhimento que existe aqui Manaus, as poucas que existem, se a pessoa entra nesse local não pode sair para nada, até para ela resolver a questão de um documento [...] eles não dão autorização, o que a gente também não entende [...] porque a ideia da pessoa ficar na casa de acolhimento é que ela consiga se organizar, que ela consiga voltar a estudar, consiga encaminhar as demandas dela de documentação, que a gente consiga inserir ela no mercado de trabalho. A gente não quer tutelar ninguém, mas [...] pra gente é inconcebível você ter um abrigo que você não dá autorização pra pessoa sair nem sequer para trabalhar [...] a gente tem regras, por exemplo, se for sair, somente com autorização [...] da gente, eu que sou assistente social, ou [...] o coordenador da casa [...] para a gente estar ciente, de onde eles estão indo, e tudo mais, porque querendo não se acontecer uma coisa com eles [...] estão sob nossa responsabilidade [...] fora isso eles não têm autorização assim, para sair por exemplo, 'há quero visitar um amigo, eu quero estar na casa de fulano...' a gente não tem isso, porque eles precisam entender que ali é uma casa de acolhimento [...] que se você quer estar todo dia na casa de fulano e sicrano, então é por que você não está precisando de uma vaga ali, tá ocupando uma vaga de outra pessoa que não tem mesmo vínculo com ninguém, que não tem onde ficar, ele está precisando mais do que você. [...]” (Tucumã)

Os riscos que permeiam as vivências das mulheres trans venezuelanas exigem o estabelecimento de um equilíbrio entre a garantia de segurança e a promoção da autonomia das residentes. A percepção de controle, em muitos casos, reforça um estado de dependência prolongada que restringe a capacidade dessas mulheres de serem vistas como agentes ativos em suas próprias vidas, prejudicando seu reconhecimento social e o acúmulo de capital simbólico, fundamental para sua inserção social fora do abrigo (Bourdieu, 2001).

O apoio às pessoas trans envolve, entre outras medidas, a promoção de sua independência. Garantir a autonomia dessa população é uma estratégia fundamental para combater a marginalização e fomentar a inclusão social. Políticas que assegurem habitação

segura e acesso a oportunidades econômicas, como a criação de casas autogeridas, são essenciais para oferecer suporte e fortalecer sua capacidade de viver de forma independente.

“Existem as casas autogeridas que, por exemplo, eles se juntam, cinco, seis e vão pagar um aluguel, vão conviver ali, e as instituições tentam viabilizar direitos, tentam ofertar cursos, pra que eles possam por si só [...] sobreviverem [...] a gente tem uma rodada com [...] o público LGBTI [...] que vivem [...] em casas autogeridas [...] temos outros parceiros que se dedicam mais a essa questão e nós sempre atendemos eles. Então a gente sempre chama pro nosso projeto, fazemos ações diretamente com eles, mas tem sim, homens e mulheres trans.” (Cupuaçu)

“[...] além disso o trabalho que tem sido desenvolvido com a população e comunidade LGBT, é desenvolvido um mapeamento e acompanhamento de casos e de demandas das casas autogeridas que são conhecidas por casa autogeridas, mas são pessoas da comunidade LGBT que se conhecem, não são membros da mesma família, mas que realizam um [...] acordo entre si de vivenciar num mesmo espaço, num mesmo ambiente, e aí vivem em situação de aluguel.” (Pupunha)

As casas autogeridas são uma iniciativa essencial de apoio às pessoas trans, oferecendo um ambiente favorável para o desenvolvimento de habilidades de vida independente e a construção de redes de suporte mútuo. Além disso, funcionam como um mecanismo de aquisição e fortalecimento de capital simbólico, ao promover reconhecimento, inclusão e autonomia, reconfigurando positivamente as posições sociais dessas pessoas e desafiando as barreiras sistêmicas que limitam o acesso à moradia estável (Bourdieu, 2001).

Martino e Moreira (2020) indicam que projetos de habitação autogerida permitem que pessoas trans desenvolvam suas habilidades e conquistem independência financeira. Estes programas podem incluir desde cursos de educação básica até treinamentos específicos em áreas como tecnologia, artes e empreendedorismo, proporcionando oportunidades que muitas vezes são inacessíveis para essa população.

Um dos principais benefícios das casas autogeridas é a promoção da autonomia ao permitir que as pessoas trans compartilhem os custos de moradia e a administração do lar. Selles e colaboradores (2022) também evidenciam que a convivência em um ambiente solidário contribui para a construção de redes de apoio que são essenciais para o bem-estar emocional e social das residentes.

Acolhimento e proteção legal

As iniciativas voltadas ao atendimento específico e à inclusão social de mulheres trans migrantes são mencionadas como pauta fulcral pelos gestores. São destacados os esforços para

abordar as necessidades dessa população, reconhecendo suas particularidades e buscando mitigar os efeitos da marginalização.

"[...] foi vista uma necessidade em proteção a mulheres e a pessoas LGBT. Era [...] nossas grandes duas preocupações em termos da equipe de proteção [...]" (Murici)

"Pra pessoas LGBTQI, é [...] orientação sobre os seus direitos [...] Então, essa é uma questão pra todos de uma maneira geral [...] Pras pessoas LGBTQI [...] sobre os direitos que elas têm aqui." (Piquiá)

As declarações atestam que a proteção das mulheres trans é concebida como uma prerrogativa institucional. Observa-se, entretanto, que a exigência de um reconhecimento explícito de sua vulnerabilidade por parte dos gestores denota a insuficiência de sua legitimação no campo institucional, evidenciando uma precarização de seu capital simbólico.

Ao migrarem, as mulheres trans venezuelanas buscam asilo em países estrangeiros e enfrentam, simultaneamente, o penoso desafio de reafirmar suas identidades em sociedades frequentemente despreparadas para acolhê-las de forma adequada. Embora o suporte seja oferecido tanto para homens quanto para mulheres trans, é fundamental considerar as especificidades do atendimento a essas populações, evitando assim uma abordagem genérica (IASC, 2023).

Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, 2023), o sistema burocrático subsidia o ciclo de subjugação ao desconsiderar o enredamento de sua condição como migrantes e pessoas trans, estorvando sua adaptação e seu acesso a aparatos civilizatórios — como saúde, educação, saneamento básico, moradia, segurança, justiça, igualdade, liberdade e participação social.

O apoio às mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ é uma prioridade das equipes de proteção, devido à elevada vulnerabilidade dessas populações em contextos de refúgio e migração. Silva e colaboradores (2023) destacam que a formação continuada e os programas de desenvolvimento profissional focados na diversidade de gênero são essenciais para sensibilizar os profissionais sobre essas especificidades e promover práticas afirmativas.

Os gestores destacam as estratégias de assistência social como essenciais para amparar mulheres trans migrantes, enquanto vulneráveis, como critério de elegibilidade combate à desigualdade estrutural que enfrentam.

"Com certeza. Inclusive é um [...] critério de seleção também, porque a gente entende que são mais vulneráveis, até mesmo a violência." (Piquiá)

Embora representem um avanço, as estratégias descritas pelos gestores permanecem limitadas pelo reconhecimento parcial do capital simbólico das mulheres trans, mantendo barreiras institucionais que restringem seu acesso pleno a serviços essenciais e sua integração social, o que, apesar de importante, pode perpetuar desigualdades ao fixá-las em uma posição de fragilidade sem promover transformações estruturais a longo prazo.

Para avançar na promoção da igualdade, é necessário transcender as categorias de vulnerabilidade e implementar estratégias que transformem os campos institucionais, reconhecendo e legitimando plenamente a contribuição e o valor das mulheres trans migrantes.

Iwamoto e colaboradores (2019) destacam que a adaptação de critérios específicos nesses programas é eficaz na redução da vulnerabilidade. Adicionalmente, Ramos e Taquette (2022) abordam que a inclusão de mulheres trans em programas de apoio social tem resultados positivos na melhoria da sua qualidade de vida.

Os gestores indicam que os profissionais responsáveis pelo acolhimento de pessoas trans migrantes têm os conduzido com sensibilidade e preparo, minimizando o desconforto dessas pessoas.

“[...] a pessoa ela chega aqui bastante traumatizada, com baixa autoestima até para falar [...] eles têm medo [...] de pedir [...] que está precisando de uma roupa ou que precisa de algum outro produto de higiene [...] e é todo um trabalho que a gente faz depois entra a psicóloga [...] de tentar ali reduzir, de alguma forma [...] trabalhar esses traumas que a pessoa traz, até que ela se sinta segura que ela entenda 'não agora eu estou no espaço seguro e eu não preciso mais ter medo de falar' [...] até no momento da entrevista quando eu pergunto para elas [...] qual é a forma que elas identificam [...] se é homem cis, gay, se é uma mulher travestis, se é uma mulher trans [...] elas se assustam [...] primeiro elas não conhecem muito o termo, por exemplo, mulher trans, para elas ou é gay ou é travesti [...] e aí tem aquele processo de explicar para ela algumas letras [...] não todos, mas algumas letrinhas dessa sopa de letrinhas enorme [...] e aí elas perguntam assim, [...] 'Eu posso falar disso aqui abertamente? Porque lá eu não podia... eu tenho medo. Se eu te falar o que eu sou eu ainda vou ser acolhida?' Aí eu explico, sim você ainda vai ser acolhida, porque essa casa de acolhimento ela foi criada justamente para vocês, para atender às suas demandas e às suas necessidades, então você não precisa ficar com medo ou achar que a gente não vai te acolher por conta da sua identidade [...] E é a partir do momento que eu trago elas pra dentro da CASAMIGA, que elas conseguem ser respeitadas pelos que elas são e podem falar sobre isso e não ter medo, e aí começa a ser esse processo de transição [...] elas começam a pedir roupas femininas, começam pela primeira vez a se vestir [...] com a forma com qual elas se identificam [...] elas pedem uso de perucas, eu não nunca cheguei acolher uma menina trans venezuelana que tivesse, por exemplo, o cabelo grande, todas tem cabelo igual de menino [...] e aí a gente tenta mobilizar para conseguir perucas ou lace para que elas possam usar se sentir melhor [...] com aquele corpo [...]” (Tucumã)

“A gente faz todo um trabalho também, por isso que o nome dos nossos espaços são espaços seguros [...] Onde a gente faz as nossas atividades de base comunitárias, nossas atividades de sensibilização pra que as pessoas se sintam realmente seguras de compartilharem [...] as suas necessidades com a gente [...]” (Buriti)

As privações e o apagamento das identidades que vivenciaram em suas trajetórias anteriores são ilustrados, refletindo as dificuldades práticas de viver como pessoas trans em ambientes hostis. Essa realidade evidencia o impacto psicológico de tentar se adequar a padrões, contribuindo para a desvalorização de suas identidades e para a construção de um capital simbólico negativo.

Muitas pessoas trans enfrentam desafios adicionais para acessar serviços essenciais devido à desinformação sobre termos de identidade de gênero e o receio da discriminação, especialmente durante as triagens no país de acolhimento. Ao reconhecerem as vulnerabilidades específicas da população trans, esses profissionais contribuem para mitigar os impactos de experiências traumáticas, agenciando um processo mais humanizado (Tesser Junior *et al.*, 2024; Hussain; Bhushan, 2013).

Hopkinson e colaboradores (2017) destacam que a falta de compreensão e suporte adequado agrava as experiências de perseguição e a saúde mental entre requerentes de asilo LGBTQIAPN+. O treinamento específico de profissionais os capacita a lidar com as necessidades das populações LGBTQIAPN+ para que essas pessoas possam expressar suas identidades livremente, sem temer a represálias.

Strang e Quinn (2021) reforçam a urgência de uma abordagem inclusiva e informada para garantir que as pessoas trans recebam o apoio necessário, reafirmando que a educação e a formação contínua dos profissionais são essenciais para melhorar a resposta às necessidades específicas dessa população.

A revisão sistemática de Nematy, Namer e Razum (2023) destaca que ambientes inclusivos e abrigos estruturados são indispensáveis para permitir que essas pessoas expressem suas identidades e não só sobrevivam, mas prosperem em suas novas sociedades com o suporte necessário.

A resiliência da população LGBTQIAPN+ é fortalecida em ambientes de apoio que promovem autoeficácia e oferecem suporte emocional, como observado por Colpitts e Gahaganev (2016), sendo fundamentais para superar adversidades e desenvolver capacidades essenciais.

O engajamento social das pessoas que trabalham em abrigos para transgêneros é um fator proeminente para a eficácia desses espaços. Profissionais motivados fornecem um ambiente seguro e acolhedor, desempenhando um papel ativo na defesa dos direitos e no suporte das demandas das pessoas trans.

[...] pra gente é extremamente gratificante [...] se conseguir um documento pra gente já é uma vitória e nesse contexto de pandemia está extremamente difícil e burocrático [...] essa pessoa conseguir no ambulatório conseguiu fazer todos os exames direitinho pelo SUS e conseguiu ali a receita para a gente comprar o primeiro hormônio dessa pessoa, e aí a gente vai vendo as transformações no corpo, a gente vai ver a transformação no comportamento, no aspecto físico da maneira como ela se vestem, vê as meninas [...] maquiada [...] Assim, isso para a gente [...] é bem significativo ver que essas pessoas saíram da casa e que elas estão bem, estão caminhando, e que a gente conseguiu a interiorização delas [...] pra gente só isso é maravilhoso saber que a gente está fazendo um trabalho que está impactando ali positivamente da vida dessas pessoas [...] enquanto profissional do serviço social eu me sinto, na verdade, privilegiada de ter a oportunidade de trabalhar nesse campo [...] porque a minha categoria ela também é extremamente conservadora, então quando eu abro a boca nos eventos quanto nos eventos serviço social para dizer que só assistente social de uma casa de acolhimento LGBT, a gente também quis opcionais olham para mim e perguntam ‘Mas assim, é... porque uma casa LGBT?’ (Tucumã)

“E a identificação, especificamente das violências contra as mulheres trans, eu auxilio [...] a equipe do Instituto Mana a identificar, porque no caso eu venho dessa militância trans, porque eu sou homem trans, e aí eu identifiquei logo que eu entrei no Instituto Mana que faltava [...] esse viés [...] esse braço pra cuidar.” (Taperebá)

Os relatos enfatizam o engajamento dos profissionais em oferecer atendimento direcionado aos anseios da população trans em serviços de acolhimento, motivados por uma combinação de compromisso com a justiça social e empatia. Esse envolvimento pessoal promove um ambiente de apoio, contribuindo para a construção de um capital simbólico positivo, onde a diversidade é valorizada por meio de ações práticas.

A formação contínua dos profissionais e a sensibilização das comunidades locais são essenciais para favorecer sua aceitação nas diversas esferas da vida social e o acesso a serviços públicos. Essa abordagem é imperativa para a construção de um capital simbólico positivo para sua autoestima e afirmação de identidade.

A satisfação com o impacto positivo do trabalho realizado evidencia o valor de iniciativas comunitárias que elevam o *status* das identidades atendidas. Esse sentimento de realização também serve como uma validação para um trabalho que, muitas vezes, é invisibilizado ou subvalorizado.

A segurança emocional é essencial para que indivíduos deslocados forçadamente possam reconstruir suas vidas. Esse aspecto é destacado por estudos que mostram a importância de uma abordagem holística que inclua suporte psicossocial contínuo para garantir que os refugiados se sintam respeitados em suas novas comunidades (Bartram, 2023; UNHCR, 2022).

Capacidade institucional

Os gestores destacam que os abrigos específicos dependem de doações e parcerias para continuar suas atividades, o que torna a sustentabilidade a longo prazo um desafio. A demanda crescente por vagas, aliada à capacidade limitada, resulta em listas de espera e na impossibilidade de atender todas as pessoas que precisam de abrigo.

“Nós temos essa casa, onde a gente pode encaminhar esse público pra ficar nesse abrigo. Só que ele não é suficiente [...] E é um abrigo que vive por meio de doação, apoio de alguns parceiros, mas você sabe como é complicado manter um abrigo, então e tem poucas vagas [...]” (Cupuaçu)

“[...] pra gente manter a casa [...] com internet, conta de energia, de luz, alimentação, capacitação [...] a gente também não fica esperando, se demora a gente tem recursos, a gente acaba financiando mesmo, do próprio bolso da instituição [...] tem, por exemplo, a empresa FLEX aqui do distrito do polo industrial [...] de Manaus que a gente conseguiu fazer uma parceria [...] no mês do orgulho. Eles sempre fazem doações de alimento [...] e mais recentemente a gente conseguiu vagas de trabalho para os nossos acolhidos [...] porque é uma empresa que criou um comitê [...] LGBT, o comitê da diversidade e com esse comitê eles fizeram contato com a gente, a gente foi, a gente capacitou os profissionais, a gerência, para como trabalhar com as pessoas [...] por exemplo, o uso do nome social nos crachás [...] a gente faz esse trabalho também de capacitação, onde chama a gente, a gente vai [...] a gente conseguiu ano passado o edital da Doritos [...] e aí a gente conseguiu verba para manter a casa por 6 meses, e aí a gente conseguiu parceria com a Nestlé [...] parceria com a instituto CEA [...] a gente fica caçando editais [...] se deu ali para encaixar que está trabalhando com pessoas em situação de rua, ou é refugiado, ou é pessoa LGBT, a gente vai adequando o nosso projeto CASAMIGA e a gente vai concorrendo aos editais [...]” (Tucumã)

As parcerias comunitárias são essenciais para o desenvolvimento sustentável e a resolução de problemas sociais, pois promovem a resiliência nas comunidades. Essas colaborações contribuem para a construção de um capital simbólico significativo, ao validar e reconhecer as experiências e identidades, fortalecendo assim o senso de pertencimento e apoio mútuo.

Parcerias entre diferentes setores, como organizações não-governamentais, instituições governamentais e o setor privado, são fundamentais para enfrentar os desafios complexos de apoiar refugiados LGBTQIAPN+. Essas colaborações facilitam a mobilização de recursos e a implementação de programas abrangentes, gerando um fortalecimento simbólico que amplia a aceitação social e enriquece a rede de apoio.

Embora o impacto do engajamento seja positivo, ele representa apenas parte do panorama, pois mudanças sistêmicas mais amplas são necessárias para garantir sua sustentabilidade a longo prazo. Progressos no nível institucional são fundamentais para assegurar que esses efeitos não sejam transitórios e estabeleça um capital simbólico permanente.

O financiamento regular e suporte estrutural é essencial para a sustentabilidade e expansão dos serviços oferecidos por abrigos. De forma análoga, Mendes, Morgado e Leonido (2023) enfatizam que as pessoas trans enfrentam significativos obstáculos socioeconômicos, tornando imperativo o aumento de recursos e do apoio institucional.

Apesar dos avanços, a capacidade de abrigos e serviços especializados como a CasaMiga é insuficiente para atender à demanda. É necessário um investimento maior em infraestrutura e recursos para ampliar o alcance e a capacidade de atendimento dessas instituições (Rocon *et al.*, 2022).

Conforme ressalta Pearce (2022), parcerias estratégicas que combinam subsídios financeiros, advocacia e mobilização comunitária aumentam a visibilidade das questões enfrentadas pelos refugiados LGBTQIAPN+ e sensibilizam a sociedade, permitindo um maior engajamento da comunidade local e aumentando o sucesso das ações dessas organizações.

Os esforços para garantir os direitos e promover a autonomia das mulheres trans são constantes e multifacetados, sendo potencializados por parcerias eficazes no setor social que permitem a alavancagem de recursos e o compartilhamento de conhecimentos inovadores.

“[...] a nossa rede social é muito forte, é muito ativa, muito participativa. A gente posta o nosso trabalho que tem sido feito lá e aí pessoas jurídicas mesmo, pessoas físicas fazem contato com a gente por meio do Instagram e assim a gente vai fazendo parcerias [...] infelizmente ainda tem pessoas LGBT's que estão nesses outros abrigos passando por situações de violação de direitos, porque a CASAMIGA é pequena, pra [...] demanda [...] do Estado, o espaço ainda é pequeno a gente só consegue acolher 18 pessoas [...] tenho uma lista de espera de pessoas que eu vou triando e vou colocando essa lista de espera conforme a gente consegue uma vaga [...]” (Tucumã)

Apesar de sua visibilidade nas redes sociais, a CasaMiga enfrenta desafios significativos em sua capacidade de atendimento, evidenciados pela lista de espera mencionada. Esse cenário gera frustração entre aqueles que buscam apoio e impacta o capital simbólico da organização, pois as limitações operacionais podem enfraquecer sua potencialidade social.

O sucesso das iniciativas de apoio à população LGBTQIAPN+ depende de parcerias sólidas e diversificadas. Essas colaborações são essenciais para expandir os abrigos e melhorar os serviços oferecidos. O capital simbólico gerado fortalece a imagem da organização e pode influenciar a opinião pública e moldar políticas sociais.

A sustentabilidade financeira de abrigos para populações vulneráveis exige criatividade e persistência na diversificação de fontes de financiamento, sendo fundamental a capacidade de competir por editais e adaptar projetos aos critérios de diferentes financiadores para garantir estabilidade e maximizar oportunidades de captação de recursos (Seiler-Ramadas *et al.*, 2021).

A colaboração com organizações internacionais é fundamental para garantir a continuidade de iniciativas locais em regiões com pouco apoio governamental, onde a estabilidade operacional é um desafio constante. Muitas organizações do terceiro setor enfrentam dificuldades para manter suas atividades devido à escassez de recursos, o que ameaça sua sustentabilidade financeira e é agravado pela falta de apoio institucional (Silva; Kauchakje, 2023).

Os entrevistados ilustram desafios enfrentados por muitas organizações que, constantemente, são direcionados a adaptar suas estratégias de manutenção, o que exige uma gestão qualificada para atender às diversas necessidades dos abrigados.

“ACNUR é proteção geral, então inclui proteção à criança, mulheres, pessoas LGBT e etc. Só que UNFPA também trabalha com proteção à mulheres e pessoas LGBT [...] então a Cáritas [...] recebe recursos financeiros da Acnur e é ela que cadastra as casas de acolhimento que existe em Manaus e faz aí a divisão da verba. É uma divisão bem pequena, por exemplo, a Cáritas [...] ajuda a CASAMIGA com metade do valor do nosso aluguel [...] no valor de 2000 [...] por meio [...] dos editais do Acnur, mas fora isso a gente não tem apoio... até hoje nem prefeitura nem governo do estado do Amazonas.” (Murici)

Assim, a construção e manutenção de capital simbólico e social tornam-se essenciais para o sucesso e a continuidade das iniciativas institucionais, uma vez que ambos influenciam diretamente a sustentabilidade e a efetividade dessas ações. Enquanto o capital simbólico fortalece a credibilidade da organização, ampliando sua capacidade de captar recursos e estabelecer parcerias estratégicas, o capital social refere-se às conexões e redes de apoio que facilitam o acesso a financiamentos, infraestrutura e suporte técnico, permitindo a ampliação da assistência prestada aos abrigados.

Informar e empoderar pessoas LGBTQIAPN+ é essencial, especialmente em contextos de migração e refúgio, onde muitas se sentem desprotegidas. O capital simbólico está intrinsecamente vinculado ao capital cultural, desempenhando um papel fundamental no reconhecimento e na legitimação social. Nesse sentido, a educação formal constitui um elemento central desse processo, uma vez que viabiliza a conscientização sobre direitos e o acesso a instrumentos que permitem a contestação de abusos, a reivindicação de proteção e a afirmação da dignidade de populações historicamente marginalizadas.

A importância do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) na proteção de mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ em situações de deslocamento é amplamente reconhecida. Essa parceria tem

sido fundamental para garantir tanto a segurança física quanto o acesso a serviços essenciais (UNFPA, 2019).

A integração de serviços entre ACNUR e UNFPA tem melhorado significativamente a qualidade de vida de mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ refugiadas, promovendo direitos humanos e assistência imediata. Essas organizações também criam redes de apoio que fortalecem a autonomia e resiliência dos refugiados, implementando esforços personalizados para oferecer espaços acolhedores às populações vulneráveis (Smith *et al.*, 2019; ACNUR, 2023).

As conexões sociais dos refugiados, bem como os relacionamentos de confiança e o acesso ao conhecimento sobre recursos e serviços, desempenham um papel crucial na facilitação de sua inclusão. Terras e colaboradores (2019) enfatizam que a segurança e a integração comunitária são fundamentais para indivíduos em situação de vulnerabilidade, pois a participação ativa na comunidade fortalece sua resiliência e bem-estar social.

Acesso a saúde

O aumento do fluxo de refugiados pressionou o sistema de saúde brasileiro, resultando em atendimentos realizados de forma desordenada e frequentemente insuficiente. Essa realidade foi exacerbada pela falta de preparação e estratégias adequadas para lidar com a população trans migrante.

“[...] com esse número grande de refugiados de 2018 para cá ficou mais difícil ainda [...] as demandas elas estão sendo trabalhadas de uma forma muito atropelada, você é faz o mínimo [...] é o mínimo do mínimo, sem preparação [...]” (Tucumã)

A ausência de reconhecimento do capital social e cultural dessa população reflete a limitação dos profissionais de saúde, que não valorizam o conhecimento necessário para oferecer cuidados integrais, restringindo-se a fornecer atendimentos secundários ou complementares.

O capital sociocultural das mulheres trans migrantes influencia diretamente seu acesso e percepção nas instituições de poder, como o sistema de saúde, cujas demandas requerem uma abordagem integrada que considere suas particularidades biopsicossociais e os estressores do processo migratório.

As migrantes trans venezuelanas possuem necessidades de saúde específicas que exigem abordagens sensíveis, pois a interação entre fatores fisiológicos, neurológicos,

imunológicos e metabólicos interagem com as condições do processo migratório, enfrentando desafios para acessar serviços de saúde num contexto de chegada massiva que sobrecarrega a capacidade e os recursos gerenciais do sistema de saúde (Vieira *et al.*, 2019; ACNUR, 2024).

A discriminação e o estigma associados ao *status* de refugiado e à identidade LGBTQIAPN+ dificultam o acesso aos serviços de saúde, levando muitos a evitarem buscar atendimento por medo de preconceito e maus-tratos. Essas populações, por não serem amplamente representadas ou compreendidas nos espaços institucionais, sofrem com a falta de redes de apoio e a carência de reconhecimento social e cultural (Gorisch, 2017; Bourdieu, 2001).

A vulnerabilidade desproporcional das mulheres trans e outras populações-chave, expostas a condições precárias, reflete uma carência significativa de capital social, o que limita suas redes de suporte e acesso a recursos essenciais, como água potável e saneamento básico, exigindo ações urgentes por meio de programas de prevenção e tratamento que sejam acessíveis, culturalmente competentes e adaptados às suas necessidades específicas (Bourdieu, 2001).

A saúde das mulheres trans migrantes em situação de rua é severamente comprometida por fatores inter-relacionados que as expõem a alto risco de infecções, tornando essencial a implementação de políticas públicas que garantam acesso a cuidados de saúde integrados, promovendo seu bem-estar e evitando experiências negativas que desencorajem a busca por atendimento (Silva; Pereira; Almeida, 2023; OMS, 2023; Abramovich; Pang, 2023).

A presença de profissionais de saúde que compreendem e respeitam as identidades de gênero das pessoas LGBTQIAPN+, aliada à formação de parcerias com especialistas sensíveis às suas questões, evidencia a necessidade de redes de apoio que garantam cuidados seguros e respeitosos, melhorando significativamente a qualidade do atendimento.

“[...] quando é o serviço que elas precisam por exemplo [...] de um dentista, alguma coisa do tipo, a gente tem parceria com alguns profissionais alguns médicos clínicos gerais, que são pessoas LGBT, de dentro da da marinha por exemplo, é... daqui da cidade de Manaus, e que ele vem até a CASAMIGA, porque ele é um associado do manifesto [...] da nossa associação, então ele vem até a CASAMIGA, e ele atende essas pessoas lá da casa, é... [...] pra poder conseguir ali ter uma dar uma atenção maior [...] porque também no pronto no pronto Socorro ou nesses SPA's que a gente tem aqui na cidade, tem um próximo da CASAMIGA, [...] essas pessoas também enfrentaram situações de discriminação lá. Então toda vez que a gente encaminha um acolhido sozinho ele vai sofrer algum tipo de situação, ele sempre tem que fazer esse trabalho de junto com ele [...]” (Tucumã)

Essas iniciativas buscam fornecer capital social às comunidades trans, conectando-as a redes de atendimento que, de outra forma, estariam inacessíveis, e criando oportunidades para

a acumulação desse capital em espaços reconhecidos pela acolhida oferecida pelos profissionais de saúde.

Ademais, ao valorizar as especificidades de gênero e sexualidade, essas parcerias fortalecem o capital cultural da população trans e evidenciam a necessidade de uma mudança estrutural para garantir cuidados permanentes e sensíveis.

Parcerias em que profissionais de saúde voluntários ou associados se deslocam para locais seguros, como a CasaMiga em Manaus (AM), para oferecer atendimento, são necessárias para preencher as lacunas deixadas por um sistema de saúde que ainda excludente e insensível às questões de gênero (Reisner *et al.*, 2023).

Os gestores destacam aspectos relevantes, como o reconhecimento das especificidades de gênero no cuidado e as dificuldades encontradas ao lidar com demandas relacionadas à diversidade de gênero, evidenciando a necessidade de ajustar suas práticas para enfrentar os desafios estruturais e subjetivos que impactam a oferta de cuidado integral.

"Mas quando a pessoa trans vem, a gente atende como a gente atende homem cis, a mulher cis, ou a mulher gay, o homem gay ou o trans e ele... se [...] apresenta [...] ... uma especificidade a gente observa e cuida pra que ele tenha a melhor encaminhamento a partir da sua especificidade [...]" (Camu-camu).

"Porque, assim, quando chega nessa parte de [...] LGBT, aí eu já fica um pouquinho perdida, mas a gente protege todas que possam ser protegidas nesse sentido." (Bacaba)

A ausência de treinamento direcionado e a discriminação nos serviços de saúde podem resultar em abordagens genéricas ou inseguras, reforçando as desigualdades sociais e reproduzindo um sistema excludente que dificulta o acolhimento, a integração e a legitimação do capital sociocultural das populações trans.

O relato de atendimento igualitário sugere imparcialidade, mas, ao desconsiderar as especificidades da população trans, evidencia a ausência de reconhecimento de seu capital sociocultural. Para garantir um cuidado que valorize suas identidades e experiências, é fundamental que os profissionais de saúde estejam treinados para abordar essas particularidades de forma proativa, em vez de esperar que elas se manifestem durante o atendimento.

Assim, para que o sistema de saúde seja mais inclusivo, é necessário fortalecer tanto o capital cultural dos profissionais, capacitando-os para reconhecer e atender as especificidades da população LGBTQIAPN+, quanto o capital social das pessoas atendidas, garantindo redes de suporte que ampliem seu acesso a serviços e direitos de forma equitativa (Bourdieu, 2001).

Ferreira e colaboradores (2023) ressaltam que a inclusão de conteúdo sobre saúde trans nos currículos de formação de profissionais é vital para reduzir as disparidades de saúde e garantir um atendimento digno, devendo essa educação abranger aspectos relacionados à identidade clínica, questões de gênero e discriminação.

Embora a igualdade no tratamento seja um princípio importante, o atendimento de saúde para pessoas trans exige um reconhecimento proativo de demandas que podem não ser imediatamente evidentes. Pessoas trans frequentemente enfrentam desafios únicos em contextos de saúde, que vão além das questões clínicas (Jesus *et al.*, 2023).

Profissionais frequentemente não estão preparados para atender às necessidades específicas de pacientes trans, resultando em lacunas na prestação de cuidados e destacando a necessidade de uma abordagem integral desde o primeiro contato. Essas falhas podem agravar condições de saúde e aumentar o sofrimento psicológico (AMA, 2023).

A criação de ambientes de saúde inclusivos é essencial, abrangendo desde a linguagem nos formulários de admissão até a forma como os profissionais interagem com os pacientes. O uso de pronomes corretos e o respeito às identidades de gênero dos pacientes podem impactar significativamente a experiência de saúde das pessoas trans (Abramovich; Pang, 2023).

No contexto brasileiro, a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) tem desempenhado um papel crucial ao oferecer orientações e treinamentos para profissionais de saúde, visando aprimorar o atendimento às necessidades de pessoas trans em situação de migração e assegurar seu acesso a cuidados de saúde de qualidade.

Os entrevistados destacam os desafios e as prioridades na gestão e qualificação da assistência à população trans, com ênfase no acesso a serviços específicos, como a hormonização e o acompanhamento durante a transição de gênero.

“Tem o cuidado também com [...] mulheres trans, mas [...] ele tem outra característica [...] ele tá muito focado [...] de que [...] as mulheres trans acessem os serviços pra pessoas com pênis e que essas mulheres trans tenham também acesso a hormônios, a cuidados relativos à sua transição [...] Acesso a hormonização [...] Então, as pessoas trans, saberem que elas vão poder, em várias partes do país, ter acesso a serviços específicos de hormonização. Nos locais onde ela não vai ter acesso aos serviços específicos, sob os riscos de silicone industrial e hormônios e etc.”
(Piquiá)

O capital cultural limitado das mulheres trans, causado pela marginalização e pelo acesso restrito a informações e serviços de saúde, frequentemente as leva a recorrer a métodos inseguros de hormonização, resultando em possíveis danos físicos e emocionais. Em contraste,

aquelas com maior capital social, que contam com redes de apoio e profissionais sensibilizados, têm mais chances de conduzir o processo de forma segura e eficaz.

Os cuidados de saúde específicos para a população trans envolvem uma abordagem holística que promove o bem-estar e a afirmação de identidades, com a hormonização destacando-se como uma intervenção amplamente documentada por seus benefícios significativos à saúde física e mental (TURBAN *et al.*, 2022; AHUJA *et al.*, 2024).

A hormonização é uma etapa fundamental no processo de afirmação de gênero para muitas pessoas trans, permitindo o alinhamento da autoimagem com sua identidade através do desenvolvimento de características sexuais secundárias e outras mudanças corporais (Silva *et al.*, 2022).

No âmbito legal, o Sistema Único de Saúde (SUS) oferece o "Processo Transexualizador", que abrange hormonioterapia, acompanhamento psicológico, cirurgias de redesignação sexual — assegurando um acesso integral e humanizado à saúde para a população trans (Brasil, 2023).

Apesar das iniciativas, a oferta insuficiente e a distribuição desigual de serviços especializados em muitas regiões do país levam pessoas trans a recorrerem a métodos inseguros, como o uso de hormônios sem supervisão médica e a aplicação de silicone industrial (Monteiro, 2024).

Winter e colaboradores (2016) destacam que a falta de acesso adequado a cuidados de saúde em nível global leva muitas pessoas trans, especialmente mulheres trans migrantes, a recorrerem à automedicação e a práticas temerárias para suprir suas necessidades, o que pode ser extremamente perigoso.

O silicone industrial, que não é destinado para uso médico, é erroneamente utilizado para modificar o corpo, podendo causar infecções, deformidades e outras complicações potencialmente fatais. Essa prática é uma resposta inadequada à falta de alternativas seguras e acessíveis para a afirmação de gênero (Hanauer; Hemmi, 2019).

Os esforços para a formação de parcerias que viabilizem o encaminhamento de mulheres trans migrantes venezuelanas aos serviços de saúde específicos são destacados, com o objetivo de proporcionar informações e acesso seguro à hormonização, em contraste com a realidade vivenciada na Venezuela.

“[...] a gente consegue-tenta fazer uma parceria com a banda Codajás para gente levar essas meninas até o ambulatório transexualizador para que elas comecem a entender o que é o hormonização [...] como elas podem ter acesso ao hormônio, até porque a realidade venezuelana é diferente da nossa [...] na Venezuela elas não têm nenhum contato com com hormonização [...] nem de forma clandestina ou por meios

mesmos de um sistema de saúde [...] é extremamente interessante que quando essa população chega aqui [...] já se deparam com meninas travestis e meninas trans que já fazem uso de hormônio, [...] que possui cabelos compridos [...] que andam pela cidade totalmente arrumada e maquiada, claro, vai sofrer discriminação vai, vai sofrer preconceito, mas ainda consegue [...] se deslocar dentro da cidade [...] sendo quem você é, de verdade. [...]” (Tucumã)

A chegada ao Brasil impõe desafios de adaptação à população trans, exigindo a construção de redes de apoio que fortaleçam o capital social e mitiguem sua vulnerabilidade, enquanto a interação com uma comunidade trans ativa e indivíduos em transição proporciona oportunidades de aprendizado e fortalecimento cultural para enfrentar as adversidades persistentes.

O capital cultural, que envolve o conhecimento e a familiaridade com os sistemas de saúde, é frequentemente limitado para essa população devido às barreiras linguísticas, culturais e à marginalização. A democratização das informações em saúde busca ampliar o capital cultural dessas mulheres e, ao promover políticas públicas que facilitem a inclusão e acessibilidade, o capital social dessas mulheres também é fortalecido.

O panorama venezuelano é marcado pela limitada oferta de serviços de saúde adequados e pela insuficiência de informações sobre hormonização, o que priva muitas pessoas trans de acesso a esses tratamentos. Em contrapartida, no Brasil, apesar dos desafios ainda existentes, há estruturas que oferecem um maior suporte e acesso à população trans (Monteiro, 2024).

A discriminação baseada em gênero e nacionalidade frequentemente impede o acesso adequado aos cuidados de saúde para pessoas trans. A resiliência demonstrada por essas pessoas ao viverem de maneira autêntica, enfrentando os riscos de discriminação, reflete um desejo de reconhecimento, aceitação e autocuidado (Jourian, 2023).

Proporcionar apoio específico a refugiados LGBTQIAPN+, incluindo assistência para integração social e acesso a serviços de saúde mental, é essencial para reduzir riscos extremos de saúde e segurança, especialmente para indivíduos transgêneros desabrigados, que enfrentam taxas elevadas de problemas de saúde mental, uso de substâncias, doenças crônicas e violência física e sexual (ACNUR, 2017; Marcus *et al.*, 2023).

O histórico do ambulatório transexualizador em Manaus destaca o papel do ativismo social na redução das iniquidades em saúde, evidenciando a importância da sociedade civil na defesa do direito à saúde como um direito universal.

“[...] um ambulatório transexualizador [...] só saiu por conta dos movimentos sociais a Dra. Darem [...] que acabou conseguindo o espaço, e criou a primeira sala que ela fazia atendimento [...] foi na marra mesmo, e depois que o ambulatório já estava em funcionamento, mesmo que de forma muito precarizada é que o poder público soube

da existência, e aí por meio da política teve que ter um pouco mais de apoio, uma estruturação. O ambulatório foi reconhecido pelo Ministério [...] da Saúde, aí foi conseguindo mais forma de estruturar um pouco melhor esse ambulatório. Ele ainda não funciona da maneira como a gente esperava [...] a política de assistência de saúde para essas pessoas aqui em Manaus ela ainda [...] não funciona, na sua forma integral, mas o ambulatório ele está em pleno funcionamento, as meninas conseguem ter acesso essa parte da hormonização, os homens trans também [...]" (Tucumã)

A criação do ambulatório expressa a mobilização e o compromisso de profissionais de saúde como transformadores da oferta de cuidados especializados para a população trans, constituindo um significativo processo de acumulação de capital sociocultural para profissionais e usuários. O envolvimento do poder público, embora tardio, legitima institucionalmente o ambulatório, assegurando a alocação de recursos e fortalecendo o capital social da população trans, ao integrá-las em redes de apoio mais amplas e estruturadas.

O ambulatório foi criado por meio da colaboração entre movimentos sociais e a Dr^a Darem — reconhecida por sua defesa dos direitos da população trans. Inicialmente, o atendimento foi realizado em condições precárias com estrutura limitada e, somente após o início das atividades, o poder público passou a apoiar o serviço. O reconhecimento pelo Ministério da Saúde foi um marco significativo, embora desafios ainda persistam para o pleno funcionamento do ambulatório (Brasil, 2023).

A manutenção de ambulatórios transexualizadores dependem fortemente da colaboração entre movimentos sociais, profissionais de saúde e políticas públicas inclusivas. Estas parcerias possibilitam a criação de redes de apoio que orientam e facilitam o acesso a hormonização e outros cuidados relacionados à transição de gênero (Brasil, 2023).

A colaboração com organizações da sociedade civil é essencial para promover a saúde e o bem-estar das pessoas trans, pois essas parcerias ampliam o acesso aos serviços de saúde, além de contribuírem para a redução do estigma e da discriminação, promovendo maior equidade no cuidado.

"[...] a gente chegou a ter a oportunidade de por exemplo, no presídio aqui no estado do Amazonas [...] falar sobre educação, para as mulheres trans, porque eles criaram uma ala para a população LGBT carcerária, [...] e aí como o mês de julho foi o mês do orgulho [...] a gente teve oportunidade de ir até lá [...] a gente falou sobre saúde [...] aproveitou para falar sobre o ambulatório transexualizador [...] que existe aqui na cidade [...]" (Tucumã)

A implementação de políticas inclusivas em presídios fortalece o capital social da população LGBTQIAPN+, conectando-os a redes de apoio em um ambiente marcado pela

exclusão, enquanto a oferta de iniciativas educacionais e de saúde específicas valoriza e reforça seu capital cultural.

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2023) tem se concentrado no desenvolvimento de diretrizes para aprimorar a qualidade dos serviços de saúde voltados às pessoas trans, baseadas em intervenções validadas. Essas diretrizes visam reduzir as disparidades e são essenciais para orientar as práticas locais.

A formação de parcerias, programas de capacitação e a implementação de políticas públicas inclusivas são essenciais para superar as fragilidades no atendimento e garantir que as pessoas trans acessem serviços de saúde de forma segura e informada (OMS, 2023).

A disseminação de informações sobre saúde em alas específicas para a população LGBTQIAPN+ nos presídios favorece o acesso a serviços especializados, contribuindo para a mitigação da exclusão adicional enfrentada por esse grupo marginalizado. Tal abordagem se torna relevante com a implementação de programas de educação em saúde (Spadim, Mendonça e Cyrino, 2024).

As necessidades de saúde específicas entre mulheres trans e homens trans, embora compartilhem desafios comuns relacionados ao reconhecimento da identidade de gênero e ao estigma social, apresentam características profundamente distintas que exigem abordagens médicas personalizadas e sensíveis às particularidades de cada grupo. Isso destaca a importância de um atendimento individualizado, que evite abordagens homogêneas ou baseadas exclusivamente em um modelo binário de gênero.

Os cuidados de saúde específicos para homens trans, especialmente na área reprodutiva e ginecológica, ressaltam a urgência de abordagens mais sensíveis ao gênero, inclusive mediante linguagem adotada e seus significados sociais.

“Homens trans [...] pessoas que têm vagina, demandam cuidados, os meninos trans, eles têm que ter acesso colpocitológico [...] exame de Papanicolau. Então, isso também é um cuidado que também temos que ter, mas assim, o ano passado tivemos um menino trans. Então assim, cuidado todo especial voltado pra ele individual, pra ele ter esse cuidado, por isso quando eu falo mulheres invariavelmente eu tô pensando nas pessoas com vagina que engravidam, e querem engravidar, ou não querem e acabam engravidando, por aí afora [...]” (Piquiá)

Para que o capital cultural dessa população seja efetivamente reconhecido, é necessário que os serviços de saúde adaptem seus protocolos e práticas, promovendo uma compreensão mais ampla das identidades trans. Isso envolve treinamentos técnicos e uma transformação no campo simbólico, onde as experiências e necessidades específicas dos homens trans sejam valorizadas e integradas.

A prevenção do câncer cervical em homens trans é garantida pelo SUS; no entanto, a falta de preparo e sensibilidade dos profissionais de saúde compromete a efetividade dessas ações, ampliando a vulnerabilidade desse grupo. Esse despreparo, aliado a atendimentos frequentemente discriminatórios, cria barreiras significativas nos programas de rastreamento, desestimulando a busca por cuidados preventivos por parte dessa população (Brasil, 2023; Monteiro, 2024).

No contexto internacional, embora a importância do exame de Papanicolau para homens trans seja amplamente reconhecida, sua realização é menos frequente do que entre mulheres cisgênero devido a experiências negativas anteriores, evidenciando a necessidade de programas de rastreamento sensíveis, profissionais de saúde treinados e ambientes de atendimento que respeitem e acolham a identidade de gênero dos pacientes (AACR, 2023; HSIAO, 2016).

Os gestores também percebem a prevalência de infecções sexualmente transmissíveis (IST's) entre refugiados como uma problemática significativa de saúde pública, atribuída a fatores como condições de vida precárias, acesso limitado a serviços de saúde e barreiras culturais.

“[...] a gente tem um alto índice de sífilis, desses 2 anos eu ainda não tive nenhum refugiado por exemplo, não tivesse sido identificado com nenhuma IST [...] a IST ela sempre está ali presente [...] infelizmente, infelizmente o índice é muito grande, isso é muito grande, principalmente da sífilis, teve casos de gonorréia e outras IST's, mas a sífilis ela é a mais [...] presente entre esses jovens [...]” (Tucumã)

“E aí a gente pensa em populações chaves, como por exemplo: homens que fazem sexo com homens, população LGBT de uma forma geral, quer dizer, mulheres trans também têm um foco importante aí, e profissionais do sexo.” (Bacuri)

“São mulheres trans e a maioria vive no abrigo São Vicente 1 ou na rodoviária. A gente acompanhava um grupo [...] de adolescentes [...] e jovens LGBTI e que depois a gente acabou vendo eles na rua. Então tem... e todos eles tinham [...] alguma doença, tinha alguma [...] DST e:: tem essa questão.” (Inajá)

“[...] no público LGBT a gente consegue perceber mais esses casos [...] que é no abrigo [...] não-indígena. E ali no PRA também a gente consegue achar (HIV) [...]” (Araçá)

O acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva para migrantes deve ser garantido por meio de parcerias entre organizações que ofereçam testagens e tratamentos gratuitos, acompanhadas de campanhas educativas para a conscientização sobre a prevenção de IST's.

Ao fortalecer o capital social por meio das redes de serviços de saúde e o capital cultural através da educação preventiva, essas iniciativas promovem um atendimento inclusivo, proporcionando aos refugiados autonomia e poder de decisão sobre sua própria saúde.

No Brasil, a prevalência de HIV entre a população LGBTQIAPN+ é significativamente alta, especialmente entre homens que fazem sexo com homens (HSH) e mulheres trans, com taxas entre HSH podendo ser até 20 vezes superiores às da população geral (Jalil *et al.*, 2024).

A situação das mulheres trans é particularmente crítica, conforme um estudo realizado no Nordeste do Brasil, que revelou uma prevalência de HIV de 24,3%, além de altas taxas de sífilis concomitante. Esse cenário é agravado pela discriminação, que limita o acesso a serviços de saúde e informações essenciais sobre prevenção e tratamento (UNAIDS, 2023).

Serra e colaboradores (2023) indicam que a prevalência de HIV entre mulheres trans em situação de rua é significativamente maior do que na população geral, agravada por condições de vida precárias, violência e discriminação constantes.

A exclusão de pessoas LGBTQIAPN+ dos serviços de saúde acarreta consequências graves, especialmente no contexto do HIV/AIDS. A ausência de acesso a cuidados preventivos e tratamentos adequados agrava a situação, elevando o risco de transmissão e o surgimento de complicações associadas ao HIV e outras IST's (UNAIDS, 2023).

Leite e colaboradores (2022) ressaltam que refugiados venezuelanos, especialmente pessoas trans, enfrentam desafios adicionais decorrentes do colapso do sistema de saúde na Venezuela, o que limita o acesso a cuidados, incluindo o tratamento de IST's. Consequentemente, muitos chegam ao Brasil com a saúde bastante comprometida.

A violência e a discriminação institucional afastam a população LGBTQIAPN+ dos cuidados médicos, comprometendo seu estado de saúde. Para enfrentar esse desafio, é fundamental promover a capacitação dos profissionais de saúde e a realização de campanhas educativas que reduzam o estigma associado as IST's e à identidade LGBTQIAPN+ (Jalil *et al.*, 2024).

A migração forçada expõe pessoas LGBTQIAPN+ a hostilidades e condições ainda mais adversas devido à sua identidade de gênero, enquanto a falta de treinamento adequado e sensibilidade por parte dos profissionais de saúde representa uma barreira significativa no manejo das IST's prevalentes nessa população.

“Pessoas que param de... imagina, você em uma situação de migração forçada [...] mulheres transsexuais, travestis, [...] rapazes gays, que vão sair de um contexto, longe, normalmente já longe da família, muitas vezes sozinhos, chegam no país, são hostilizados por conta de serem quem são [...] e terem HIV.” (Piquiá)

“[...] é uma realidade que não muda aqui do Brasil [...] é uma população que não tem acesso por questões de discriminação e preconceito [...] ela não procura serviços de saúde quando ela precisa, quando ela está adoecida [...] porque ela sabe que vai sofrer esse tipo de situação, então ela não quer se colocar [...] ela acaba auto se medicando e nesses casos mais graves de IST de HIV [...] ela [...] realmente [...] não

procura tratamento [...] a gente tem esse trabalho de levar essas pessoas até a policlínica [...] porque se eles forem desacompanhados eles não são atendidos [...] das vezes que a gente não pode acompanhar, que a pessoa foi sozinha para fazer a testagem rápida, simplesmente o enfermeiro virou e disse pra pessoa que era para procurar um hospital de venezuelanos. Inocentemente a pessoa chegou na casa perguntando da gente onde era o hospital para venezuelanos, então hoje infelizmente a gente não encaminha mais ninguém sozinho, a gente vai lá, porque se a gente não fosse a gente não acompanhasse a gente não falar que a gente é de uma casa de acolhimento, que a gente veio trazendo nossos acolhidos para fazer a testagem rápida, essas pessoas não vão ser atendidas, essas pessoas vão ter o nome social desrespeitado, e aí esse já é o primeiro impacto que tem quando elas vão acessar o serviço [...] que é o básico, uma testagem rápida [...]" (Tucumã)

A discriminação sistêmica enfrentada por esses indivíduos, agravada pela xenofobia e pela falta de familiaridade com os serviços de saúde locais, reflete a ausência de capital sociocultural. A falta de redes de apoio (social) e o desconhecimento das normas e práticas do sistema de saúde (cultural) tornam os refugiados mais vulneráveis a um atendimento inadequado e excludente, como evidenciado nos relatos de encaminhamentos para "hospitais para venezuelanos".

A perpetuação de estigmas e preconceitos leva muitas pessoas trans a evitar a busca por cuidados médicos, pois a falta de treinamento adequado dos profissionais de saúde em relação às questões trans frequentemente resulta em experiências negativas para esses pacientes (Guimarães; Lorenzo; Mendonça, 2021).

O UNFPA utiliza materiais específicos e adaptados para responder às necessidades particulares de diferentes grupos, como pessoas LGBTQIAPN+, mulheres indígenas, adolescentes, pessoas com deficiências e idosos.

"Assim como as adolescentes, assim como as mulheres indígenas, as pessoas com deficiências, as pessoas idosas, é, a população LGBTI [...] A gente tem cartilhas, por exemplo, especificamente voltadas pra isso, materiais de comunicação com banners pra que as pessoas [...] vendo aquilo, elas falem 'Bom, eles prestam apoio, por exemplo, a pessoas com HIV, eles prestam apoio a pessoas LGBT. É um espaço em que eu posso compartilhar essa informação e eu vou ser bem recebido ou recebida'. Então a gente tem materiais, todas as agências, mas o UNFPA tem especificamente voltadas a essa população, cartilhas, materiais informativos, banners [...]" (Buriti)

A inclusão de informações sobre os direitos e serviços disponíveis contribui para a construção de um capital simbólico positivo, reduzindo o estigma e a discriminação e promovendo um ambiente mais inclusivo e seguro. Esses materiais sinalizam que a instituição valoriza a diversidade e está comprometida em apoiar a comunidade LGBTQIAPN+, reforçando sua legitimidade e aceitação na sociedade.

O papel de militantes trans é vital para a eficácia dessas iniciativas, pois sua experiência e conhecimento contribuem para a construção de um capital simbólico que valida as

necessidades dessa população. A participação de ativistas trans permite uma identificação mais precisa das demandas, possibilitando respostas mais adequadas e direcionadas, o que fortalece a legitimidade e o reconhecimento social das iniciativas voltadas à comunidade LGBTQIAPN+.

A comunicação eficaz com comunidades LGBTQIAPN+ é elementar para superar barreiras e garantir que essas populações possam acessar serviços adequados. O uso de linguagem inclusiva e materiais visuais, como cartilhas e *banners*, ajuda a criar um ambiente acolhedor e de confiança, permitindo que as pessoas LGBTQIAPN+ saibam que serão bem recebidas e respeitadas (NIH, 2022).

Materiais informativos específicos e campanhas visuais são essenciais para criar uma rede de apoio acessível, cuja visibilidade pode encorajar indivíduos LGBTQIAPN+ a buscar ajuda, sabendo que há recursos específicos disponíveis. Esse enfoque personalizado reflete uma abordagem que reconhece a diversidade de experiências e desafios enfrentados por esses grupos, proporcionando a eles um atendimento mais sensível e adequado às suas realidades (GLSEN, 2023).

Esses aspectos são amplamente discutidos no contexto de refugiados LGBTQIAPN+ oriundos de regiões como o Oriente Médio, Norte da África e Ásia Central e do Sul, que migram para países como Áustria e Países Baixos. Segundo Alesi *et al.* (2018), nesses países, a desinformação e a discriminação persistem como barreiras significativas, dificultando o acesso adequado a serviços de apoio e proteção para essas populações.

A CasaMiga, o Instituto Manas e a Rede Cáritas Arquidiocesana de Manaus são organizações não governamentais que atuam em áreas com carência de serviços estatais na provisão de apoio logístico e financeiro para refugiados venezuelanos. Essas instituições frequentemente colaboram entre si, desempenhando papéis complementares ao oferecer suporte a populações vulneráveis e maximizar o impacto de suas ações (Oliveira, 2023).

Esses esforços colaborativos entre militância e instituições são essenciais para promover a segurança, dignidade e direitos humanos das pessoas trans. Quando essas organizações trabalham em conjunto com movimentos de militância, eles combinam recursos e conhecimentos específicos para enfrentar desafios sistêmicos (UNFPA, 2021).

Educação profissional

O empoderamento vai além da sobrevivência, envolvendo a reconstrução de identidades pessoais e o reconhecimento social, os quais atuam como catalisadores para a integração plena e o acesso a recursos vitais. Isso ocorre em meio à desigualdade social, característica da

sociedade capitalista estratificada, ampliada pela ineficiência do Estado na implementação de políticas públicas.

“[...] o trabalho da casa com os refugiados é a questão de fazer eles se sentirem realmente seguros [...] de fazer com que eles se sintam acolhidos, [...] de ver o progresso de um refugiado que chega aqui que a gente consegue encaminhar para a documentação, é de ver as meninas trans indo no ambulatório, de acompanhar elas nesse processo do hormonização [...] de ver elas caminharem de conseguir incluir elas nos cursos de capacitações, e da gente conseguir, por exemplo, incluir elas no mercado de trabalho [...] e aí com mais ou menos uns 7, 8 meses é o tempo que a gente consegue encaminhar essas pessoas [...]” (Tucumã)

“[...] a população LGBT ela é específica, em que trabalhamos [...] uma ação específica, mas ainda sim o fortalecimento e autonomia dessa população pra inserção [...] no mercado de trabalho local, assim como o acesso a serviços básicos, que segundo eles por muitas vezes são negados por conta da sua condição ou que tem muita dificuldade de acessar por não se sentirem seguros em alguns ambientes. Então, esse trabalho é um pouco mais fortalecido justamente por conta dessa motivação.” (Pupunha)

“Eles vêm e são atendidos normalmente na nossa instituição, passam pelos cursos de português, cursos profissionalizantes [...]” (Cupuaçu)

A burocracia e a logística estatal dificultam o acesso oportuno à assistência adequada, impactando negativamente o capital simbólico das instituições que atuam no apoio a refugiados. Ao oferecer abrigo e focar na integração dos refugiados em novas comunidades e Estados, essas instituições proporcionam suporte essencial para garantir o bem-estar, a regularização da situação no país de acolhimento e constroem uma imagem de comprometimento e valor social.

A inclusão em cursos de capacitação e no mercado de trabalho promove a autonomia financeira, dignidade e autoestima das migrantes, sendo crucial que a formação seja adaptada ao negócio local e às competências dos refugiados, além de incluir a sensibilização das empresas para sua contratação (OECD, 2022).

Destaca-se a importância da educação técnica e profissional para grupos marginalizados, sendo a oferta de cursos profissionalizantes e a criação de ambientes de trabalho inclusivos fundamentais para garantir o acesso e a permanência dessas pessoas em empregos minimamente qualificados (Ray; Zarestky, 2022; UNESCO-UNEVOC, 2023).

Balzer e Hutta (2024) destacam que o preconceito e a discriminação estrutural persistentes em muitos setores tornam a inserção no mercado de trabalho um dos principais desafios enfrentados pela população trans, impactando significativamente o acesso a oportunidades de emprego.

As dificuldades de acesso ao emprego enfrentadas pelos refugiados têm implicações diretas na saúde, uma vez que, conforme Borghini, Oliveira e Sevalho (2018), a relação entre

trabalho, saúde e doença é amplamente reconhecida, destacando a importância de condições de vida e trabalho favoráveis para a manutenção da saúde.

Candido, Jesus e Rossi (2022) destacam a importância de programas de inclusão social focados para a empregabilidade e segurança no trabalho para mulheres trans, enquanto Silva e Guimarães (2017) enfatizam a relevância de iniciativas que desenvolvam suas habilidades, permitindo que elas possam competir de forma equitativa no mercado de trabalho.

Parcerias institucionais com empresas que adotam políticas de diversidade são essenciais para promover a inclusão socioeconômica e a visibilidade das mulheres trans, gerando benefícios mútuos ao combinar o acesso a empregos e redes de apoio para comunidades LGBTQIAPN+ com melhores desempenhos financeiros e maior inovação para as empresas (Oliveira; Lima, 2022; Régio; Alencar; Oliveira, 2022).

Treinamentos e comitês de diversidade nas empresas, aliados a parcerias com o setor privado, são fundamentais para criar ambientes de trabalho inclusivos, impactando positivamente a vida das mulheres trans ao oferecer emprego, dignidade e respeito (Carvalho; Nascimento; Pires, 2024; Freire, 2020).

Acesso a documentação

A atuação do Instituto Humana no processo de regularização documental sugere a mitigação de barreiras estruturais que impedem o exercício pleno da cidadania por parte dessa população. Entretanto, os atrasos relatados, evidenciam limitações significativas no sistema de gestão de documentação.

“[...] o Instituto Humana tem feito um trabalho aí de conseguir protocolos de refúgio, de conseguir tirar o CPF para essas pessoas, para poder elas terem acesso por exemplo aos serviços de saúde [...] aqui em Manaus [...] mas também atualmente [...] está bem complicado essa questão de documentação [...] os processos eles estão demorando de 3 meses a 4, 6 meses para você conseguir tirar um CPF, está bem devagar por conta [...] da pandemia, e por umas questões institucionais também [...]”
(Tucumã)

Essa falta de reconhecimento formal traduz-se em exclusão simbólica, pois reforça a percepção social de que esses indivíduos não pertencem plenamente ao campo social brasileiro. O papel do Instituto Humana na mediação desses processos é crucial, pois busca legitimar o capital simbólico das migrantes ao mediar sua integração ao sistema formal.

A ausência de documentos formais, intensificada pela burocracia e restrições institucionais, dificulta o acesso dos refugiados a serviços básicos, tornando a regularização

desses indivíduos essencial para garantir o pleno exercício de seus direitos e o acesso a esses serviços (Carneiro; Fernandes, 2021).

Em 2018, o Supremo Tribunal Federal do Brasil permitiu que pessoas trans alterassem seu nome e gênero em documentos oficiais sem a necessidade de procedimentos cirúrgicos, simplificando a adequação de seus documentos à sua identidade de gênero (Passos; Santos, 2021).

O uso do nome social em documentos oficiais, conforme Valentine *et al.* (2019), é essencial para reduzir a discriminação e facilitar o acesso a serviços para a população trans. Silva (2022) ressalta que essa legislação marca um avanço importante na promoção dos direitos das pessoas trans no Brasil.

Conforme Bataglia *et al.* (2020), a pandemia de COVID-19 exacerbou os desafios relacionados à documentação de refugiados, resultando em atrasos significativos nos processos de regularização e aumentando os riscos para essa população devido à ausência de documentos.

A inclusão do nome social representa um marco importante, mas também evidencia a necessidade de ampliar as discussões sobre a regularização documental no Brasil. A dependência de documentos emitidos no país de origem amplifica as barreiras enfrentadas, deixando as migrantes em um estado de invisibilidade legal.

“A partir [...] do começo desse ano saiu [...] uma lei ou foi uma autorização interna que permite o uso do nome social e nome de registro, porque as pessoas trans não podem [...] alterar o nome no cartório aqui no Brasil, assim como pessoas trans brasileiras [...] Pelo menos esse direito a gente conseguiu garantir, que é o acesso ao nome social [...] pra poder incluir o nome com que a pessoa se identifica e o gênero [...] que ela se identifica pra atendimentos e não sofrer LGBTfobia [...] quando eles recebem [...] a autorização [...] pra residência ou pedido de refúgio no Brasil [...] não era distinguido quem era pessoa trans ou pessoa cis, no site [...] da Polícia Federal ou no sistema [...] enquanto o Instituto Mana, a gente fez um pedido pra inclusão no SISCONARE [...] que é lá de Brasília [...] de lá que saem as documentações, pra colocar um campo do nome social.” (Taperebá)

“Fazer a troca do nome nos documentos [...] isso não é fácil, porque, assim, isso não é feito [...] na Venezuela, precisa de documentos venezuelanos. Então, essa é uma outra história, mas assim, ela saber que ela tem direito já é interessante.” (Piquiá)

“[...] quando a gente recebe uma pessoa trans que quer, por exemplo, ser interiorizada [...] ela vai ter um apoio, porque, por exemplo, a questão da documentação da pessoa trans... é sempre um ponto [...] A gente precisa falar como ela quer ser chamada, precisa respeitar, a gente faz sempre essa orientação, mas isso não é o nosso mandato.” (Camu-camu)

O capital simbólico no campo de forças das relações sociais, especialmente sob a perspectiva das classes sociais, das desigualdades e da heteronormatividade, não está isento das limitações institucionais presentes nesse contexto.

A inclusão do nome social nos documentos oficiais é essencial para o reconhecimento das identidades trans migrantes, mas a declaração de que essa orientação "não é o nosso mandato" evidencia uma limitação institucional que enfraquece seu capital simbólico, mostrando que o respeito às identidades trans ainda não está plenamente integrado nas práticas e prioridades institucionais.

No atendimento a refugiados trans, a ausência de treinamento adequado entre os profissionais reflete uma privação de capital simbólico para essa população, deslegitimando suas identidades e reforçando a discriminação institucional. Essa falta de preparo não se limita ao tratamento imediato, mas impacta também a forma como essas pessoas são vistas e tratadas dentro da sociedade.

Muitos entrevistados se referiram às mulheres trans migrantes utilizando pronomes e termos no masculino, evidenciando uma desconexão com a identidade de gênero dessas pessoas. Essa prática reflete a falta de sensibilização para questões de gênero e a perpetuação de preconceitos e padrões cisnormativos² que deslegitimam a vivência dessas mulheres. Tal postura, ainda que possa ser involuntária, demonstra a necessidade urgente de capacitação e educação em diversidade de gênero para os profissionais e gestores que atuam no atendimento a essa população.

Conforme Mota e colaboradores (2022), a ausência de reconhecimento do nome social pode gerar constrangimentos, enquanto a garantia desse direito representa uma proteção legal essencial, assegurando o respeito aos direitos humanos e à dignidade das pessoas trans.

Binotto *et al.* (2024) exploraram as implicações legais da adoção do nome social em diferentes países, destacando que políticas inclusivas, como a adotada no Brasil, são essenciais para promover a igualdade e fortalecer os direitos das pessoas LGBTQIAPN+. Em contrapartida, na Venezuela, as restrições legais e burocráticas dificultam que pessoas trans ajustem sua identidade de gênero nos registros oficiais.

Moraes e Silva (2022) destacam que mulheres trans migrantes enfrentam obstáculos adicionais, pois qualquer alteração nos documentos exige papéis válidos de seus países de origem, e, como apontam Rigolon *et al.* (2020), a falta de documentos atualizados pode impedir o acesso a serviços essenciais.

A falta de reconhecimento formal do nome social em sistemas oficiais é uma barreira significativa para pessoas trans em contextos de refúgio e migração. A inclusão desse campo

² A cisnormatividade pode ser compreendida como um mecanismo de naturalização da cisgeneridade, ou seja, das identidades de gênero que coincidem com o sexo atribuído ao nascimento. Esse conceito reflete as normas sociais que impõem um padrão de conformidade entre gênero e sexo biológico (Fuchs; Hining; Toneli, 2021).

nos sistemas de documentação e os serviços de segurança é decisiva para garantir sua proteção e dignidade (Lino; Duque, 2022).

Gonçalves *et al.* (2024) também destacam a importância de integrar políticas de inclusão para o atendimento de pessoas trans no Sistema Único de Saúde (SUS), enquanto Benevides e Nogueira (2021) sublinham a necessidade de políticas que respeitem a identidade de gênero e garantam o uso do nome social em todas as esferas da vida pública.

Assim, são examinados os desafios enfrentados pelas mulheres trans no reconhecimento e na garantia de sua proteção legal. Sob a perspectiva de Bourdieu, evidencia-se como as dinâmicas de poder nos campos jurídico e institucional condicionam a efetivação ou a negação de direitos, sendo o capital simbólico, associado ao reconhecimento e à legitimidade social das mulheres trans venezuelanas.

A insuficiência de capital cultural dessas mulheres — manifestada pela dificuldade de acesso à informação sobre direitos, procedimentos burocráticos e mecanismos institucionais de proteção — contribui para a perpetuação de barreiras estruturais que limitam a materialização de sua cidadania plena.

Paralelamente, a carência de capital social, representada pela fragilidade das redes de apoio e a escassez de conexões estratégicas com agentes institucionais, reduz suas oportunidades de reivindicação e efetivação de direitos. Esse déficit sociocultural, somado à precariedade do capital simbólico dessas mulheres dentro das estruturas jurídicas e assistenciais, reforça a sua marginalização e invisibiliza suas demandas.

O hiato entre a formulação de políticas e sua implementação concreta intensifica sua vulnerabilidade, consolidando ciclos de exclusão e dificultando o acesso a direitos fundamentais.

6.3.3 Trabalho sexual como capital econômico

A prostituição como meio de sobrevivência evidencia a realidade dolorosa e os desafios enfrentados por muitas mulheres trans em áreas de alta vulnerabilidade social, conforme apontam os entrevistados ao expor a sobreposição de vulnerabilidades.

"[...] essa região aqui por dentro, São Vicente, tem vários pontos de prostituição que são mulheres trans." (Inajá)

"Acho que... [...] mais vi são::: não são mulheres, são mulheres trans." (Pitomba)

“A gente também percebia que:: Roraima era ponto focal da comunidade LGBT e eu percebia que eles... primeiro pensavam que eram pessoas trans, mas não eram pessoas trans, eram homens gays que trabalhavam é:: se vestia [...] eu não lembro o termo correto agora, mas era como se eles se é:: [montassem.. pra fazer trabalho sexual. E aí você presumia que elas eram mulheres trans, mas não eram. Eram homens gays se montando pra trabalhar à noite e retornando dia seguinte [...]]” (Murici)

Os discursos dos gestores revelam uma compreensão do trabalho sexual como um reflexo de dinâmicas de poder que restringem oportunidades e evidenciam a precariedade econômica de indivíduos marginalizados no campo social, para os quais a prostituição surge como uma das poucas opções de subsistência. Embora possibilite algum acúmulo de capital econômico, essa prática está imersa em relações de discriminação e exploração.

A região de São Vicente, em Boa Vista (RR), é amplamente conhecida como um ponto de prostituição com contingente significativo para essa população. Essa localidade é marcada por altos índices de violência e exploração, uma situação particularmente crítica para as mulheres migrantes (Cavalcante Neto; Oliveira; Egry, 2023).

O Brasil lidera o *ranking* mundial de assassinatos de pessoas trans, sendo muitas vezes associados ao contexto de trabalho sexual. A ausência de apoio social nas regiões onde essas mulheres se estabelecem as conduzem a atividades potencialmente arriscadas para garantir sua subsistência (ANTRA, 2024; Silva *et al.*, 2023).

A elevada prevalência de mulheres trans migrantes na prostituição reflete a exclusão social, como corrobora o estudo de Silva, Luppi e Veras (2020), que aponta uma taxa de desemprego significativamente maior entre pessoas trans do que na população em geral no Estado de São Paulo, evidenciando a discriminação no mercado de trabalho.

Os gestores entrevistados destacam que as mulheres trans venezuelanas encontram obstáculos substanciais para acessar empregos formais no Brasil, devido à discriminação e à restrição ao acesso a processos formativos e certificações profissionais o que reduz drasticamente suas oportunidades e as expõe à vulnerabilidade econômica.

“[...] a gente sabe que é muito difícil, muitos não têm muita formação, acabam indo mais pra esse lado da prostituição infelizmente [...] Então é um público muito mais vulnerável.” (Cupuaçu)

A marginalização no mercado formal de trabalho reforça a dependência do trabalho sexual e o capital econômico acumulado nessa atividade é insuficiente para romper as barreiras estruturais que limitam seu acesso a outros campos, perpetuando o ciclo de exclusão socioeconômica das mulheres trans venezuelanas.

Dias e Tassigny (2023) destacam que a transfobia e a xenofobia são fatores que restringem severamente as oportunidades de emprego formal para mulheres trans migrantes. Em consonância, Carrara (2012) e Paniza e Moresco (2022) apontam que a discriminação, aliada à ausência de educação formal e capacitação é um dos principais limitadores das oportunidades profissionais para essa população.

A escassez de oportunidades econômicas conduz muitas mulheres trans migrantes a recorrerem ao trabalho sexual como meio de subsistência, onde enfrentam discriminação tanto por sua identidade de gênero e/ou orientação sexual quanto pelos estigmas associados à prostituição (Teixeira, 2019; Arruda-Barbosa *et al.*, 2024).

No relato dos gestores, o acesso das mulheres trans migrantes a recursos financeiros é significativamente limitado pelo desconhecimento das dinâmicas locais, o que intensifica os desafios de adaptação em atividades temporárias que satisfazem apenas parcialmente suas necessidades imediatas de renda.

“[...] algumas venezuelanas que automaticamente quando chegam aqui em Manaus, acabam indo também [...] pro trabalho, enquanto prostituição, elas acabam indo junto com as meninas brasileiras, porque elas não conhecem as ruas [...] algumas que passam assim, 6 a 4 meses em Boa Vista, que só depois vem para Manaus, acabam trabalhando como profissional do sexo lá, como forma de sobrevivência mesmo, e aí eu tenho esse cuidado para explicar para elas, “olha, para a gente é um trabalho como qualquer outro, não é uma questão você ser profissional do sexo, está desenvolvendo essa atividade no momento [...]” (Tucumã)

Há uma tendência de os entrevistados normalizarem a atividade exercida pelas mulheres trans, reconhecendo-a como uma forma legítima de subsistência em meio à falta de opções. No entanto, é prudente destacar que o trabalho sexual como "primeira porta" obscurece a necessidade urgente de políticas públicas que promovam sua inclusão socioeconômica de modo estável e digno.

Barroso-Pavía (2020) defende a perspectiva de descriminalização e regulamentação do trabalho sexual como forma de garantir direitos e proteção às pessoas que o exercem. A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2018) enfatiza que a regulamentação e formalização do trabalho sexual podem oferecer uma estrutura legal que proteja trabalhadoras sexuais de abusos e exploração, promovendo um meio mais seguro e digno para aquisição de capital econômico, com reconhecimento de direitos e garantia de proteção jurídica.

Na perspectiva dos gestores, a definição de regras para as mulheres trans venezuelanas que atuam como profissionais do sexo busca garantir maior segurança a esse grupo vulnerável, minimizando os riscos associados ao estigma.

“[...] dentro da casa tem horários [...] as meninas que são profissionais do sexo por exemplo, elas saem às 19 horas e meia-noite todas tem que estar dentro da casa, se não já não tem mais autorização para continuar [...] saindo pra trabalhar, e aí até que elas respeitam, elas voltam no horário tudo direitinho.” (Tucumã)

Esse capital econômico revela-se extremamente frágil, pois está vinculado a um campo marcado por riscos constantes, onde a adoção de horários para saída e retorno busca mitigar os perigos do trabalho sexual regido por territórios controlados e dinâmicas de poder. Os acordos tácitos entre trabalhadores e outros agentes funcionam como mecanismos reguladores do acesso ao capital econômico, estabelecendo uma "ordem" informal que, apesar da extrema precariedade, viabiliza a sobrevivência.

A necessidade de sobrevivência, aliada ao desconhecimento das ruas e das dinâmicas locais, evidencia que a prostituição não é uma escolha consciente e voluntária, mas uma imposição decorrente de um sistema de exclusão socioeconômica estrutural (OIM, 2022).

Mulheres trans que atuam como profissionais do sexo estão particularmente expostas a elevados riscos de violência física, psicológica e sexual, conforme Magno e colaboradores (2024), que aponta que essas violências são frequentemente cometidas por estranhos em espaços públicos.

O desconhecimento das regras implícitas dos territórios onde pretendem trabalhar coloca as mulheres trans venezuelanas em uma posição de vulnerabilidade e conflito ao chegarem a Manaus. Segundo os gestores, ocorrem conflitos causados por "pontos de trabalho" e a agressividade das trabalhadoras que já dominam essas áreas.

“[...] eu preciso explicar como é que funciona a rua, se você for fazer esse trabalho aqui em Manaus vai com as meninas aqui da casa, que já conhece a área, ou então se você quiser sozinha chega lá na praça, chega lá na rua, pergunta quem é que comanda a rua, com quem você tem que falar, quanto é que paga... porque a gente sabe que cada rua daqui tem uma cafetina então um cafetão, e aí que você não pode chegar lá [...] que a gente já tem nessas situações [...] de elas chegarem e fazer confusão [...] ficar no ponto de outra, e as meninas que são antigas aqui que já tá na rua muito tempo elas são bastante agressivas [...] e aí a gente faz esse trabalho de orientação, você vai você faz mas você faz as coisas direito para não trazer problema pra casa nem colocar sua vida em risco.” (Tucumã)

A orientação às recém-chegadas é crucial para que acumulem capital de forma segura, operando dentro das normas locais, evitando conflitos e conhecendo os controladores das áreas de trabalho e os custos envolvidos, o que permite minimizar riscos de exploração, preservar a integridade física e assegurar a continuidade de seu capital econômico.

A construção de políticas públicas e redes de apoio é crucial para proteger as mulheres trans no trabalho sexual, garantindo que o capital econômico acumulado não seja obtido à custa de sua dignidade, segurança e vida, enquanto a integração das venezuelanas ao trabalho sexual em Manaus revela uma realidade complexa, onde orientação e apoio são indispensáveis para assegurar segurança e dignidade, embora o capital adquirido permaneça instável e insuficiente para sua ascensão social no mercado formal e regulamentado.

Esse processo de orientação é essencial para garantir que as mulheres sejam informadas sobre como atuar de forma segura e evitar conflitos com outras trabalhadoras sexuais estabelecidas. González-García e Penchaszadeh (2024) enfatizam que a falta de orientação adequada pode resultar em situações de violência e conflito.

Hadzi-Vasileva e Savovska (2021) destacam que políticas de acolhimento devem respeitar a autonomia das populações vulneráveis, permitindo-lhes exercer seus direitos e tomar decisões informadas, reconhecendo a autonomia como um princípio fundamental para a dignidade humana.

A violência nas ruas contra é uma problemática amplamente documentada, com Silva (2023) ressaltando que, em alguns casos, ela pode ser perpetuada até mesmo por outras trabalhadoras sexuais. A orientação para interações, que incluem evitar pontos de trabalho já ocupados e compreender as hierarquias locais, torna-se essencial para minimizar os riscos de conflitos violentos exacerbados pela intensa competição e pelas condições de vida precárias.

A integração das venezuelanas junto às brasileiras evidencia a intersecção entre migração e trabalho sexual, reforçando a importância de programas específicos de apoio com oportunidades de educação e emprego para romper o ciclo de exclusão e vulnerabilidade (Valadier, 2018; Sato *et al.*, 2024).

Os gestores descrevem que a realidade enfrentada por mulheres trans migrantes expõem-nas a riscos graves, incluindo a violência urbana e a exploração no contexto do tráfico humano, especialmente nos processos de interiorização.

“E na interiorização, não sei [...] se vocês já tiveram contato, mas tem muito essa preocupação quando é um... Eu já tive um contato muito, mas nem foi a fundo, foi uma suspeita que aí a equipe de proteção foi investigar, eu não sei nem como terminou, mas [...] de rede de prostituição, principalmente com mulheres trans pela interiorização, ou seja, “Ah, é um amigo meu que vai me receber é... em uma outra cidade”, mas aí era um... “Eu, vai me receber, vai me receber mais três amigas”, todas mulheres trans. E aí quando foi investigar mais a fundo, só pra ter certeza de que [...] não era alguma rede, alguma coisa [...] mas quando chegou viu que era pra isso, mas acontece também, tem essa preocupação [...]” (Inajá)

“[...] de mulheres trans é mais de pessoas de fora [...] uma pessoa estranha [...] alguém na rua, muitas mulheres trans vivem da prostituição, esse é o termo correto,

mas vive [...] são profissionais do sexo, então acaba que elas sofrem mais, então a violência vem mais por parte de fora, do que de um companheiro, por exemplo.”
(Graviola)

As redes de tráfico exploram trabalhadoras sexuais ao expropriar o capital econômico que poderia melhorar suas condições de vida, perpetuando ciclos de abuso e subordinando-as ainda mais, agravados pela falta de um sistema de proteção eficaz que ofereça alternativas viáveis de sustento.

Organizações não-governamentais e iniciativas locais desempenham um papel essencial na proteção e apoio a mulheres trans no trabalho sexual, oferecendo serviços de saúde, apoio psicológico e assistência jurídica para ajudá-las a enfrentar os riscos da atividade.

Embora não eliminem a precariedade, essas ONGs atuam como mediadoras no suporte social e, de forma limitada, contribuem para estabilizar o capital econômico e promover a inclusão social dessas mulheres.

Mulheres trans inseridas no comércio sexual estão amplamente vulneráveis a situações de alto risco relacionadas ao tráfico humano. No Brasil, uma parcela significativa dessas mulheres é vítima desse crime, sendo frequentemente aliciada com promessas de cirurgias de redesignação sexual e outras oportunidades (UNODC, 2023).

Embora seja uma fonte de renda, a prostituição expõe muitas mulheres trans a altos níveis de violência, frequentemente perpetrada por clientes e agentes da lei, agravada pela falta de proteção legal e pelo estigma que tornam seu ambiente de trabalho perigoso e precário (ANTRA, 2024).

A implementação de programas de educação e capacitação profissional é uma alternativa viável para melhorar as condições de vida dessas mulheres, com as políticas públicas devendo abordar tanto a segurança imediata quanto a inclusão socioeconômica a longo prazo (UNAIDS, 2023).

Por fim, a última categoria tratou do trabalho sexual como meio de sobrevivência, refletindo os desafios financeiros enfrentados pelas mulheres trans venezuelanas. O conceito norteador explora a prostituição como uma forma de capital econômico, que, embora vital para a sobrevivência, é cercada por violações que aprofundam a marginalização dessas mulheres. A análise da teoria de Bourdieu neste contexto examina como o valor monetário gerado pela prostituição é declinado socialmente, contribuindo para a exclusão dessas mulheres do campo social.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do atendimento prestado às mulheres trans venezuelanas que migraram para o Brasil revela a complexidade das dinâmicas enfrentadas pelos gestores, que operam em um sistema de saúde e assistência social com diversas limitações e enfrentam desafios significativos para atender às necessidades específicas dessa população.

A pesquisa evidenciou que os fatores culturais, institucionais e sociais exercem uma influência profunda sobre a prestação de serviços às mulheres trans venezuelanas, revelando tanto limitações estruturais quanto oportunidades de aprimoramento em um sistema que ainda caminha em direção à inclusão e equidade.

A originalidade deste estudo está na aplicação da teoria de Bourdieu para analisar o atendimento a mulheres trans venezuelanas migrantes, um enfoque inovador no campo das migrações e do atendimento humanitário. Ao integrar conceitos como *habitus*, capital e campo, a pesquisa contribui para uma compreensão crítica das dinâmicas que moldam as percepções e práticas dos gestores.

O atendimento às mulheres trans venezuelanas ocorre em um campo social permeado por normas culturais e institucionais que, em muitos casos, reforçam a exclusão. O entendimento dessas dinâmicas por parte dos gestores é essencial para a formulação de políticas públicas e práticas institucionais mais inclusivas. A complexidade das situações enfrentadas por essas mulheres exige uma reflexão contínua sobre como as instituições podem se adaptar e desenvolver estratégias que enfrentem as desigualdades de forma eficaz.

As mulheres trans enfrentam discriminação, violência simbólica e física, agravadas pela opressão de gênero e pela condição migratória. Essas mulheres, ao migrarem, carregam consigo as adversidades de seu país de origem e, também, as barreiras impostas por normas transfóbicas nos países de acolhimento. Além disso, o capital simbólico, que poderia proporcionar reconhecimento e prestígio social, é frequentemente negado, criando mais uma barreira em um cenário de vulnerabilidade intensificada pela ausência de políticas públicas adequadas. Essa negação reforça a invisibilidade social dessas mulheres, impedindo-as de exercer plenamente sua cidadania.

No contexto migratório, as relações de poder, mediadas por diferentes formas de capital — econômico, social, cultural e simbólico —, determinam as posições dos agentes, e cabe aos gestores o desafio de transformar o campo institucional, utilizando sua posição para alterar práticas excludentes. A redistribuição de capitais, especialmente o simbólico, através do reconhecimento das identidades de gênero, é essencial para garantir os direitos dessas mulheres,

com os gestores desempenhando um papel crucial como mediadores entre suas demandas e as estruturas institucionais que frequentemente reproduzem desigualdades.

A reformulação das políticas públicas deve considerar a complexidade da experiência migratória dessas mulheres, o que inclui uma abordagem interseccional que reconheça as múltiplas formas de opressão, como gênero, raça e classe. Políticas públicas proativas e parcerias com ONGs e movimentos sociais, como descritos nos achados, são essenciais para ampliar o acesso a serviços que respeitem as necessidades dessas mulheres e promovam sua inclusão. A interseccionalidade é uma chave para entender e combater as sobreposições de discriminação enfrentadas por essas mulheres, permitindo uma resposta mais abrangente e eficaz.

A percepção dos gestores sobre as lacunas assistenciais nas regiões de Boa Vista (RR) e Manaus (AM) evidencia uma avaliação crítica das deficiências estatais, com destaque para a insuficiência de serviços públicos especializados em saúde, proteção social, documentação, emprego e outras demandas que expõem essas mulheres a situações de extrema vulnerabilidade.

A ausência de uma estrutura estatal robusta limita a eficácia das iniciativas de apoio, que dependem fortemente da atuação de ONGs. Nesse sentido, os gestores indicam a necessidade de maior coordenação entre os diferentes atores envolvidos e de capacitação contínua para melhorar o atendimento e reduzir barreiras de acesso. A presença de ONGs e iniciativas da sociedade civil têm sido fundamentais para preencher lacunas deixadas pelo Estado, mas é evidente que essas ações devem ser complementadas por uma maior atuação governamental para que o atendimento a essa população seja sustentável e abrangente.

A criação de comissões intersetoriais e o fortalecimento de parcerias são apontados como passos importantes para uma abordagem mais colaborativa. Essas medidas podem facilitar a implementação de políticas públicas que considerem a interseccionalidade das opressões enfrentadas por essas mulheres, promovendo um sistema de proteção social mais inclusivo e adaptado às suas necessidades. Comissões intersetoriais permitem uma abordagem mais integrada, envolvendo diferentes setores e esferas do governo para responder às múltiplas necessidades dessa população de forma coordenada.

Os achados deste estudo dialogam diretamente com o projeto matriz, que contempla análises das experiências e narrativas da população migrante, reforçando a necessidade de uma abordagem mais abrangente na gestão do atendimento. A convergência entre essas perspectivas evidencia os desafios enfrentados na rotina dos serviços e a complexidade das demandas dessa população, demonstrando a importância de estratégias direcionadas às necessidades vitais.

As percepções dos gestores evidenciam obstáculos estruturais e limitações institucionais que comprometem o atendimento às mulheres trans venezuelanas, ressaltando que a implementação de melhorias, aliada a um compromisso mais firme do Estado na proteção de seus direitos, é essencial para construir um campo assistencial inclusivo e humanizado, que garanta a dignidade dessas mulheres em sua jornada de migração e integração no país de acolhimento. Isso reforça a necessidade de uma atuação governamental mais efetiva e de um sistema de saúde e assistência social que reconheça a vulnerabilidade específica dessa população, atuando de forma preventiva e inclusiva.

Destaca-se a importância de implementar políticas públicas que promovam capacitações regulares para gestores e equipes, com o objetivo de fortalecer a sensibilidade às questões de gênero e diversidade. Paralelamente, a criação de espaços seguros, aliada à regularização documental, à ampliação do acesso ao mercado de trabalho e à oferta de serviços especializados em saúde, assistência social e proteção jurídica, é fundamental para atender às demandas específicas das mulheres trans migrantes, garantindo segurança e inclusão.

Algumas limitações deste estudo devem ser consideradas. Primeiramente, a amostra foi limitada a gestores de duas cidades, o que pode restringir a aplicabilidade dos resultados a outras regiões do Brasil e a contextos institucionais diferentes. O contexto local e regional pode influenciar significativamente as dinâmicas de atendimento e as percepções dos gestores, sendo importante ampliar a pesquisa para diferentes realidades regionais.

As análises se basearam nas percepções dos gestores, que podem ser influenciadas por fatores como formação acadêmica, experiência pessoal e o contexto institucional. Embora essas percepções ofereçam dados relevantes, elas não refletem necessariamente a realidade objetiva dos serviços prestados. Além disso, a disparidade no tempo de atuação dos gestores entrevistados pode ter impactado a profundidade das respostas.

Por fim, a pesquisa foi conduzida durante o contexto da pandemia de COVID-19, o que pode ter influenciado tanto o atendimento quanto as percepções dos gestores sobre os serviços disponíveis, sendo um fator relevante para a interpretação dos resultados. O impacto da pandemia sobre os sistemas de saúde e assistência social deve assinalados, uma vez que a crise sanitária exacerbou as desigualdades existentes, afetando ainda mais as populações vulneráveis.

Em conclusão, o estudo alcança seu objetivo de analisar as percepções dos gestores sobre as barreiras e oportunidades no atendimento a mulheres trans venezuelanas migrantes, que enfrentam desafios intensificados por sua identidade de gênero e *status* migratório. Enfatiza-se que as ações coordenadas entre o governo e instituições da sociedade civil são

essenciais para garantir um ambiente mais acolhedor e seguro, assegurando a proteção dos direitos fundamentais dessas mulheres e a oportunidade de uma vida digna no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Alex; PANG, Nelson. Inclusive Healthcare for Transgender Individuals: Addressing Mental Health Disparities. *Sage Perspectives*, 2023. Disponível em: <https://perspectivesblog.sagepub.com/blog/research/inclusive-healthcare-for-transgender-individuals-addressing-mental-health-disparities>. DOI: 10.1177/07067437231171541. Acesso em: 17 jun. 2024.

AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS (ADRA). *FAQ*. Disponível em: <https://adra.org/about-adra/faq>. Acesso em: 04 set. 2024.

AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS (ACNUR). Disponível em: <https://www.unhcr.org>. Acesso em: 4 set. 2024.

_____. *Global trends: forced displacement in 2022*. United Nations High Commissioner for Refugees, 2022. Disponível em: <https://www.unhcr.org/global-trends-2022>. Acesso em: 1 ago. 2024.

AGUIAR, G.D. O papel da gestão pública na garantia dos direitos humanos de migrantes e refugiados no Brasil. *Culturas Jurídicas*, Niterói, v. 16, pág. 104-122, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/culturasjuridicas/article/view/44960>. Acesso em: 23 nov. 2024.

AHUJA, T. K.; GOEL, A. D.; GUPTA, M. K.; *et al.* Health care needs and barriers to care among the transgender population: a study from western Rajasthan. *BMC Health Services Research*, v. 24, p. 989, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12913-024-11010-2>. Acesso em: 18 ago. 2024.

ALESI, Edward J. *et al.* Traumatic stress among sexual and gender minority refugees from the Middle East, North Africa, and Asia who fled to the European Union. *Journal of Trauma Stress*, v. 31, n. 6, p. 805–815, dez. 2018. DOI: 10.1002/jts.22346. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30431671/>. Acesso em: 15 mar. 2023.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA DIREITOS HUMANOS (ACNUDH). *Human rights in the Bolivarian Republic of Venezuela: Report of the United Nations High Commissioner for Human Rights on the situation of human rights in the Bolivarian Republic of Venezuela*. 2019. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/3858655?v=pdf>. Acesso em: 21 jul. 2024.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR). *Cartilha informativa sobre a proteção de pessoas refugiadas e solicitantes de refúgio LGBTI*.

Genebra, 2017. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/media/cartilha-informativa-sobre-protecao-de-pessoas-refugiadas-e-solicitantes-de-refugio-lgbti>. Acesso em: 13 abr. 2024.

_____. *Direitos das pessoas refugiadas e solicitantes de refúgio no Brasil*. 2023. Disponível em: <https://help.unhcr.org/brazil/direitos-e-deveres/direitos-pessoas-refugiadas-e-solicitantes/>. Acesso em: 12 ago. 2024.

_____. *Integration Handbook for LGBTIQ+ refugees*. 2023. Disponível em: <https://www.unhcr.org/handbooks/ih/age-gender-diversity/lgbtiq-refugees>. Acesso em: 15 jul. 2024.

_____. *Relatório Global de 2021*. Genebra, 2021. Disponível em: <https://www.acnur.org/global-report-2021>. Acesso em: 28 jul. 2024.

_____. *Relatório anual de atividades 2021*. Genebra. 2021. Disponível em: <https://www.acnur.org/relatorio-anual-2021>. Acesso em: 29 jul. 2024.

_____. *Refúgio, migrações e cidadania: caderno de debates*. v. 18, n. 18. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2023. ISSN 1984-2104. Disponível em: <https://www.migrante.org.br/wp-content/uploads/2024/01/CADERNO-DE-DEBATES-18.pdf>. Acesso em: 15 set. 2023.

ALVES, C. E. R.; MOREIRA, M. I. C.; JAYME, J. G. O binarismo de gênero nas placas de banheiros em espaços públicos. **Psicologia & Sociedade**, v. 33, p. e228122, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33228122>.

AMERICAN ASSOCIATION FOR CANCER RESEARCH (AACR). *Cervical Cancer Screening Tailored for Transgender Men and Nonbinary People Encouraged Participation*. 2023. Disponível em: <https://www.aacr.org/about-the-aacr/newsroom/news-releases/cervical-cancer-screening-tailored-for-transgender-men-and-nonbinary-people-encouraged-participation/>. Acesso em: 05 jun. 2024.

AMERICAN MEDICAL ASSOCIATION (AMA). *Health and safety conditions at immigrant detention centers*. 2023. Disponível em: <https://www.ama-assn.org/delivering-care/population-care/immigrant-issues-health-and-safety>. Acesso em: 15 mar. 2023.

AMORIM, Denize Aparecida Rodrigues de; SIMIONE, Roberta Moraes; SATO, Michèle. *Lugares invisíveis: imagens de resistências de mulheres migrantes*. REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, [S. l.], v. 37, n. 2, p. 268–285, 2020. DOI: 10.14295/remea.v0i0.11362. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/11362>. Acesso em: 21 set. 2024.

ANDRADE, V. L. *Refúgio por motivos de orientação sexual: um estudo antropológico na cidade de São Paulo*. Florianópolis: Edufsc, 2019. 202 p. ISBN 9788532808424.

ARRUDA-BARBOSA, L.; MENEGATTI, M. S.; FONSECA, R. M. G. S.; OLIVEIRA, M. A. C. Violence suffered by Venezuelan immigrant female sex workers: an intersectional view. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 58, e20230282, 2024. DOI: 10.1590/1980-220X-REEUSP-2023-0282en. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2023-0282en>. Acesso em: 15 nov. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GAYS, LÉSBICAS E TRANSGÊNEROS (ABGLT). *Políticas públicas e inclusão social de pessoas trans*. 2023. Disponível em: <https://www.abglt.org/>. Acesso em: 04 jun. 2024.

ASSOCIAÇÃO HERMANITOS. Disponível em: <https://hermanitos.org>. Acesso em: 4 set. 2024.

ASSOCIAÇÃO MEXENDO A PANELA – PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA CONSOLATA. Disponível em: <https://www.paroquianossasenhoraconsolata.org.br>. Acesso em: 4 set. 2024.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO BRASIL (ANTRA). *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023*. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024. 125 p. ISBN: 978-85-906774-9-9.

ASSOCIAÇÃO SCALABRINI. Disponível em: <https://www.scalabrini.org>. Acesso em: 4 set. 2024.

ASSOCIATED PRESS. *Funcionários do governo dos EUA são instruídos a reportar iniciativas de inclusão e diversidade ou enfrentar 'consequências'*. O Globo, 23 jan. 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2025/01/23/funcionarios-do-governo-dos-eua-sao-instruidos-a-reportar-iniciativas-de-inclusao-e-diversidade-ou-enfrentar-consequencias.ghml>. Acesso em: 31 jan. 2025.

BÄCKSTRÖM, Barbara. *Saúde e doença enquanto construções sociais: a questão das incapacidades e das desigualdades em saúde*. 2016. Disponível em: https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/5809/1/e-book_MDC-N%C2%BA1_21_capitulo%20barbara%20backstrom%20setembro_final%20%281%29.pdf. Acesso em: 21 out. 2024.

BALZER, C.; HUTTA, J. *Transrespect versus Transphobia Worldwide: research on murders of trans and gender-diverse people around the world*. TvT Publication Series, 2024. Disponível em: <https://transrespect.org/en/>. Acesso em: 29 jul. 2024.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROSO-PAVIA, Rafael. *Modelos ideológicos de regulação da prostituição ou trabalho sexual: abordagem a partir de uma perspectiva jurídica e social*. Repositório científico da Universidade de Coimbra, Oficina n.º 454, abr. 2020. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10316/90571>. Acesso em: 10 out. 2023.

BARTRAM, Naomi. *Why it's so important to provide refugees with integration support*. International Rescue Committee, 2023. Disponível em: <https://www.rescue.org/uk/article/why-its-so-important-provide-refugees-integration-support>. Acesso em: 21 jun. 2024.

BATAGLIA, Murilo Borsio; CAMARGO, Maria Sonalli Reis de; MASCHKE, Annelise; HONÓRIO, Ana Beatriz Vitor Barcelos. *Refugiados e pandemia no Brasil: quais as ações nesse contexto?* Cadernos Eletrônicos Direito Internacional sem Fronteiras, v. 2, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.cadernos eletronicosdisf.com.br/cedisf/article/view/75>. Acesso em: 21 ago. 2024.

BBC NEWS MUNDO. *"Trump quiere promover la supremacía blanca y atemorizarnos"*. BBC News Mundo, 24 jan. 2025. Disponível em: <https://elpais.com/us/migracion/2025-01-24/trump-quiere-promover-la-supremacia-blanca-y-atemorizarnos.html>. Acesso em: 31 jan. 2025.

BEMPONG, N. E. et al. *Critical reflections, challenges and solutions for migrant and refugee health: 2nd M8 Alliance expert meeting*. Public Health Reviews, v. 40, 2019. Disponível em: <https://publichealthreviews.biomedcentral.com/articles/10.1186/s40985-019-0114-3>. Acesso em: 01 ago. 2024.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018*. Brasília: ANTRA, 2020. Disponível em: <https://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2019/12/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contrapessoas-trans-em-2018.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

BENEVIDES, B.G. (Org.). *Dossiê dos assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021*. Brasília: Distrito Drag; ANTRA, 2022. 144 f. ISBN: 978-65-992959-7-3. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2024.

BENEVIDES, B.G.; NOGUEIRA, S.N.B. (Orgs.). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*. São Paulo: Expressão Popular; ANTRA; IBTE, 2021. 136 p. ISBN: 9786558910138. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2024.

BHAGAT, A. *Queer necropolitics of forced migration: cyclical violence in the African context*. Sexualities, v. 23, n. 3, p. 361-375, 2020. DOI: 10.1177/1363460718797258. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1363460718797258?journalCode=sexa>. Acesso em: 29 jun. 2024.

BINOTTO, F. S.; BRUM, V. M. de; SILVA, L. A. da; UNFER, B.; TÔRRES, L. H. do N. Construção do nome social de pessoas trans e aspectos relacionados em um município de porte médio do Sul do Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 29, n. 2, e02682023, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232024292.02682023>. Acesso em: 20 set. 2024.

BORELLI, A. I. *Mulheres da pora nepalesa: o papel da saúde sexual e reprodutiva na reformulação da identidade transnacional*. 2021. 172 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Migrações, Inter-Etnicidades e Transnacionalismo, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Fcsh), Lisboa, 2021. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/139191>. Acesso em: 16 jul. 2023.

BORGHINI, C. M. S. de O.; OLIVEIRA, R. M. de; SEVALHO, G. *Determinação ou determinantes sociais da saúde: texto e contexto na América Latina*. Trab. educ. saúde, [Internet], v. 16, n. 3, p. 869–897, set. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00142>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/jJpLdWtYsCMVV8YQm6PqMFk/#>. Acesso em: 13 mar. 2024.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Editora Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *Capital simbólico e classes sociais*. Novos Estudos CEBRAP, n. 96, p. 105–115, jul. 2013.

BOURDIEU, Pierre. *Esquisse d'une théorie de la pratique: Précédé de trois études d'ethnologie kabyle*. Genève: Droz, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *Language and Symbolic Power*. Cambridge: Polity Press, 1991.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *O senso prático*. Petrópolis: Vozes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *The Forms of Capital*. In: RICHARDSON, John G. *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. New York: Greenwood, 1986, p. 241-258.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *La Reproduction: Éléments pour une théorie du système d'enseignement*. Paris: Minuit, 1970.

BRASIL. Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017. Regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 nov. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Decreto/D9199.htm. Acesso em: 10 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Cidadania. *Matriz de monitoramento de deslocamento (DTM) nacional sobre a população indígena refugiada e migrante venezuelana* [livro eletrônico]. Brasília, DF: Organização Internacional para as Migrações (OIM), 2021. Coordenação: Jennifer Alvarez. Acesso em: 10 abr. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/migrantes-refugiados-e-apatridas/publicacoes/DTMIndgena2Rodada2023.pdf>.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. *Políticas públicas para a inclusão de pessoas trans*. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/agosto/mapeamento-das-politicas-publicas-para-a-cidadania-lgbtqia-e-apresentado-a-gestores-e-sociedade>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Mulheres trans e travestis contam com atendimento especializado no SUS*. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/mulheres-trans-e-travestis-contam-com-atendimento-especializado-no-sus>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Saúde Integral LGBT*. 2013. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf. Acesso em: 25 jul. 2024.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. *Xenofobia: o ódio que divide o tecido social e incita violações de direitos contra povos e culturas*. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/agosto/xenofobia-o-odio-que-divide-o->

tecido-social-e-incita-violacoes-de-direitos-contr-povos-e-culturas. Publicado em: 26 ago. 2024. Acesso em: 18 set. 2024.

BRAVO, M. I. S.; MARTINELLI, M. L.; WANDERLEY, M. B. *Diversidade sexual e de gênero no contexto do capitalismo mundializado* [online]. SciELO em Perspectiva: Humanas, 2018. Disponível em: <https://humanas.blog.scielo.org/blog/2018/07/24/diversidade-sexual-e-de-genero-no-contexto-do-capitalismo-mundializado/>. Acesso em: 22 ago. 2024.

CADENA SER. *Trump restablece en todo su alcance la política de expulsión inmediata de inmigrantes*. Cadena SER, 22 jan. 2025. Disponível em: <https://cadenaser.com/nacional/2025/01/22/trump-restablece-en-todo-su-alcance-la-politica-de-expulsion-inmediata-de-inmigrantes-cadena-ser/>. Acesso em: 31 jan. 2025.

CANDIDO, Geovana Bernardes; JESUS, Ivy Paloma Pereira de; ROSSI, Maria Vitória Zulian. A inserção de mulheres transexuais no mercado de trabalho, 2022. Trabalho de conclusão de curso (Curso Técnico em Recursos Humanos) - Escola Técnica Estadual Prof. Ídio Zucchi - Bebedouro, SP, 2022.

CARBALLIDO, M. E. G. *Relatório final sobre a população jovem migrante venezuelana em Boa Vista, Brasil*. 2021. 144 f. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/pfdc/noticias/prevencao-de-atrocidades-em-massa-no-contexto-da-crise-migratoria-no-brasil-1>. Acesso em: 22 jul. 2023.

CÁRITAS. *Cáritas Brasil*. 2023. Disponível em: <https://www.caritas.org.br>. Acesso em: 18 jun. 2024.

CARRARA, S. Políticas e Direitos Sexuais no Brasil Contemporâneo. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, [S. l.], v. 4, n. 05, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2316>. Acesso em: 19 jun. 2024.

CARRERA-FERNÁNDEZ, M. V. et al. *Patrolling the boundaries of gender: beliefs, attitudes and behaviors toward trans and gender diverse people in Portuguese adolescents*. 2019. p. 40-56. DOI: <https://doi.org/10.1080/19317611.2019.1701170>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/19317611.2019.1701170>. Acesso em: 13 ago. 2024.

CARVALHO, Henrique Rabello de. *LGBTI refugees: the Brazilian case*. Forced Migration Review, 2021. Disponível em: <https://www.fmreview.org/decarvalho/>. Acesso em: 16 mar. 2024.

CARVALHO, Mônica Gurjão; NASCIMENTO, Clauber Silva do; PIRES, Thamires. A percepção de trabalhadoras sobre as políticas de gestão de diversidade organizacional: representatividade e pertencimento. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, [S. l.], v. 27, p. e195950, 2024. DOI: 10.11606/issn.1981-0490.cpst.2024.195950. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cpst/article/view/195950>. Acesso em: 25 fev. 2024.

CASA MIGA LGBT+. Disponível em: <https://www.casamiga.org.br>. Acesso em: 4 set. 2024.

CASA MIGA. *Conheça a Casa Miga*. 2024. Disponível em: <https://casamiga-modelo-frontend.netlify.app/conhecer>. Acesso em: 25 jul. 2024.

CASA MIGRANTE JACAMIM. Disponível em: <https://www.casamigrantemanaus.org.br>. Acesso em: 4 set. 2024.

CAVALCANTE NETO, A. S.; OLIVEIRA, M. A. de C.; EGRY, E. Y. *Vulnerability of Venezuelan immigrants living in Boa Vista, Roraima*. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 57, spe, e20230074, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2023-0074en>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/hsp4C3Hw7vmYLMgTmGCxmzc/?lang=pt#>. Acesso em: 20 fev. 2024.

COLPITTS, E.; GAHAGAN, J. *The utility of resilience as a conceptual framework for understanding and measuring LGBTQ health*. *Int. J. Equity Health*, 2016, v. 15, p. 60. DOI: 10.1186/s12939-016-0349-1. PMID: 27048319; PMCID: PMC4822231. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC4822231/>. Acesso em: 28 dez. 2023.

CONCI, Luiz Guilherme Arcaro; CAMPOS, Heloíse de Carvalho. Populismos atuais e Sul Global: uma amostra dos seus impactos em Brasil, Venezuela e México. *Opinión Jurídica*, Medellín, v. 21, n. 45, e22, dez. 2022. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-25302022000200022&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 ago. 2024.

COSTA, M.M.M. A transversalidade das políticas públicas na perspectiva de gênero. In: LEAL, R.G; REIS, J.R. (Org.). **Direitos sociais e políticas públicas: desafios contemporâneos**. Santa Cruz: EDUNISC, 2011.

DELFIM, Rodrigo Borges. *Refúgio e população LGBT: uma questão (in)visível*. 2017. Disponível em: <https://migramundo.com/refugio-e-populacao-lgbt-uma-questao-invisivel/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

DENZIN, N. K. *The research act: a theoretical introduction to sociological methods*. 1. ed. Routledge, 2009. DOI: <https://doi.org/10.4324/9781315134543>. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/mono/10.4324/9781315134543/research-act-norman-denzin>. Acesso em: 15 abr. 2024.

DIAS, Thaís Araújo; TASSIGNY, Monica Mota. *Das acepções dos direitos dos refugiados às vozes silenciadas nas políticas públicas*. 2023. DOI: <https://doi.org/10.5102/rbpp.v11i1.6666>. Disponível em: <https://www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/view/6666>. Acesso em: 09 jul. 2024.

DIL, G.; MOURA, A. A. L. DE.; COSTA, B. L. C. Explorando o paradoxo da migração LGBTI+: Análise do Brasil como destino e desafios de proteção. **Revista Direitos Culturais**, v. 18, n. 46, p. 81-96, 28 dez. 2023.

DORNELAS, P. D.; RIBEIRO, G. N. *Mulheres migrantes: invisibilidade, direito à nacionalidade e a interseccionalidade nas políticas públicas*. O Social em Questão, v. XXI, n. 41, p. 247-264, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://osocialequestao.ser.puc-rio.br>. Acesso em: 06 jun. 2022.

DUTRA, D. *Mulheres, migrantes, trabalhadoras: a segregação no mercado de trabalho*. REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana [Internet], v. 21, n. 40, p. 177–193, jan. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/emhu/a/SHpdGQt7Mdq3rw4KWvZkyzn/>. Acesso em: 07 ago. 2024.

EGLI-GANY, D. *et al. The social and structural determinants of sexual and reproductive health and rights in migrants and refugees: a systematic review of reviews*. East Mediterr Health J, 2021, v. 27, n. 12, p. 1203-1213. DOI: 10.26719/emhj.20.101. PMID: 35137389. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35137389/>. Acesso em: 18 fev. 2024.

EL ARAB, Rabie Adel; SOMERVILLE, Joel; ABUADAS, Fuad H.; RUBINAT-ARNALDO, Esther; SAGBAKKEN, Mette. Health and well-being of refugees, asylum seekers, undocumented migrants, and internally displaced persons under COVID-19: a scoping review. *Frontiers in Public Health*, v. 11, 2023. DOI: 10.3389/fpubh.2023.1145002. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/journals/public-health/articles/10.3389/fpubh.2023.1145002>. Acesso em: 22 ago. 2024.

EL PAÍS. *Trump barre la era Biden con una avalancha de decretos contra la inmigración, la agenda verde y la diversidad*. El País, 20 jan. 2025. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2025-01-20/trump-barre-la-era-biden-con-una-avalancha-de-decretos-contra-la-inmigracion-la-agenda-verde-y-la-diversidad.html>. Acesso em: 31 jan. 2025.

ENNES, Marcelo Alario; MORATO, Rosinadja; SANTOS, Caio Ferreira dos. Dois olhares sobre a migração internacional no nordeste brasileiro. **Cadernos CERU**, São Paulo, Brasil, v. 31, n. 2, p. 232–248, 2020. DOI: 10.11606/issn.2595-2536.v31i2p232-248. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/182172>. Acesso em: 22 set. 2024.

FAIR, F. *et al.* *Migrant women's experiences of pregnancy, childbirth and maternity care in European countries: a systematic review*. PLoS One, 2020, v. 15, n. 2, e0228378. DOI: 10.1371/journal.pone.0228378. PMID: 32045416; PMCID: PMC7012401. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32045416/>. Acesso em: 2 dez. 2023.

FAVERO, S. “Como atender travestis e pessoas trans?”: (des)cisgenerizando o cuidado em saúde mental. *Cadernos Pagu*, n. 66, e226613, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449202200660013>. Acesso em: 15 set. 2023.

FERNANDES, J. D. M.; ONUMA, F. M. S. *Mulheres em situação de refúgio: as mais vulneráveis dentre as vulneráveis, segundo a teoria da reprodução social*. Cadernos EBAPE.BR, v. 22, n. 2, e2023–0124, 2024. DOI: 10.1590/1679-395120230124. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/tzyzSVG5DhBKSXRNr4TsLMJ/>. Acesso em: 15 mar. 2023.

FERREIRA, B. de O.; NASCIMENTO, M. A construção de políticas de saúde para as populações LGBT no Brasil: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 10, p. 3825–3834, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320222710.06422022>. Acesso em: 26 out. 2024.

FILLER, T.; JAMEEL, B.; GAGLIARDI, A. R. *Barreiras e facilitadores do atendimento centrado no paciente para mulheres imigrantes e refugiadas: uma revisão de escopo*. BMC Public Health, v. 20, p. 1013, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1186/s12889-020-09159-6>. Disponível em: <https://bmcpublichealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12889-020-09159-6>. Acesso em: 22 nov. 2023.

FLEURY, A. *Understanding Women and Migration: A Literature Review*. 2016. Disponível em: <http://atina.org.rs/sites/default/files/KNOMAD%20Understaning%20Women%20and%20Migration.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2022.

FOGLIATTO, C. D. Quando elas migram: interseccionalidade em pesquisa com mulheres migrantes. *Revista Aedos*, [S. l.], v. 14, n. 31, p. 29–44, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/108429>. Acesso em: 15 jul. 2022.

FRANÇA, I. L.; FONTGALAND, A. Gênero, sexualidades e deslocamentos: notas etnográficas sobre imigrantes e "refugiados LGBTI" no Norte do Brasil. *REMHU: Revista*

Interdisciplinar da Mobilidade Humana, v. 28, n. 59, p. 49–68, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880005904>. Acesso em: 11 jun. 2023.

FREIRE, L. Em defesa da dignidade: moralidades e emoções nas demandas por direitos de pessoas transexuais. *Mana*, v. 26, n. 2, e262205, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-49442020v26n2a205>. Acesso em: 26 out. 2024.

FUCHS, JJB; HINING, APS; TONELI, MJF. Psicologia e cisnormatividade. *Psicologia & Sociedade*, [S.l.], v. 33, p. e220944, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33220944>. Acesso em: 31 jan. 2025.

FUNDAÇÃO PAN-AMERICANA PARA O DESENVOLVIMENTO (PADF). Disponível em: <https://www.padf.org>. Acesso em: 4 set. 2024.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA). Disponível em: <https://www.unfpa.org>. Acesso em: 4 set. 2024.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA). *Gender-transformative approaches to achieve gender equality and sexual and reproductive health and rights*. Technical Note. 2023. Disponível em: <https://www.unfpa.org/publications/gender-transformative-approaches-achieve-gender-equality-and-sexual-and-reproductive>. Acesso em: 26 jan. 2024.

FURTADO, C; PEREIRA, J. *Equidade e acesso aos cuidados de saúde*. Plano Nacional de Saúde (2012–2016). Lisboa: Escola Nacional de Saúde Pública, Universidade Nova de Lisboa, jul. 2010. Disponível em: <http://pns.dgs.pt/files/2010/08/EA1.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2023.

GABACCIA, D. R. Feminization of migration. In: *The Wiley Blackwell Encyclopedia of Gender and Sexuality Studies*. First published: 17 mar. 2016. p. 1–3. Print ISBN: 9781405196949. Online ISBN: 9781118663219. DOI: 10.1002/9781118663219. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/book/10.1002/9781118663219>. Acesso em: 12 ago. 2023.

GAY, LESBIAN & STRAIGHT EDUCATION NETWORK (GLSEN). *Providing inclusive services and care for LGBT people*. The National LGBT Health Education Center, 17 fev. 2016. Disponível em: <https://www.lgbtqihealtheducation.org/publication/learning-guide/>. Acesso em: 14 set. 2023.

GEHLEN, R. G. S.; LANGENDORF, T. F.; VIEIRA, L. B.; PADOIN, S. M. de M. Vulnerabilities of Venezuelan refugee women: violence and intersectional social relations.

Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 57, spe, e20220430, 2023. DOI: 10.1590/1980-220X-REEUSP-2022-0430en. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2022-0430en>. Acesso em: 18 jul. 2024.

GERGEN, M. M.; GERGEN, K. J. Qualitative inquiry: tensions and transformations. In: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. S. (Org.). *The Sage handbook of qualitative research*. 4. ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2011. Disponível em: https://www.swarthmore.edu/sites/default/files/assets/documents/kenneth-gergen/Qualitative_Inquiry_Tensions_and_Transformations.pdf. Acesso em: 15 maio 2023.

GIL-SALMERÓN, A.; KATSAS, K.; RIZA, E.; KARNAKI, P.; LINOS, A. Access to healthcare for migrant patients in Europe: healthcare discrimination and translation services. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 18, n. 15, p. 7901, 26 jul. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph18157901>. Acesso em: 18 ago. 2023.

GÓES, Eva Dayane Almeida de; BORGES, Adriana Vilas Bôas. Entre a cruz e a espada: múltiplas violências contra mulheres refugiadas. *SER Social*, [S. l.], v. 23, n. 49, p. 320, 2021. DOI: 10.26512/sersocial.v23i49.35871. Acesso em: 19 nov. 2023.

GONÇALVES, M. E. S. F.; BARBOSA, M. M.; ALEIXO, N. E.; PASSOS, X. S.; ROCHA, M. E. Políticas públicas de saúde para a comunidade LGBTQIAPN+ no Brasil: revisão bibliográfica. *Brazilian Journal of Health Review*, [S. l.], v. 7, n. 2, p. e67763, 2024. DOI: 10.34119/bjhrv7n2-014. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/67763>. Acesso em: 27 mar. 2024.

GONZÁLEZ-GARCÍA, M. R.; PENCHASZADEH, A. P. “¡Todo salía de mi vagina!”: Migración venezolana y trabajo sexual en clave singular. *Revista Estudos Feministas* [Internet], v. 32, n. 2, e91566, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2024v32n291566>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/7PWSHCDj4jmgRSkFJtChbsp/>. Acesso em: 21 out. 2024.

GORISCH, Patrícia. Direitos humanos e proteção dos refugiados LGBTI. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, Bauru, v. 5, n. 1, p. 97-110, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/468>. Acesso em: 22 mar. 2024.

GRANDE, Arthur Canival. A importância do petróleo na política externa da Venezuela no Governo Hugo Chávez. 2017. 25f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

GUIMARÃES, R. de C. P.; LORENZO, C. F. G.; MENDONÇA, A. V. M. Sexualidade e estigma na saúde: uma análise da patologização da diversidade sexual nos discursos de profissionais da rede básica. *Physis*, v. 31, n. 1, e310128, 2021. DOI: 10.1590/S0103-73312021310128. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312021310128>. Acesso em: 10 set. 2023.

HADZI-VASILEVA, Kristina; SAVOVSKA, Marija. *Increasing women's participation in the policy making processes on local level: manual for civil society organizations*. Strategic Development Consulting, Akcija Združenska. [S.l.]: UN Women, 2021. Disponível em: <https://eca.unwomen.org/en/digital-library/publications/2021/2/increasing-womens-participation-in-the-policy-making-processes>. Acesso em: 17 ago. 2023.

HANAUER, O. F. D.; HEMMI, A. P. A. Caminhos percorridos por transexuais: em busca pela transição de gênero. *Saúde em Debate*, v. 43, spe8, p. 91–106, 2019. DOI: 10.1590/0103-11042019S807. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S807>. Acesso em: 22 set. 2023.

HENTGES, B.; MARTINS, R. S.; SILVA, J. da R. P. da; HÜBNER, D. P. G.; LEAL, A. F.; TEIXEIRA, L. B.; KNAUTH, D. R.; VERAS, M. A. de S. M. Lifetime sexual violence among transgender women and travestis (TGW) in Brazil: prevalence and associated factors. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 27, e240013.supl.1, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720240013.supl.1>. Acesso em: 19 set. 2024.

HSIAO, Katherine T. Screening for cervical cancer in transgender men. *Transgender Care UCSF*, 17 jun. 2016. Disponível em: <https://transcare.ucsf.edu/guidelines/cervical-cancer>. Acesso em: 26 out. 2024.

HUSSAIN, D.; BHUSHAN, B. Posttraumatic growth experiences among Tibetan refugees: A qualitative investigation. *Qualitative Research in Psychology*, v. 10, p. 204-216, 2013.

INSTITUTO DE ADVOCACY E DIREITOS HUMANOS (IASC). *O gênero e o refúgio: as vulnerabilidades enfrentadas pelas mulheres refugiadas no Brasil*. 2023. Disponível em: <https://iasc.org.br/2023/04/o-genero-e-o-refugio-as-vulnerabilidades-enfrentadas-pelas-mulheres-refugiadas-no-brasil#:~:text=No%20ano%20de%202021%2C%20o,diferentes%2C%20as%20quais%20obtiveram%20o>. Acesso em: 13 set. 2023.

INSTITUTO MANA. Disponível em: <https://institutomana.org.br>. Acesso em: 4 set. 2024.

INSTITUTO TERRA TRABALHO E CIDADANIA (ITTC). *Migração, transexualidade e direitos*. 2019. Disponível em: <https://itcc.org.br/itcc-explica-migracao-transexualidade-direitos/>. Acesso em: 20 out. 2023.

IWAMOTO, S. J.; DEFREYNE, J.; ROTHMAN, M. S.; VAN SCHUYLENBERGH, J.; VAN DE BRUAENE, L.; MOTMANS, J.; T'SJOEN, G. Health considerations for transgender women and remaining unknowns: a narrative review. *Therapeutic Advances in Endocrinology and Metabolism*, v. 10, 30 ago. 2019. DOI: 10.1177/2042018819871166. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/2042018819871166>. Acesso em: 3 out. 2023.

JALIL, C.M. et al. The rising tide of HIV among young men who have sex with men in Brazil: insights from the Conectad@s study. *The Lancet Regional Health – Americas*, v. 36, p. 100798, 2024. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS2667-193X\(24\)00125-X/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS2667-193X(24)00125-X/fulltext). Acesso em: 12 set. 2024.

JAROCHINSKI-SILVA, J. C.; BAENINGER, R. O êxodo venezuelano como fenômeno da migração Sul-Sul. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 29, n. 63, p. 123–139, set. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006308>. Acesso em: 17 ago. 2023.

JESUS, M. K. M. R. de; MORÉ, I. A. A.; QUERINO, R. A.; OLIVEIRA, V. H. de. Experiências de mulheres transexuais no sistema de saúde: visibilidade em direção à equidade. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 27, e220369, 2023. DOI: 10.1590/interface.220369. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.220369>. Acesso em: 15 set. 2023.

JOURIAN, T. J. *What are the connections between transphobia, racism and sexual violence?* 2023. Disponível em: <https://www.nsvrc.org/blogs/saam/what-are-connections-between-transphobia-racism-and-sexual-violence>. Acesso em: 11 ago. 2023.

KEYGNAERT, I.; GUIEU, A.; OOMS, G.; VETTENBURG, N.; TEMMERMAN, M.; ROELENS, K. Sexual and reproductive health of migrants: does the EU care? *Health Policy*, v. 114, n. 2-3, p. 215-225, fev. 2014. DOI: 10.1016/j.healthpol.2013.10.007. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.healthpol.2013.10.007>. Acesso em: 12 set. 2023.

KOSMINSKY, E. V. Por uma etnografia feminista das migrações internacionais: dos estudos de aculturação para os estudos de gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 15, n. 3, p. 773–804, set. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000300016>. Acesso em: 15 set. 2023.

LACERDA, Gustavo; BAÍÁ, Camila. Mulheres migrantes e trabalho doméstico no Brasil e no mundo. *Cadernos de Direito*, v. 19, p. 91-109, 2020. DOI: 10.15600/2238-1228/cd.v19n36p91-109. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/346759235_Mulheres_migrantes_e_trabalho_domestico_no_Brasil_e_no_mundo. Acesso em: 22 set. 2023.

LEITE, B. O.; MAGNO, L.; SOARES, F.; MACCARTHY, S.; BRIGNOL, S.; BASTOS, F. I.; DOURADO, I. HIV prevalence among transgender women in Northeast Brazil - findings from two respondent driven sampling studies. *BMC Public Health*, v. 22, n. 1, p. 2120, 18 nov. 2022. DOI: 10.1186/s12889-022-14589-5. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12889-022-14589-5>. Acesso em: 10 out. 2023.

LENCI, Livia De Felice (Org.). *Manual de atendimento jurídico a migrantes e refugiados*. Coordenação: Natália Maciel, Marcelo Torelly, João Chaves. Brasília, DF:

OIM - Organização Internacional para as Migrações, 2022. 598 p. ISBN 978-65-87187-13-6. Disponível em: <https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd1496/files/documents/Manual%20de%20Atendimento%20Jur%C3%ADdico%20-%20Volume%20%C3%9Anico.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

LIMA, R. R. T. de; FLOR, T. B. M.; NORO, L. R. A. Systematic review on health care for transvestites and transsexuals in Brazil. **Revista de Saúde Pública**, v. 57, p. 19, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2023057004693>.

LINO, Adriane Cristiane Lopes; DUQUE, Tiago. Experiências de “camuflagem” de gênero: pessoas trans e o uso do nome social em uma universidade pública no Centro-Oeste brasileiro. *Série-Estudos*, Campo Grande, v. 27, n. 59, p. 261-283, jan. 2022. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-19822022000100261&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 nov. 2023.

LÔNDERO, Milena Cramar; REIS, Ana Gabrieli; MEWES, Emily Emanuele Franco. *Violência contra pessoas trans no Brasil: como romper com o “cis-tema”?* Perspectivas Sociais, Pelotas, v. 10, n. 01, p. 199-221, 2024. ISSN 2317-7438. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/percsoc/article/download/27346/20041/>. Acesso em: 29 jul. 2024.

LOPES, R.; CARDOSO, G. C. P.; AMORIM, T. R. de; SANTOS, J. B. dos. Avaliação do acesso ao acolhimento à população LGBTQIA+ por parte dos profissionais de saúde de um Centro Municipal de Saúde no Rio de Janeiro. *Saúde em Debate*, v. 47, spe1, e9045, 2023. DOI: 10.1590/2358-28982023E19045P. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2358-28982023E19045P>. Acesso em: 05 set. 2023.

LOPEZ, N.; GADSDEN, V. L. Desigualdades em saúde, determinantes sociais e interseccionalidade. *NAM Perspectives*, Documento de discussão, National Academy of Medicine, Washington, DC, 2016. DOI: 10.31478/201612a. Disponível em: <https://doi.org/10.31478/201612a>. Acesso em: 15 set. 2023.

MACEDO, M. M. K. A (in)visibilidade do outro: reflexões sobre refúgio e migração. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 42, e239394, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003239394>. Acesso em: 02 jan. 2024.

MACIEL, P. C. O confronto das lógicas Warao e Ocidental: a construção de políticas públicas de atenção a refugiados em contexto de interculturalidade no estado do Maranhão. In: 6ª Reunião Equatorial de Antropologia - REA, 2020, Salvador - BA. Anais da 6ª Reunião Equatorial de Antropologia - REA. Tema: diversidades, adversidades e resistências. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Faculdade de Filosofia e Ciências e Humanas, Universidade, 2020. v. 3. p. 683-693.

MAGNO, Laio; *et al.* Discrimination based on gender identity against transgender women and travestis in Brazil: a latent class analysis and associated factors. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 27, supl. 1, e240012.supl.1, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720240012.supl.1>. Acesso em: 26 out. 2024.

MARCUS, R. *et al.* Transgender women experiencing homelessness - National HIV behavioral surveillance among transgender women, seven urban areas, United States, 2019-2020. *MMWR Suppl.*, 2024, v. 73, n. 1, p. 40-50. DOI: 10.15585/mmwr.su7301a5. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38261599/>. Acesso em: 21 out. 2024.

MARINUCCI, R. Pessoas migrantes e refugiadas LGBTI. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 28, n. 59, p. 7–13, ago. 2020. DOI: 10.1590/1980-85852503880005901. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880005901>. Acesso em: 15 set. 2023.

MARTINO, Andressa Alves; MOREIRA, Julia Bertino. A política migratória brasileira para venezuelanos: do “rótulo” da autorização de residência temporária ao do refúgio (2017–2019). *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, v. 28, n. 60, p. 151-166, dez. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-85852503880006009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/y9fvzzb4ZHptYRRqSqPgKsz/?format=pdf>. Acesso em: 29 jul. 2024.

MCAULIFFE, M.; KHADRIA, B.; BAULOZ, C. *World migration report 2020*. Geneva: International Organization for Migration, 2019. Disponível em: <https://worldmigrationreport.iom.int/wmr-2020-interactive/>. Acesso em: 13 set. 2023.

MCNAIR, Ruth; *et al.* *LGBTQIA+ refugee & asylum seekers*. Pride Foundation Australia, 2022. Disponível em: <https://pridefoundation.org.au/key-area-lgbtqia-refugee-asylum-seekers/>. Acesso em: 15 set. 2023.

MENDES, A.A.; BRASIL, D.R. **A Nova Lei de Migração Brasileira e sua Regulamentação da Concessão de Vistos aos Migrantes**. Revista Sequência, Florianópolis, n. 84, p. 64-88, abr. 2020. DOI: 10.5007/2177-7055.2020v43n84p64.

MENDES, Liliana; MORGADO, Elsa Gabriel; LEONIDO, Levi. Inclusão social de pessoas transgênero em esportes intercolégiais — uma revisão de escopo. *Ciências Sociais*, v. 12, n. 6, p. 335, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/socsci12060335>. Acesso em: 16 out. 2023.

MENESES, Cleber Souza; ENNES, Marcelo Alario. **Chegadas e partidas da “Diáspora Trans”: processos migratórios e trânsitos de gênero entre mulheres trans e travestis**. *Revista Periódicus*, Salvador, v. 2, n. 19, p. 73-101, jul.-dez. 2023.

MENEZES, H. S. Gênero e sexualidade no contexto migratório. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA DA UFS, 3., 2020, São Cristóvão, SE. Anais [...]. São Cristóvão, SE: PPGS/UFS, 2020.

MICHAELIS. *Michaelis: moderno dicionário da língua portuguesa*. 4. ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 2016. 992 p. (Coleção Dicionário Escolar). ISBN 978-85-06-07846-4.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2017.

MIRANDA, S. C. de; PORTUGUEIS, D. Expressões da pandemia: metamorfoses e possibilidades de mulheres migrantes. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica**, [S. l.], v. 6, n. 18, p. 702–719, 2021. DOI: 10.31892/rbpab2525-426X.2021.v6.n18.p702-719. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/9204>. Acesso em: 28 jan. 2024.

MISKOLCI, Richard *et al.* Desafios da saúde da população LGBTI+ no Brasil: uma análise do cenário por triangulação de métodos. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 27, n. 10, p. 3815-3824, out. 2022. FapUNIFESP (SciELO).

MONTEIRO, Dhiego. *Como é o acesso à saúde pública para pessoas trans no Brasil?* FIOCRUZ. Disponível em: [https://www.invivo.fiocruz.br/saude/saude-publica-para-pessoas-trans/#:~:text=Adequa%C3%A7%C3%A3o%20do%20corpo%20%C3%A0%20identidade,%C3%A9Anico%20de%20Sa%C3%BAde%20\(SUS\)](https://www.invivo.fiocruz.br/saude/saude-publica-para-pessoas-trans/#:~:text=Adequa%C3%A7%C3%A3o%20do%20corpo%20%C3%A0%20identidade,%C3%A9Anico%20de%20Sa%C3%BAde%20(SUS).). Publicado em: 27 jun. 2024. Acesso em: 26 nov. 2024.

MORAES, C.; SILVA, F. Desafios documentais para mulheres trans migrantes no Brasil: um estudo sobre barreiras e soluções. *Revista de Estudos Migratórios*, v. 10, n. 2, p. 45-60, 2022.

MORAIS, M.S. *et al.* Migração: saúde reprodutiva e estereótipo. **Cadernos Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 29, n. , p. 86-91, 2021. FapUNIFESP (SciELO).

MOTA, M.; SANTANA, A. D. da S.; SILVA, L. R. e; MELO, L. P. de. “Clara, esta sou eu!” Nome, acesso à saúde e sofrimento social entre pessoas transgênero. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 26, e210017, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.210017>. Acesso em: 26 out. 2024.

NEMATY, A.; NAMER, Y.; RAZUM, O. LGBTQI+ refugees’ and asylum seekers’ mental health: a qualitative systematic review. *Sexuality Research and Social Policy*, v. 20, p. 636–663, 2023. DOI: 10.1007/s13178-022-00705-y. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s13178-022-00705-y>. Acesso em: 15 set. 2023.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS (OBMigra). *Relatório anual 2020: a situação dos refugiados venezuelanos no Brasil*. 2020. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/OBMigra_RELAT%C3%93RIO_ANUAL_2020.pdf. Acesso em: 16 mar. 2023.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). *Working together for local integration of migrants and refugees*. OECD Regional Development Studies. OECD Publishing, 2022. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/working-together-for-local-integration-of-migrants-and-refugees_9789264085350-en. Acesso em: 1 ago. 2024.

OLIVEIRA, C. R. *Indicadores de integração de imigrantes: relatório estatístico anual 2020*. 1. ed. Imigração em Números – Relatórios Anuais, v. 5. Lisboa: Observatório das Migrações, 2020.

OLIVEIRA, G. T. M.; SEVERO, D. O.; HOEFEL, M. da G. L. *Políticas públicas e acesso à saúde de migrantes e refugiados durante a pandemia da COVID-19: perspectiva global comparada*. REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, v. 32, e321966, 2024. DOI: 10.1590/1980-85852503880003220. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/6QZtXXTW3QJqhsT5tcXM7L/#ModalHowcite>. Acesso em: 21 out. 2024.

OLIVEIRA, J. S. A. de; SILVA, M. M. da; MENDES, M.; PIRES, D. E. P. de. Refugees and access to employment in Brazil: implications for health and sociability. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 57, supl., e20230029, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2023-0029en>. Acesso em: 26 out. 2024.

OLIVEIRA, M.; LIMA, F. Parcerias institucionais e inclusão de mulheres trans no mercado de trabalho. *Revista Brasileira de Estudos de Gênero*, v. 14, n. 1, p. 112-128, 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). Disponível em: <https://www.iom.int>. Acesso em: 4 set. 2024.

_____. *IOM Global Migration Data Analysis Centre Annual Report 2020*. 2020.

_____. *Relatório sobre a situação dos refugiados venezuelanos em Roraima*. 2022. Disponível em: <https://www.iom.int/relatorio-refugiados-roraima-2022>. Acesso em: 29 jul. 2024.

_____. *Relatório sobre a situação dos refugiados venezuelanos em Roraima*. 2022.

_____. MINISTÉRIO DA CIDADANIA; GOVERNO DO MARANHÃO. *Matriz de Monitoramento de Deslocamento (DTM) de indígenas Warao no Maranhão*. Março 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Sexual and reproductive health and research (SRH)*. Disponível em: [https://www.who.int/teams/sexual-and-reproductive-health-and-research-\(srh\)/overview](https://www.who.int/teams/sexual-and-reproductive-health-and-research-(srh)/overview). Acesso em: 21 jun. 2024.

PANIZA, M. D. R.; MORESCO, M. C. *À margem da gestão da diversidade? Travestis, transexuais e o mundo do trabalho*. *Revista de Administração de Empresas*, v. 62, n. 3, e2021-0031, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-759020220305>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/Ym7PXfFgJrm4nKgnNfbZW7P/#>. Acesso em: 01 ago. 2024.

PASSOS, Lucas Ezequiel Souza; SANTOS, Marina Rocha dos. *Dificuldades enfrentadas por pessoas trans no Brasil durante o processo de alteração legal de seus nomes*. 2021. Disponível em: <https://www.machadomeyer.com.br/en/recent-publications/publications/institutional/difficulties-faced-by-transgender-people-in-brazil-during-the-process-of-legally-changing-their-names>. Acesso em: 10 out. 2023.

PEARCE, Ruth. Advocacy and Community Mobilization for Sustainable Funding. *Community Development Journal*, v. 57, n. 2, p. 187-204, 2022.

PEDRA, C. B.; SOUZA, E. C.; RODRIGUES, R. V. A.; SILVA, T. S. A. Políticas públicas para inserção social de travestis e transexuais: uma análise do programa "Transcidadania". *Revista de Ciências do Estado*, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 170-199, 2018. DOI:

10.35699/2525-8036.2018.5091. Disponível em:
<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revise/article/view/e5091>. Acesso em: 20 mar. 2024.

PEREIRA, B. C. S.; LEMOS, S. T. de F. O trabalho do/a assistente social no atendimento à população transgênero e travesti. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 142, p. 529–548, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.263>. Acesso em: 01 jan. 2024.

PINHEIRO, Ester. *Beyond the Land of 'Cordiality': Brazil kills the most trans people in the world*. Pulitzer Center, 2021. Disponível em: <https://pulitzercenter.org/projects/beyond-land-cordiality-brazil-kills-most-trans-people-world>. Acesso em: 21 fev. 2023.

PONCE, F. A. U.; COLLADO, V. G. *TRANSito Livre: pessoas trans imigrantes e refugiadas*. 2024. Disponível em: <https://integraversidade.com.br/transito-livre-pessoas-trans-imigrantes-e-refugiadas/>. Acesso em: 19 fev. 2024.

POLITICO. *Trump paves way for immigration officials to deport migrants Biden allowed into US legally*. Politico, 24 jan. 2025. Disponível em:
<https://www.politico.com/news/2025/01/24/trump-immigration-order-deport-00200550>.
 Acesso em: 31 jan. 2025.

PROGRAMA CONJUNTO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE HIV/AIDS (UNAIDS).
 Disponível em: <https://www.unaids.org>. Acesso em: 4 set. 2024.

_____. *The humanitarian activist supporting Venezuelan migrants living with HIV in Brazil*. 2023. Disponível em:
https://www.unaids.org/en/resources/presscentre/featurestories/2021/august/20210823_nilsa.
 Acesso em: 21 nov. 2023.

RAFAEL, R. de M. R.; SANTOS, H. G. de S.; CARAVACA-MORERA, J. A.; WILSON, E. C.; BREDÁ, K. L. Inclusão ou ilusão da identidade de gênero no país com o maior número de assassinatos de transgêneros: um ensaio crítico brasileiro. *Escola Anna Nery*, v. 27, e20230117, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2023-0117pt>. Acesso em: 24 set. 2023.

RAMOS, A. S. M. B.; TAQUETTE, S. R. Factors associated with the quality of life transgender people: an integrative review. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 11, n. 13, p. e548111336038, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i13.36038. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/36038>. Acesso em: 23 fev. 2024.

RAMOS, André, et al. (Orgs.). **25 anos da Lei Brasileira de Refúgio: perspectivas e desafios**. Brasília, DF: ACNUR, 2022. 598 p.

REDE CÁRITAS – Projeto Orinoco. Disponível em: <https://www.caritas.org>. Acesso em: 4 set. 2024.

RÉGIO, B. de A.; ALENCAR, R. V. de; OLIVEIRA, M. C. A divulgação de práticas corporativas voltadas para a inclusão da população LGBTI. *Revista Direito GV*, v. 18, n. 2, e2218, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6172202218>. Acesso em: 12 ago. 2023.

REISNER, S. L.; PARDO, S. T.; GAMAREL, K. E.; HUGHTO, J. M. W.; PARDEE, D. J.; KEO-MEIER, C. L. Substance use to cope with stigma in healthcare among US female-to-male trans masculine adults. *LGBT Health*, 2023.

RIBEIRO, J. C. *O outro cultural: migrantes, refugiadas e a vítima da violência de gênero*. Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro), n. 38, e22310, 2022. DOI: 10.1590/1984-6487.sess.2022.38.e22310.a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/GpdYvQjgSNd9Hc5WwdrD4YF/#ModalHowcite>. Acesso em: 21 out. 2024.

RIGOLON, M.; CARLOS, D. M.; OLIVEIRA, W. A. de; SALIM, N. R. “Health does not discuss trans bodies”: oral history of transsexuals and transvestites. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 73, e20190228, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0228>. Acesso em: 01 dez. 2023.

ROBINSON, O. C. Sampling in interview-based qualitative research: a theoretical and practical guide. *Qualitative Research in Psychology*, v. 11, n. 1, p. 25–41, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1080/14780887.2013.801543>. Acesso em: 06 jun. 2023.

ROCHA-JIMENEZ, T.; BROUWER, K. C.; SALAZAR, M.; BOYCE, S. C.; SERVIN, A. E.; GOLDENBERG, S. M.; STAINES-OROZCO, H.; VERA-MONROY, R. B.; SILVERMAN, J. G. "He invited me and didn't ask anything in return": migration and mobility as vulnerabilities for sexual exploitation among female adolescents in Mexico. *International Migration*, v. 56, n. 2, p. 5-17, abr. 2018. DOI: 10.1111/imig.12333. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/imig.12333>. Acesso em: 12 mar. 2023.

ROCON, P. C.; BARROS, M. E.; SODRÉ, F.; RODRIGUES, A. O reconhecimento e o aparecimento público como determinantes para a saúde: diálogos com mulheres transexuais e trabalhadores(as) da saúde. *Saúde e Sociedade*, v. 31, n. 2, e210356pt, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902022210356pt>. Acesso em: 27 mar. 2024.

ROCON, P. C.; WANDEKOKEN, K. D.; BARROS, M. E. B. de; DUARTE, M. J. O.; SODRÉ, F. Acesso à saúde pela população trans no Brasil: nas entrelinhas da revisão integrativa. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 18, n. 1, e0023469, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00234>. Disponível em: Acesso em: 15 set. 2022.

SAFER, Joshua D.; COLEMAN, Eli; FELDMAN, Jamie; GAROFALO, Robert; HEMBREE, Wylie; RADIX, Asaf; SEVELIUS, Jaeg. Barriers to healthcare for transgender individuals. *Current Opinion in Endocrinology & Diabetes and Obesity*, v. 23, n. 2, p. 168-171, abr. 2016. DOI: 10.1097/MED.0000000000000227. Disponível em: https://journals.lww.com/co-endocrinology/abstract/2016/04000/barriers_to_healthcare_for_transgender_individuals.14.aspx. Acesso em: 09 ago. 2023.

SANTOS, L.; MOREIRA, T. A. A Segregação em Abrigos como Reflexo da Discriminação Estrutural: Uma Análise Crítica. *Revista de Estudos de Gênero*, v. 12, n. 2, p. 145-160, 2020.

SANTOS, M. F.; MULLER, L. J. Migração e inserção no mercado de trabalho decente: o trabalho doméstico informal como destino das mulheres migrantes no Brasil. 2019. (Apresentação de Trabalho/Seminário). Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/AnaisDirH/article/download/5795/5209/15337>. Acesso em: 26 fev. 2023.

SATO, B. de O.; AQUIAMA, T.; BÉRGAMO, L. DIFICULDADES DE EMPREGO DE PESSOAS TRANSEXUAIS NO BRASIL. **Revista OWL (OWL Journal) - REVISTA INTERDISCIPLINAR DE ENSINO E EDUCAÇÃO**, [S. l.], v. 2, n. 5, p. 244–260, 2024. DOI: 10.5281/zenodo.13976864. Disponível em: <https://revistaowl.com.br/index.php/owl/article/view/320>. Acesso em: 26 set. 2024.

SCOTT, Joan. *Gender: A useful category of historical analysis*. In: SCOTT, Joan W. (Ed.). *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press, 1995. p. 28-50.

SEAS-AM. Casa do Migrante Jacamim acolhe pessoas em trânsito em situação de vulnerabilidade. 10 fev. 2020. Disponível em: <https://www.seas.am.gov.br/casa-do-migrante-jacamim-acolhe-pessoas-em-transito-em-situacao-de-vulnerabilidade/>. Acesso em: 16 set. 2024.

SEILER-RAMADAS, R.; MARKOVIC, L.; LLOP MEDINA, L.; BAROS, S.; BAJKUSA, M.; HORVAT, M.; SMITH, L.; MCDERMOTT, D.; GRABOVAC, I. Strategies to challenge discrimination and foster inclusivity for LGBT+Q+ youth in workplaces: a qualitative exploratory study in six European countries. *European Journal of Public Health*, v. 31, supl. 3, 2021.

SELLES, B. R. S.; ALMEIDA, P. F. de; AHMAD, A. F.; LEMOS, A.; RIBEIRO, C. R. Redes sociais de apoio às pessoas trans: ampliando a produção de cuidado. *Saúde em Debate*, v. 46, spe6, p. 148–161, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E613>. Acesso em: 23 set. 2024.

SERRA, R. B.; BASSICHETTO, K. C.; COSTA, M. P. B.; NEVES, D. B. S.; BACURI, R.; BARROS, C.; BENZAKEN, A. S.; VERAS, M. A. S. M. Prevalência de HIV entre travestis e mulheres transexuais em situação de vulnerabilidade social – Manaus, Amazonas, 2020-2021. **BEPA. Boletim Epidemiológico Paulista**, São Paulo, v. 20, p. e38963, 2023. DOI: 10.57148/bepa.2023.v.20.38963. Disponível em: <https://periodicos.saude.sp.gov.br/BEPA182/article/view/38963>. Acesso em: 29 set. 2024.

SILVA, A.H.; FOSSÁ, M.I.T. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Dados em Big Data**, v. 1, n. 1, p. 23- 42, 2017.

SILVA, E. Z. da; KAUCHAKJE, S. Governança global das migrações internacionais: um caminho possível? *Interações (Campo Grande)*, v. 24, n. 3, p. 1039–1056, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/inter.v24i3.3754>. Acesso em: 15 set. 2023.

SILVA, Fernanda Priscila Alves da. *Movimento social de prostitutas no Brasil e a luta contra a putafobia: por uma pedagogia da batalha e decolonial*. *Rev. Fac. Dir. | Uberlândia, MG*, v. 51, n. 1, p. 750-770, jan./jun. 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.14393/RFADIR-51.1.2023.68410>. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistafadir/article/view/68410>. Acesso em: 21 out. 2024. ISSN 2178-0498.

SILVA, I. C. B. da *et al.* Gender violence perpetrated against trans women. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 75, e20210173, 2022.

SILVA, L. G. *et al.* Identidade de gênero e prostituição: uma análise das práticas e sobrevivência na Amazônia. *Revista de Estudos Amazônicos*, v. 15, n. 2, 2023.

SILVA, Luma Andrade da; FERRARI, Angélica. Cidadania trans: desafios para a garantia dos direitos de pessoas trans no Brasil. *Revista Direito e Práxis*, v. 11, n. 3, p. 1633-1661, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/JfQ7vBzYNWBwhQX3fCnLYSz/?lang=pt>. Acesso em: 22 set. 2023.

SILVA, M. A. da; LUPPI, C. G.; VERAS, M. A. de S. M. *Trabalho e saúde na população transexual: fatores associados à inserção no mercado de trabalho no estado de São Paulo, Brasil*. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 5, p. 1723–1734, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020255.33082019>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/DbBMCHS9t6QMC5YtYSQnCpP/?lang=pt#>. Acesso em: 20 dez. 2023.

SILVA, M. da; GUIMARÃES, E. da F. Estudo comparativo das políticas públicas de direitos humanos LGBTs do Uruguai e Brasil. *Revista Sociais e Humanas*, [S. l.], v. 30, n. 3, 2017. DOI: 10.5902/2317175828458. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/28458>. Acesso em: 15 set. 2023.

SILVA, Maria Aparecida da; LUPPI, Carla Gianna; VERAS, Maria Amélia de Sousa Mascena. Trabalho e saúde na população transexual: fatores associados à inserção no mercado de trabalho no estado de São Paulo, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 5, p. 1723-1734, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020255.33082019>. Acesso em: 15 set. 2023.

SILVA, Maria; ALBUQUERQUE, José. "Acolhimento Humanitário: Experiências e Desafios no Brasil." *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 15, n. 3, p. 89-104, 2021.

SILVA, R.; PEREIRA, M.; ALMEIDA, T. *A saúde das mulheres trans em situação de rua no Brasil*. SciELO, 2023.

SILVA, R.A. da *et al.* Uso de hormônios não prescritos na modificação corporal de travestis e mulheres transexuais de Salvador/Bahia, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 2, p. 503-514, fev. 2022.

SIQUEIRA, Marina Afonso; ANTONUCCI, Nathália Fonseca. *As fronteiras do não-lugar*. LGBT+Movimento, 2021. Disponível em: <https://data.unhcr.org/en/documents/details/86360>. Acesso em: 27 jun. 2024.

SMITH, J.; BROWN, K.; WILSON, L. Collaborative efforts in refugee protection: A case study of UNHCR and UNFPA initiatives. *Journal of International Human Rights*, v. 12, n. 2, p. 100-115, 2019.

SOARES, M.A. *et al.* Brazilian response to the Venezuelan humanitarian crisis: operation acolhida as a politics of hope. **Contexto Internacional**, [S.L.], v. 45, n. 1, p. 1-21, abr. 2023. FapUNIFESP (SciELO).

SOBREIRA, J.V.B. *et al.* Migração, refúgio e saúde sexual e reprodutiva de mulheres na América Central, Sul e EUA: revisão integrativa. **Research, Society And Development**, [S.L.], v. 10, n. 16, p. 1-19, 17 dez. 2021.

SOUZA, L.; RAMOS, P. Políticas Públicas e Inclusão Social: O Desafio dos Abrigos Segregados. *Revista Brasileira de Direitos Humanos*, v. 19, n. 2, p. 112-128, 2023.

SPADIM, Bárbara Cristina de Léo; MENDONÇA, Carolina Siqueira; CYRINO, Eliana Goldfarb. “O nome era de homem, mas era um corpo de mulher”: a população transexual na Estratégia Saúde da Família. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 28, e220566, 2024. DOI: 10.1590/interface.220566. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.220566>. Acesso em: 26 ago. 2024.

STAKE, Robert E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Penso Editora, 2016.

STARRS, A.M.; *et al.* Accelerate progress—sexual and reproductive health and rights for all: report of the Guttmacher–Lancet Commission. *The Lancet*, v. 391, n. 10140, p. 2642–2692, 2018.

STELZER, J.; KYRILLOS, G. M. *Inclusão da interseccionalidade no âmbito dos direitos humanos*. Rev. Direito Práx [Internet], v. 12, n. 1, p. 237–262, jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/44747>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/ccVJTdKcSWtVxdpmVPjkwZx/#>. Acesso em: 21 jul. 2024.

STRANG, Alison B.; QUINN, Neil. Integration or isolation? Refugees’ social connections and wellbeing. *Journal of Refugee Studies*, v. 34, n. 1, p. 328–353, mar. 2021.

TEIXEIRA, F. *These trans women are helping rescue trafficking survivors in Brazil*. Human Trafficking Search, 2019. Disponível em: <https://www.globalcitizen.org/de/content/transgender-women-trafficking-victims-brazil/>. Acesso em: 14 mar. 2023.

TEIXEIRA, Marcelo Augusto de Almeida. “Metronormatividades” nativas: migrações homossexuais e espaços urbanos no Brasil. *No truque: perspectivas queer tropicais – Dossiê*, v. 4, n. 1, 2015. DOI: <https://doi.org/10.46269/4115.8>.

TERRAS, Melody M.; HENDRY, Gillian; JARRET, Dominic. The challenges of safety and community integration for vulnerable individuals. *Safety*, v. 5, n. 4, p. 85, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/safety5040085>. Acesso em: 03 set. 2023.

TESSER JUNIOR, Z. C.; PAIM, M. B.; SELAU, B. L.; BORTOLI, F. R.; KOVALESKI, D. F. A invisibilidade das pessoas LGBT no acesso à saúde. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 22, e2743254, 2024. DOI: 10.1590/1981-7746-ojs2743. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs2743>. Acesso em: 12 set. 2023.

TRANSGENDER EUROPE (TGEU). *Trans murder monitoring: update 2020*. Disponível em: <https://www.tgeu.org/trans-murder-monitoring/>. Acesso em: 16 fev. 2023.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo, SP: Atlas. 1987.

TURBAN, J. L.; KING, D.; KOBE, J.; REISNER, S. L.; KEUROGHLIAN, A. S. Access to gender-affirming hormones during adolescence and mental health outcomes among transgender adults. *PLOS ONE*, v. 17, n. 1, e0261039, 2022. DOI: 10.1371/journal.pone.0261039. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0261039>. Acesso em: 15 set. 2023.

UEBEL, R.R.G.; RALDI, A. **A migração de mulheres venezuelanas para o Brasil durante a pandemia da Covid-19: desafios políticos, laborais e sociais**. Revista Estudos Legislativos, Porto Alegre, n. especial, p. 42-61, 2021.
UNFPA. *Normas mínimas interagências para a programação sobre violência baseada no gênero em emergências*. 2019. 23 jul. 2021. Disponível em: <https://gbvaor.net/node/1109>. Acesso em: 21 out. 2024.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). *Poverty and unemployment: main drivers of human trafficking in Brazil*. 2023. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/en/frontpage/2021/09/poverty-and-unemployment-main-drivers-of-human-trafficking-in-brazil.html>. Acesso em: 15 jul. 2023.

VALADIER, C. *Migration and sex work through a gender perspective*. Contexto Internacional [Internet], v. 40, n. 3, p. 501–524, set. 2018. DOI: 10.1590/S0102-8529.2018400300005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/PmFFGNRgBRDQhvwTWmxHsvyJ/?lang=en#>. Acesso em: 21 out. 2024.

VAZ, A. C. A crise venezuelana como fator de instabilidade regional: perspectivas sobre seu transbordamento nos espaços fronteiriços. **Centro de Estudos Estratégicos do Exército: Análise Estratégica**, v. 3, n. 3, p. 1-7, 6 fev. 2017.

VERONEZE, R. T. Vulnerabilidades das travestis e das mulheres trans no contexto pandêmico. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 316–325, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e83737>. Acesso em: 20 jul. 2023.

VIEIRA, Mariana; ARAÚJO, Raíssa; MEDEIROS, Danuta. As dificuldades enfrentadas pela população trans no acesso aos serviços de saúde: uma revisão integrativa de literatura.

Research, Society and Development, v. 11, e276111235019, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i12.35019.

WATERS, Jaret. *Fighting gender-based violence in Brazil*. Wilson Center, 2021. Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/article/fighting-gender-based-violence-brazil>. Acesso em: 18 ago. 2023.

WICKRAMAGE, K.; ANNUNZIATA, G. Advancing health in migration governance, and migration in health governance. *The Lancet*, v. 392, n. 10164, p. 2528-2530, 2018. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(18\)32855-1](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(18)32855-1). Acesso em: 26 out. 2024.

WILSON, E.; JALIL, E. M.; TURNER-MOORE, R. Data to Action – advancing research on violence against trans women around the globe. *Frontiers in Public Health*, 2021. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/research-topics/56194/data-to-action---advancing-research-on-violence-against-trans-women-around-the-globe>. Acesso em: 12 jul. 2023.

WIRTZ, A. L.; POTEAT, T. C.; MALIK, M.; GLASS, N. Gender-based violence against transgender people in the United States: a call for research and programming. *Trauma, Violence, & Abuse*, v. 21, n. 2, p. 227-241, abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1524838018757749>. Acesso em: 07 mar. 2023.

XAVIER, T. P. de O.; VIANNA, C. A educação de pessoas trans*: relatos de exclusão, abjeção e luta. *Educação & Realidade*, v. 48, e124022, 2023. DOI: 10.1590/2175-6236124022vs01. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-6236124022vs01>. Acesso em: 10 jan. 2023.

YAMADA, Erika; TORELLY, Marcelo (Orgs.). **Aspectos jurídicos da atenção aos indígenas migrantes da Venezuela para o Brasil**. Brasília: Organização Internacional para as Migrações (OIM), Agência das Nações Unidas para as Migrações, 2018. 132 p. ISBN 978-85-94066-03-9.

ZAPATA, G. P.; PRIETO ROSAS, V. Structural and contingent inequalities: the impact of COVID-19 on migrant and refugee populations in South America. *Bulletin of Latin American Research*, v. 39, p. 16-22, 2020. DOI: 10.1111/blar.13181. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/blar.13181>. Acesso em: 06 set. 2023.

APÊNDICE A - Questionário de perfil sociodemográfico



UNIVERSIDADE DE SOUTHAMPTON
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

APÊNDICE II

Necessidades e Desafios Relativos à Saúde Sexual e Reprodutiva de Mulheres Adultas e Adolescentes Migrantes (ReGHID)

QUESTIONÁRIO DE PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO PROFISSIONAIS DE SAÚDE / MEMBROS DE ONG / OUTROS INFORMANTES

() Boa Vista () Manaus () São Luís

() Profissionais de saúde () ONG () Outro informante

1. Nome do entrevistado:		CÓD:
2. Nome da instituição que trabalha/representa:		
3. Tempo de trabalho:		
4. Tempo de trabalho com migrantes/refugiados:		
4. Gênero (1) Masculino (2) Feminino (3) Não binário Descrever _____		
5. Idade (anos):	6. Raça/cor:	
7. Nacionalidade:	8. Situação conjugal:	
9. Profissão:	10. Cargo/função:	
11. Escolaridade:	12. Religião:	
13. Qual é o trabalho que você desenvolve com os migrantes:		

14. Há quanto tempo?		

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista semiestruturada



ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM PROFISSIONAIS DE SAÚDE / MEMBROS DE ONG / OUTROS INFORMANTES

NOME DO ENTREVISTADO _____

Hoje nós vamos conversar sobre a situação de mulheres migrantes, especialmente em relação à sua saúde sexual e reprodutiva. Queremos ouvir você sobre o seu trabalho e o que pensa acerca de suas necessidades, seus direitos, como buscam cuidado e as barreiras que enfrentam.

1. Noções gerais sobre migração, situação de mulheres migrantes e trabalho

Como você pensa a situação de migração aqui em sua cidade?

Como você vê a situação das mulheres migrantes?

O que destaca como questões mais importantes relacionadas à condição feminina nesta situação de migração?

Como você percebe a situação de mulheres que migram sozinhas ou acompanhadas?

Como essa situação impactou em seu trabalho?

(Aumento de demanda, sobrecarga de trabalho, dificuldade de comunicação pela língua, diferenças culturais,

Como essa situação impactou na saúde da comunidade local?

(Impacto na utilização de insumos (vacinas, medicamentos, outros, fazendo faltar para os brasileiros)

2. Noções gerais sobre saúde sexual e reprodutiva de mulheres migrantes

O que você identifica como principais questões relacionadas à saúde sexual e reprodutiva de mulheres migrantes?

Essas questões são diferentes para mulheres adultas e adolescentes? Fale sobre isso.

(Ficar atento às respostas e avaliar a necessidade de questões específicas relacionadas à sexualidade, planejamento familiar, prevenção e tratamento de DST/Aids e outras doenças, métodos contraceptivos, gravidez, parto/nascimento e puerpério, aborto, violência e abuso/estupro).

3. Necessidades relacionadas à saúde sexual e reprodutiva de mulheres migrantes

Em relação às necessidades relacionadas à saúde sexual e reprodutiva, como você acha que estão sendo encaminhadas ou atendidas?



Como você vê o papel das instituições de saúde em relação à essas necessidades?

4. Principais barreiras encontradas relacionadas à saúde sexual e reprodutiva de mulheres migrantes

Fale sobre as dificuldades que essas mulheres enfrentam em busca de atenção à sua saúde sexual e reprodutiva.

Que fatores facilitam ou dificultam a garantia de seus direitos relacionados à saúde sexual e reprodutiva?

O que você acha que poderia ajudá-las a superar essas barreiras?

5. Discriminação

Você percebe diferenças no atendimento prestado às mulheres migrantes no serviço de saúde? Descreva essas situações.

6. Para trabalhadores de abrigos:

Quais são as regras do abrigo? (tempo de máximo de permanência, regras de funcionamento, permanência diferenciada para grávidas ou doentes) + Percepção das características da população venezuelana (pacífica, ordeira, conflitos rotineiros, etc)

7. Tem mais alguma coisa que você gostaria de falar?

APÊNDICE C - Termo de consentimento livre e esclarecido



UNIVERSIDADE DE SOUTHAMPTON
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Necessidades e Desafios Relativos à Saúde Sexual e Reprodutiva de Mulheres Adultas e Adolescentes Migrantes (ReGHID)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA GESTORES, PROFISSIONAIS DE SAÚDE E OUTROS INFORMANTES

O Sr(a) está sendo convidado(a) para participar do projeto intitulado "Necessidades e Desafios Relativos à Saúde Sexual e Reprodutiva de Mulheres Adultas e Adolescentes Migrantes", parte de um projeto maior intitulado "Redressing Gendered Health Inequalities of Displaced Women and Girls in Contexts of Protracted Crisis in Central and South America (ReGHID) (Reparando as Desigualdades de Saúde de Gênero em Mulheres e Meninas Deslocadas em Contextos de Crise Prolongada na América Central e do Sul)".

Somos um grupo de pesquisadores da Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ) e da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) que em associação com Universidade de Southampton (Inglaterra) estamos realizando uma pesquisa que tem como **objetivo** "Analisar as necessidades e desafios de saúde sexual e reprodutiva de mulheres adultas e adolescentes migrantes, que se deslocam da Venezuela para o Brasil." Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Ao assinar você estará autorizando a sua participação no estudo e a futura publicação dos resultados em revistas científicas e em congressos nacionais e internacionais, desde que preservando o sigilo de sua identidade. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

Para a realização da pesquisa, será necessário que o(a) Sr. (a) se disponibilize a responder a um questionário impresso, e participar de entrevista individual e/ou de uma roda de conversa chamada grupo focal, mediada pelos pesquisadores responsáveis, que serão gravadas para posterior transcrição e análise dos dados. Sempre que o senhor(a) desejar, serão fornecidos esclarecimentos sobre o estudo e diante dos esclarecimentos, é garantida ao senhor(a) liberdade de recusa, portanto o senhor(a) poderá retirar seu consentimento em qualquer momento da pesquisa, sem que para isto sofra qualquer penalidade ou prejuízo. Será garantido o sigilo quanto à sua identificação e às

informações obtidas pela sua participação, exceto aos responsáveis pelo estudo. O senhor(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Os pesquisadores se comprometem ainda a não gerar prejuízos ao atendimento dos usuários com este estudo.

Como benefício, esta pesquisa irá possibilitar a melhoria do conhecimento acadêmico para o desenvolvimento de políticas, gerando e divulgando novos dados sobre a situação da saúde sexual e reprodutiva de mulheres adultas e adolescentes nos corredores de migração Venezuela Brasil. Espera-se com esse estudo que não sejam gerados quaisquer prejuízos ao senhor(a), entretanto, os pesquisadores admitem que o estudo vai demandar seu tempo para participação, e esperamos que não fique incomodado por eventualmente não saber ou não querer responder alguma pergunta da entrevista. A equipe pesquisadora se compromete formalmente em tentar minimizar estes riscos. Seguem abaixo para sua informação, as vias de acesso aos pesquisadores para quaisquer necessidades relacionadas ao desenvolvimento da pesquisa e ainda as formas de acesso ao CEP para situações não resolvidas pelos pesquisadores.

_____, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do voluntário da pesquisa

Assinatura do pesquisador

Para qualquer informação, por favor entrar em contato com os seguintes telefones:
PESQUISADORES: (98) 3272-9674
CEP UFMA: (98) 3272-8708

Os resultados deste estudo e o presente termo serão armazenados pelos pesquisadores responsáveis por um **período de 5 anos**, conforme previsto na Res. CNS/MS 466/2012.

ANEXO A - Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MARANHÃO - UFMA

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: NECESSIDADES E DESAFIOS RELATIVOS À SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA DE MULHERES ADULTAS E ADOLESCENTES MIGRANTES

Pesquisador: Zeni Carvalho Lamy

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 35617020.9.1001.5087

Instituição Proponente: Universidade Federal do Maranhão

Patrocinador Principal: ASSOCIACAO BRASILEIRA DE SAUDE COLETIVA (ABRASCO)

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.284.224

Apresentação do Projeto:

Trata-se do recorte brasileiro de um estudo multicêntrico que tem por objetivo analisar a saúde sexual e reprodutiva de mulheres adultas e adolescentes migrantes. A população investigada será composta por mulheres e adolescentes que se deslocaram da Venezuela para o Brasil no contexto de crise na América Central e do Sul. O estudo será desenvolvido com metodologias mistas de pesquisa, utilizando abordagem quantitativa e qualitativa, nos períodos de novembro de 2020 a setembro de 2021 e de março a abril de 2022. Os locais de estudo incluirão assentamentos, ocupações espontâneas e alojamentos/abrigo que recebem mulheres venezuelanas, além de espaços para pernoite de migrantes moradoras de rua, nos municípios de Manaus (AM), Boa Vista (RR) e São Luís (MA). Na parte qualitativa, utilizaremos entrevistas individuais e grupo focal com as migrantes, entrevistas com gestores e profissionais de saúde, além de observação participante, análise de documentos e photo voice. Na etapa quantitativa, a coleta de dados será realizada por meio de questionários aplicados às mulheres. Um ano após as primeiras entrevistas com as mulheres, será realizada uma nova abordagem, por meio de contato telefônico, buscando conhecer as mudanças ocorridas. Na análise qualitativa será utilizada a modalidade temática da análise de conteúdo e a etnografia. Na análise quantitativa serão estimados prevalências e intervalos de confiança para todos os desfechos deste estudo. A associação entre variáveis sociodemográficas com a saúde sexual e história reprodutiva das mulheres será investigada em análises bivariadas, estratificadas e em modelos multivariados. Os testes estatísticos serão

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho

Bairro: Bacanga

CEP: 65.080-805

UF: MA

Município: SAO LUIS

Telefone: (98)3272-8708

Fax: (98)3272-8708

E-mail: cepufma@ufma.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA



Continuação do Parecer: 4.284.224

aplicados de acordo com a distribuição dos dados e homogeneidade das variâncias dos grupos a serem comparados.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a saúde sexual e reprodutiva de mulheres migrantes, adultas e adolescentes, que se deslocaram da Venezuela para o Brasil.

Objetivo Secundário:

Identificar as características socioeconômicas, culturais e reprodutivas das mulheres migrantes venezuelanas estudadas;

Conhecer as histórias da migração na perspectiva de suas protagonistas;

Compreender suas percepções sobre seu estado de saúde, acesso a exames, tratamento e hospitalização nos serviços de saúde;

Identificar necessidades e experiências vividas relacionadas ao direito à saúde sexual e reprodutiva;

Identificar conhecimentos, atitudes e práticas em relação aos métodos contraceptivos; Avaliar o acesso ao pré-natal;

Avaliar o acesso a serviços de saúde qualificados e suporte psicológico em caso de perda fetal precoce;

Avaliar os gastos com saúde feitos no percurso migratório; Identificar a ocorrência de maus-tratos e violência durante o processo migratório;

Identificar estratégias de busca para atender às suas necessidades ligadas à saúde sexual e reprodutiva em locais de trânsito e assentamento;

Conhecer as percepções de gestores e profissionais de saúde sobre saúde sexual e reprodutiva e direitos de mulheres migrantes;

Conhecer as percepções de gestores e profissionais sobre os direitos à saúde sexual e reprodutiva de mulheres migrantes;

Avaliar o impacto do deslocamento nos sistemas locais de saúde voltados para a saúde sexual e reprodutiva.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Espera-se que o estudo não gere problemas para os participantes, entretanto admite-se a possibilidade de desconforto associado ao tempo de conversa e/ou a sentimentos que surjam a partir da mesma. Todas as pessoas envolvidas no estudo, serão previamente treinadas para

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho

Bairro: Bacanga

CEP: 65.080-805

UF: MA

Município: SAO LUIS

Telefone: (98)3272-8708

Fax: (98)3272-8708

E-mail: cepufma@ufma.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA



Continuação do Parecer: 4.284.224

conduzir as conversas de forma segura. Além disso, os pesquisadores se comprometem com assistência a todo e qualquer problema cuja causa esteja comprovadamente associada ao estudo.

Benefícios:

O Projeto ReGHID no Brasil buscará a melhoria do conhecimento acadêmico para o desenvolvimento de políticas públicas, gerando e divulgando novos dados sobre a situação da saúde sexual e reprodutiva do grupo mais vulnerável nos corredores de migração forçada Sul-Sul, no que tange amulheres adultas e adolescentes. Os resultados serão voltados para a melhoria do acesso às necessidades de saúde sexual e reprodutiva e para mudanças nos serviços de saúde inclusivos e responsivos, baseados em direitos inalienáveis. Na área acadêmica, a pesquisa contribuirá para a formação de novos pesquisadores, sendo desenvolvidas teses/dissertações nos nossos cursos de pós-graduação. Espera-se, igualmente, que os conhecimentos gerados pelos estudos desenvolvidos neste trabalho resultem na publicação de artigos em revistas científicas (em inglês, espanhol e português), para sua disseminação contribuindo, assim, para uma possível mudança nos cenários econômicos, políticos e culturais que condicionam de forma negativa as condições de saúde e vida dos atores sociais estudados nesta pesquisa. O projeto viabilizará parcerias e trabalho colaborativo entre equipes de pesquisadores do Reino Unido e Brasil e, dentro do Brasil, entre instituições científicas do Nordeste e Sudeste. Isto, de igual maneira, acarretará maiores e melhores formas de multiplicação de reflexões, firmes e criativas, frente ao objeto de estudo aqui contemplado. As intervenções políticas ou emergentes da sociedade civil organizada encontrarão, nos resultados do labor conjunto de acadêmicos com diferentes procedências teóricas, fonte bastante consolidada de referência intelectual para a multiplicação de discussões e práticas a serem levadas adiante.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa esta bem elaborada e com todos os elementos necessários ao seu pleno desenvolvimento.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatórios foram entregues e estão de acordo com a resolução 466/12 do CNS.

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho			
Bairro: Bacanga		CEP: 65.080-805	
UF: MA	Município: SAO LUIS		
Telefone: (98)3272-8708	Fax: (98)3272-8708	E-mail: cepufma@ufma.br	

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA



Continuação do Parecer: 4.284.224

Recomendações:

Não existem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não existem pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1597936.pdf	27/07/2020 00:10:25		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_REGHID_VERSAO_26_07.docx	26/07/2020 23:34:32	SARA FITERMAN LIMA	Aceito
Outros	TERMO_ANUENCIA_BOAVISTA.pdf	25/07/2020 21:23:48	SARA FITERMAN LIMA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO_REGHID.doc	25/07/2020 21:18:58	SARA FITERMAN LIMA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	APENDICE_X_XVI_TCLES.docx	25/07/2020 20:20:41	Joyce Veceli Barros da Silva	Aceito
Outros	ERGO_SUBMISSION_APPROVED.pdf	25/07/2020 18:50:41	SARA FITERMAN LIMA	Aceito
Outros	FULL_SUBMISSION_ReGHID.pdf	25/07/2020 18:46:25	SARA FITERMAN LIMA	Aceito
Declaração de concordância	ANUENCIA_SES_MA.pdf	25/07/2020 18:25:16	SARA FITERMAN LIMA	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO_CEP.pdf	25/07/2020 18:06:17	SARA FITERMAN LIMA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho

Bairro: Bacanga

CEP: 65.080-805

UF: MA

Município: SAO LUIS

Telefone: (98)3272-8708

Fax: (98)3272-8708

E-mail: cepufma@ufma.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MARANHÃO - UFMA



Continuação do Parecer: 4.284.224

SAO LUIS, 17 de Setembro de 2020

Assinado por:
FRANCISCO NAVARRO
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho

Bairro: Bacanga

CEP: 65.080-805

UF: MA

Município: SAO LUIS

Telefone: (98)3272-8708

Fax: (98)3272-8708

E-mail: cepufma@ufma.br